



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

RICARDO LUCIANO SILVA PEREIRA DE SOUZA

**EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NOS ANOS 2000 E SEUS REBATIMENTOS NO
EMPREGO FORMAL: O CASO DA REGIÃO INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PÓLO PETROLINA-JUAZEIRO**

Salvador
2014

RICARDO LUCIANO SILVA PEREIRA DE SOUZA

**EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NOS ANOS 2000 E SEUS REBATIMENTOS NO
EMPREGO FORMAL: O CASO DA REGIÃO INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PÓLO PETROLINA-JUAZEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza

Salvador
2014

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities.

Souza, Ricardo Luciano Silva Pereira de

Expansão do agronegócio nos anos 2000 e seus rebatimentos no emprego formal: o caso da região integrada de desenvolvimento econômico do Pólo Petrolina-Juazeiro. / Ricardo Luciano Silva Pereira de Souza.- Salvador: UNIFACS, 2014.

106 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

1. Agronegócio. 2. Mercado de Trabalho. 3. Desenvolvimento do Nordeste. I. Souza, Laumar Neves de, orient. II. Título.

CDD: 338.9

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que iluminou meu caminho durante essa caminhada. Ao Complexo Luz e todos os seus trabalhadores, com um agradecimento especial à Irmã Maria Aparecida, sempre presente nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus pais, Pereira e Tereza e aos meus irmãos, Andréa, Maurício e Fábio, pois apesar da distância, são companheiros de vida.

À Isa, um agradecimento especial pelo amor, carinho e afeto.

Aos Professores Noélio Spinola e Gervásio dos Santos pelas inestimáveis contribuições durante o Exame de Qualificação.

Ao Professor Laumar pela paciência e disponibilidade de sempre. Mas, mais que isso, pelo carinho e amizade.

Aos colegas da CAIXA, principalmente a Marília, pela compreensão e apoio em momentos importantes, contribuindo para que pudesse concluir este trabalho.

E não posso deixar de mencionar meu agradecimento a Diva Ferlin pela laboriosa correção textual e a Carlos Marlon pelo auxílio imprescindível na tabulação dos dados estatísticos.

RESUMO

Este estudo trata da expansão do agronegócio nos anos 2000 e seus rebatimentos no emprego formal na RIDE polo Petrolina-Juazeiro. Para isso considera três dimensões de análise, sendo a primeira delas o agronegócio, que insere a região nos circuitos globais de comércio. A segunda dimensão são os pontos luminosos de desenvolvimento do Nordeste, que surgem a partir do crescimento do agronegócio que cria novos centros dinâmicos nesta região do Brasil. A terceira dimensão de análise é o mercado de trabalho formal na RIDE. Após a análise destas dimensões, verifica-se como o mercado de trabalho formal reflete a condição de centro dinâmico nordestino na RIDE. Percebe-se que o número de postos formais de emprego na RIDE aumentou durante os anos 2000, a partir dos dados da RAIS. Verifica-se ainda que Petrolina concentra a maioria dos postos de trabalho formal ligados ao agronegócio, retendo os profissionais com maior escolaridade e pagando melhores salários que os demais municípios que compõem a RIDE. Petrolina, assim, estabelece-se como um ponto luminoso de desenvolvimento no Nordeste. Em contrapartida, constata-se que Juazeiro não possui o mesmo desempenho, constituindo-se apenas em um ponto opaco de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agronegócio. Mercado de Trabalho. Desenvolvimento do Nordeste.

ABSTRACT

This study deals with the expansion of agribusiness in the 2000s and its reverberations in formal employment in Petrolina - Juazeiro RIDE. For this analysis considers three dimensions, the first of agribusiness, which enters the region in the global circuits of trade being. The second dimension are the bright points of development of the Northeast, which arise from the growth of agribusiness that creates new dynamic centers in this region of Brazil. The third dimension of analysis is the formal job market in the RIDE. After examining their dimensions, it appears as the formal labor market reflects the condition of dynamic center in northeastern RIDE. It is noticed that the number of formal jobs in RIDE employment increased during the 2000s, from RAIS. It also appears that focuses Petrolina most formal jobs related to agribusiness, retaining professionals with more education and higher paying better wages than other municipalities that make up the RIDE. Petrolina thus establishes itself as a bright point of development in the Northeast. In contrast, it notes that Juazeiro not have the same performance, and comprises only a dull point in development.

Keywords: Agribusiness. Labor Market. Northeast Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Exportações dos municípios da RIDE em US\$ FOB – 2000/2010.....	19
Gráfico 2 - Participação do agronegócio no PIB brasileiro nos anos 2000	27
Gráfico 3 - Evolução do IDH brasileiro e IDH-M dos municípios que compõem a RIDE polo Petrolina/Juazeiro – 1991, 2000 e 2010.....	41
Gráfico 4 - Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos – Brasil e municípios da RIDE polo Petrolina/Juazeiro – 1991, 2000 e 2010	42
Gráfico 5 - Índice de Gini – Brasil e municípios da RIDE Pólo Petrolina/Juazeiro – 1991, 2000 e 2010	43
Figura 1 - Municípios que compõem a RIDE Pólo Petrolina-Juazeiro	45
Gráfico 6 - Variação percentual do crescimento nos municípios que compõem a RIDE – 2000 a 2010	73
Gráfico 7 - Crescimento do estoque de emprego formal — Juazeiro, Petrolina e RIDE — 2000 a 2010	80
Gráfico 8 - Percentual médio de crescimento anual do estoque de emprego formal, segundo setor agropecuário - RIDE - 2000/2010	87
Gráfico 9 - Números de estabelecimentos formais, segundo setor agropecuário - Juazeiro, Petrolina e RIDE - 2000-2010	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição setorial da ocupação — dez mais importantes atividades - RIDE — 2000/2010	71
Tabela 2 - Crescimento da população dos municípios que compõem a RIDE – 2000 a 2010.	72
Tabela 3 - Produto interno bruto - RIDE - 2000-2010	73
Tabela 4 - Crescimento da população em idade ativa e economicamente ativa — RIDE — 2000/2010	74
Tabela 5 - Taxa de participação — RIDE — 2000/2010	75
Tabela 6 - Rendimento médio do trabalhador — RIDE — 2000/2010.....	75
Tabela 7 - Rendimento médio do trabalhador do setor agropecuário - RIDE - 2000/2010	76
Tabela 8 - Taxa de desemprego - RIDE - 2000/2010.....	77
Tabela 9 - Estoque de emprego formal, segundo o setor de atividade econômica - RIDE - 2000 e 2010	79
Tabela 10 - Rendimento ¹ médio em 31/12 do emprego formal - RIDE - 2000/2010.....	81
Tabela 11 - Estoque de emprego formal, segundo o Grande Grupo Ocupacional - RIDE - 2000	82
Tabela 12 - Estoque de emprego formal, segundo o Grande Grupo Ocupacional - RIDE - 2010	83
Tabela 13 - Estoque de emprego formal, por grande grupo ocupacional, segundo setor agropecuário - RIDE - 2000	84
Tabela 14 - Estoque de emprego formal, por Grande Grupo Ocupacional, segundo setor agropecuário - RIDE - 2010	85
Tabela 15 - Massa salarial ¹ em 31/12 do emprego formal - RIDE - 2000-2010.....	86
Tabela 16 - Massa salarial ¹ em 31/12 do emprego formal, segundo a agropecuária - RIDE - 2000-2010.....	86
Tabela 17 - Variação do estoque de emprego formal, segundo setor agropecuário - RIDE - 2000/2010.....	87
Tabela 18 - Estoque de emprego formal, segundo a faixa de remuneração média - RIDE - 2000	89
Tabela 19 - Estoque de emprego formal, segundo a faixa de remuneração média - RIDE - 2010	90
Tabela 20 - Estoque de emprego formal, por faixa de remuneração média, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2000	90
Tabela 21 - Estoque de emprego formal, por faixa de remuneração média, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2010	91
Tabela 22 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução - RIDE - 2000.....	92
Tabela 23 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução - RIDE - 2010.....	93
Tabela 24 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2000.....	93

Tabela 25 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2010.....	94
Tabela 26 - Estoque de emprego formal, por faixa etária - RIDE - 2000	95
Tabela 27 - Estoque de emprego formal, por faixa etária - RIDE - 2010	95
Tabela 28 - Estoque de emprego formal, por faixa etária, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2000.....	96
Tabela 29 - Estoque de emprego formal, por faixa etária, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2010.....	96

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ASA	Articulação do Semiárido
ASSITUR	Associação Integrada do Turismo na RIDE
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPEA	Centro de Pesquisa em Economia Aplicada
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COARIDE	Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPATSA	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EAD	Educação à Distância
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GTND	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAEM	Índice de Crescimento da Atividade Econômica Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFBA	Instituto Federal de Educação Tecnológica da Bahia
IFPE	Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

MODERFROTA	Programa de Modernização da Frota de Tratores agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo
VALEEXPORT	Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ENTENDENDO A CATEGORIA AGRONEGÓCIO	18
2.1 AGRONEGÓCIO NO BRASIL: UMA REVOLUÇÃO NO CAMPO?	19
2.2 NOVO PAPEL PARA O NORDESTE	23
2.3 CONTRAPONTO AO AGRONEGÓCIO	26
3 PONTOS LUMINOSOS NO NORDESTE: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO.....	30
3.1 A CONSTITUIÇÃO DOS PONTOS LUMINOSOS	32
3.2 PETROLINA E JUAZEIRO SE CONSTITUEM COMO PONTOS LUMINOSOS DE DESENVOLVIMENTO?.....	34
3.2.1 O poder público como definidor do crescimento	35
3.2.2 Evolução dos indicadores sociais na RIDE.....	39
3.3 REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	43
3.4 NOVOS CONTEXTOS E NOVOS ATORES	48
4 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES	51
4.1 O MERCADO DE TRABALHO E SUAS PECULIARIDADES	53
4.1.1 O contrato de trabalho	58
4.2 REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	61
4.3 O TRABALHO NO MEIO RURAL	65
4.4 A OCUPAÇÃO NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	66
4.4.1 Melhora na qualidade da ocupação, mas persistência da precariedade	69
5 CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO NA RIDE POLO PETROLINA/JUAZEIRO	71
5.1 O EMPREGO FORMAL NA RIDE NOS ANOS 2000.....	77
5.2 PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA RIDE?	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Quando este estudo foi idealizado, pensou-se no quão importante para a socialização do homem moderno é o trabalho. Mas, não o trabalho que se realiza nos diferentes afazeres que se repetem no dia a dia, necessários à manutenção e reprodução da vida de cada um, nem mesmo se refere às tarefas que realizamos e cujos beneficiários somos nós ou nossa família.

Pensou-se naquele socialmente remunerado e determinado, mesmo para aqueles que o procuram, aqueles que se preparam para ele e para aqueles a quem o trabalho falta, já que a sociedade moderna é uma sociedade de trabalhadores. Para Gorz (2007), é o trabalho remunerado que traz o sentimento de pertencimento à esfera pública. É a partir dele que se adquire existência e identidade social, ou seja, uma profissão. Constroem-se redes de relacionamento e nelas inserem-se os que conseguem.

Mas o trabalho como objeto de investigação aqui idealizado foi circunscrito, delimitado no agronegócio, mais precisamente no agronegócio desenvolvido na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - Pólo Petrolina/Juazeiro, que é composta pelos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco e Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho na Bahia.

Desta forma, como nos anos 2000 se verificaram a amenização de algumas fragilidades estruturais identificadas no mercado de trabalho nas duas décadas anteriores, tais como queda da taxa de desemprego, aumento do nível de rendimento médio e crescimento da formalização no Brasil, como afirmam Souza (2010), Pochmann (2010) e Cacciamali e Tatei (2010), surgiu o interesse em verificar os reflexos da expansão do agronegócio nos anos 2000, na geração de postos de empregos formais na RIDE.

No entanto, tais municípios se inserem num contexto mais amplo, a considerar a Bahia, Pernambuco e o Brasil, é importante verificar algumas das variáveis que determinaram o desenvolvimento da RIDE. Para tanto, vale lembrar que ao longo da história, tanto o Estado da Bahia quanto o Estado de Pernambuco foram marcados por grandes assimetrias. Assimétricas, essas, que refletem o que ocorreu em uma escala maior. São as desigualdades sociais e territoriais em termos de níveis de renda, pobreza, produtividade e acesso a serviços públicos. Há uma grande disparidade entre as regiões brasileiras na distribuição territorial da riqueza, acarretando uma desigual distribuição de oportunidades de desenvolvimento econômico e de oportunidades de trabalho.

A dinâmica capitalista contemporânea tem gerado desigualdades em todo o mundo, e, de forma muito agressiva, essas desigualdades têm assolado o Brasil e os estados do Nordeste, em função dos investimentos em infraestrutura e equipamentos sociais que se dão de forma assimétrica, ocasionando a expulsão dos centros urbanos das atividades de menor dinâmica e das famílias de menor renda.

Nas regiões onde as famílias convivem com precariedade laboral e pobreza, as possibilidades de mobilidade social se reduzem drasticamente. Quando somadas a estes problemas temos distribuição desigual de serviços públicos, dificuldade ou mesmo ausência de acesso à educação e saúde e, assim, as assimetrias regionais são potencializadas (CEPAL, 2010).

No Brasil, o crescimento econômico ocorreu comumente sem contemplar toda sua população, sendo marcado por grandes contradições, pois apesar de possuir um PIB que o situa em posição destacada entre as dez maiores economias do mundo, possui um dos mais acentuados desequilíbrios sociais e regionais. Em que pesem os programas de renda mínima implementados pelas recentes administrações federais, principalmente a partir dos anos 2000, convive-se ainda com grande concentração de renda, disparidades e investimento desigual entre as regiões.

Alguns dados mostram essas disparidades. O PIB *per capita* médio medido em 2010 no país era de R\$ 6.473,00, mas em São Paulo esse valor chegava a R\$ 9.995,00, 154,4% da média brasileira. Para a Região Sudeste a média era de 135,5% em relação à nacional. Na outra direção tem-se a Região Nordeste, que apresentou um PIB *per capita* de apenas 46,5% da média brasileira. Nesta Região, apenas os Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe possuíam valores superiores à média da região. Maranhão e Piauí apresentavam as piores médias, 25,1% e 28,9% respectivamente. Estes dados explicitam a grande concentração de renda que ainda persiste no país, bem como os graves problemas que assolam a Região Nordeste (CEPAL, 2010).

Para superar essas dificuldades pensou-se na criação da RIDE – Pólo Petrolina/Juazeiro, que teria como objetivo, estimular a cooperação entre os municípios, com maior envolvimento dos estados, já que foi concebida como um instrumento de ação pública, e como tal, busca conseguir maiores recursos para o desenvolvimento integrado da região.

Neste contexto, é importante relatar que a fruticultura se desenvolveu a partir de um conjunto de ações implementadas pelo poder público a partir da década de 1970. A instalação

na cidade de uma das sete superintendências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) teve um papel importante, contribuindo para estabelecer uma racionalidade de mercado no modo de produção local.

O poder público se responsabilizou por fornecer área para plantio, equipamentos e a infraestrutura necessária, como asfalto das vias de escoamento, eletrificação rural, construção de canais, dutos e, inclusive, pela construção das agrovilas, equipadas com escolas, postos médicos e casas para os produtores.

Assim, ao longo do tempo as feições da economia dessa região foram se transformando com o avanço em escala ampliada do agronegócio, promovendo forte dinamismo na economia urbana. Estabeleceram-se novas relações campo-cidade, já que os municípios da RIDE tiveram sua dinâmica e suas demandas fortemente imbricadas com o agronegócio, constituindo-se, na visão de Elias (2006) em cidade do agronegócio.

A RIDE possui os municípios de Juazeiro e Petrolina como forças motrizes a alavancar o crescimento local, para Elias (2006), o agronegócio desenvolvido nesses dois municípios trouxeram reflexos para vários outros setores da economia, e tal desempenho deu a eles o status de pontos luminosos¹ no desenvolvimento da Região Nordeste.

Assim, considerando que Petrolina/PE e Juazeiro/BA, juntamente com Lagoa Grande/PE, Orocó/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, Curaçá/BA, Sobradinho/BA e Casa Nova/BA conformam a RIDE, e o agronegócio praticado nela se destaca em âmbito nacional, surge a questão que norteia esse estudo, como o mercado de trabalho reflete a condição de centro dinâmico do agronegócio nordestino na RIDE?

Para a realização do estudo desse centro dinâmico pensou-se em dois caminhos prováveis. O primeiro deles seria realizar uma análise a partir dos teóricos da economia regional, através das teorias da localização e/ou através das teorias de desenvolvimento regional de inspiração marshalliana e keynesiana. A segunda opção, foi estudar a RIDE a partir do seu mercado de trabalho e sob essa ótica verificar como se refletiu a sua condição de centro dinâmico nesse mercado tão cheio de especificidades. Como nos anos 2000, como já dito acima, ocorreu um processo de formalização do trabalho de forma generalizada no Brasil, optou-se pelo segundo caminho, qual seja, o mercado de trabalho.

¹ Esse conceito será mais bem discutido no capítulo 2.

Assim, a hipótese deste trabalho é que a RIDE possui apenas um centro dinâmico, que vem a ser o município de Petrolina, que possui seus efeitos refletidos na pujança do seu mercado de trabalho. Os demais municípios apresentam crescimento apenas marginal, inclusive Juazeiro/BA. Assim, numa análise que possui o mercado de trabalho como seu ponto central, e considerando a definição de pontos luminosos trazido por Elias (2006), apenas Petrolina se constituiria como tal, sendo os demais apenas pontos opacos de desenvolvimento.

Neste contexto, este trabalho se mostra relevante na medida em que busca verificar de que forma o crescimento do agronegócio e sua consolidação como centro dinâmico tem refletido no mercado de trabalho formal na RIDE nos anos 2000. Já que as atividades do agronegócio têm sido apresentadas por vários governos como uma alternativa de desenvolvimento para regiões do Nordeste brasileiro, faz-se imperativo a realização de estudos para analisar se essas atividades trazem benefícios para a região.

Vale lembrar que as cidades do agronegócio possuem uma dinâmica populacional própria, com maior ou menor fluxo de indivíduos em função das safras ou entressafras. Assim, esta dissertação tem como objetivo verificar se o mercado de trabalho está refletindo a condição de centro dinâmico do agronegócio na RIDE.

Como objetivos específicos tem-se a análise da evolução do estoque de emprego formal no período e qualidade dos postos de empregos gerados. Para dar conta desses objetivos, será feita uma revisão da literatura sobre as três categorias de análise definidas para este trabalho, quais sejam, o agronegócio, os pontos luminosos de desenvolvimento e o mercado de trabalho.

É importante ressaltar que para efeito do agronegócio, serão consideradas como *próxi* deste estudo as atividades desenvolvidas no âmbito da agropecuária. Sabe-se que nem toda atividade do pequeno agricultor é agronegócio, mas imerso naquele ambiente, mesmo os pequenos produtores tendem a ser beneficiados com o conhecimento do trato cultural. Desta forma, ainda que de forma precária, o pequeno agricultor se beneficia dos conhecimentos aplicados no agronegócio, pois ocorre um transbordamento desse conhecimento.

Os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) nortearão o capítulo empírico, sendo a principal fonte de dados a ser analisada no trabalho. Porém, far-se-á uso também das bases de dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) complementarmente. Desta forma, neste estudo serão utilizados dados de natureza secundária.

Vale destacar que a RAIS se constitui como importante instrumento de coleta de dados, instituída pelo Decreto n. 76.900 de 23/12/1975 com os objetivos de suprir às necessidades de

controle da atividade trabalhista no Brasil, prover dados para a elaboração de estatística de trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho para as entidades governamentais e a sociedade como um todo.

Os dados atendem ainda às necessidades da legislação da nacionalização do trabalho, do controle dos registros do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), dos sistemas de arrecadação e de concessão e benefícios previdenciários, de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial e de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP. A RAIS, que possui periodicidade anual, considera os vínculos estatutário, temporário avulso e celetista. A utilização dessas bases se deve à confiabilidade de suas informações, como também pela abrangência que as caracteriza.

O trabalho está dividido em seis capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles. Em seguida será tratada a primeira categoria de análise, o agronegócio, constituindo o segundo capítulo. Os pontos luminosos de desenvolvimento constituem o terceiro capítulo e conformam outra importante categoria de análise. No quarto capítulo deste trabalho será tratado a terceira e última categoria de análise, qual seja, o mercado de trabalho. Em seguida tem-se o quinto capítulo, onde serão apresentados os dados empíricos da pesquisa sobre o emprego formal na RIDE e, por fim, têm-se as considerações finais perfazendo o último capítulo constituinte desta dissertação.

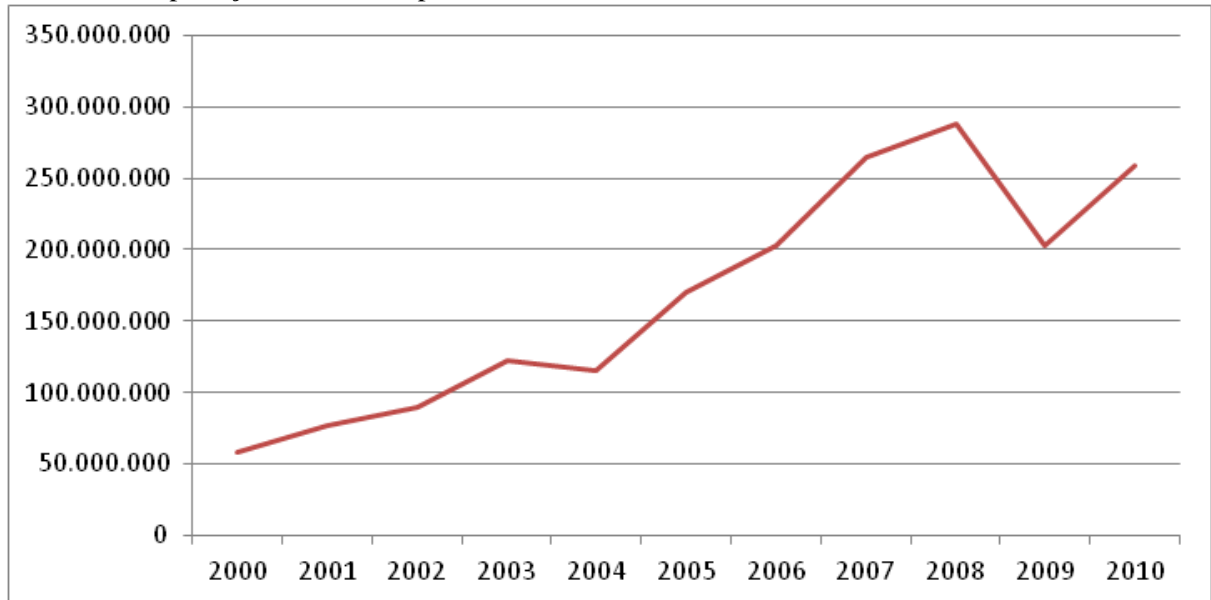
2 ENTENDENDO A CATEGORIA AGRONEGÓCIO

O agronegócio no Vale do São Francisco surge a partir da massificação do consumo dos produtos que beneficiam a saúde e tem origem no processo de globalização dos mercados. Porém, se deve também aos avanços tecnológicos nas técnicas de colheita e especialmente de pós-colheita, como armazenamento, embalagem e resfriamento.

A partir dos anos 1990, o comércio de frutas tropicais foi alavancado, principalmente devido a maior inserção de América Latina e Caribe. O Brasil se destacou na produção de frutas frescas destinadas ao consumo *in natura*. O crescente mercado de frutas frescas reflete a mudança de postura do consumidor que busca produtos de melhor qualidade e está disposto a pagar preços mais elevados em busca de um melhor bem estar (MATOS FILHO; PENHA, 2013).

Para satisfazer esse consumidor, as grandes redes de distribuição internacional demandam dos produtores alimentos com características que exaltem este padrão, estabelecendo, para isto, padrões de qualidade quanto à textura, sabor e tamanho das frutas. O crescimento desse mercado de consumo de frutas *in natura* impactou o Brasil com o desenvolvimento de algumas regiões produtoras que passaram a especializar-se no abastecimento destes mercados. Nesse contexto é que o agronegócio do Vale do São Francisco se insere. Tanto assim, que se verificou forte crescimento das exportações dos municípios da RIDE entre 2000 e 2010 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Exportações dos municípios da RIDE em US\$ FOB – 2000/2010



Fonte: AliceWeb – SECEX/MDIC.

Mas esse crescimento não é à toa, é resultado de investimentos públicos e de grupos privados nacionais e internacionais na construção de infraestrutura hídrica, rodoviária, realização de pesquisas, fornecimento de crédito e incentivos à exportação. O Nordeste brasileiro se consolida como exportador de frutas frescas, tendo sua produção concentrada em quatro dos seus estados, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 1999 esses estados respondiam por 95% da produção de frutas frescas do país e em 2010 respondiam por 99% dessa produção (MATOS FILHO; PENHA, 2013).

Boa parte da produção de frutas frescas realizada nos estados da Bahia e Pernambuco é realizada na RIDE pelo Petrolina/Juazeiro. Nessa região o agronegócio se consolidou, estabelecendo novas dinâmicas para os municípios. No tópico seguinte será mostrado o conceito do agronegócio, bem como a forma como ele se desenvolveu até a sua implantação no Vale do São Francisco.

2.1 AGRONEGÓCIO NO BRASIL: UMA REVOLUÇÃO NO CAMPO?

O termo *agribusiness* foi uma designação cunhada, ainda na década de 1950, pelos professores da Universidade de Harvard, Ray Goldberg e John Davis, após compreenderem que as atividades desenvolvidas na zona rural não se realizam de forma isolada, mas sim em relação de complementaridade com várias outras, como de grosso modo poderíamos considerar o agricultor que necessita do fabricante de enxadas, ou o avicultor que necessita do fabricante de

ração. Para os pesquisadores, elas estariam relacionadas a várias outras atividades. Diante disso, elaboraram uma metodologia para estudar a cadeia agroalimentar em suas diversas dimensões.

O termo, que no Brasil foi traduzido como agronegócio, traz em seu bojo a soma das operações de produção, armazenamento, distribuição e processamento de produtos agrícolas, bem como os deles derivados (FAVERO, 1998).

Exige-se uma padronização da produção, reproduzindo-se normas de dimensões e qualidade previamente estipuladas. Essa padronização tecnológica exerce papel fundamental na produção agroindustrial e, para tanto, faz-se uso da motorização, mecanização e desenvolvimento de novos materiais genéticos com o objetivo de obter um produto homogêneo. O controle de doenças passa a ser feito exclusivamente através de pesticidas químicos e o esterco é substituído pela fertilização. É a chamada Revolução Verde que surge e traz consigo a produção especializada, em detrimento da diversidade até então reinante no campo (DUFUMIER; COUTO, 1998).

Essas transformações vão ocorrer mais adiante no Brasil e têm início com a expansão capitalista na região de São Paulo. Centralizando o poder econômico, a partir dos anos 1960, várias empresas já se constituíam em grandes conglomerados capitalistas. Estes passam a investir no campo, significando uma presença cada vez maior do capital empresarial no setor, marcando novos ritmos e impondo uma racionalidade produtiva ainda não vista no campo brasileiro. Na década de 1970 mais um setor irá se interessar e ingressará nessa união campo-capital industrial. Desta vez é o capital financeiro que se insere nesse contexto (BEZERRA, 2008).

A inserção do capital financeiro ocorre ao mesmo tempo em que a agropecuária incorpora o conceito de agronegócio no Brasil, com intuito de englobar a cadeia produtiva, que seria o conjunto de atividades ligadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais (MULLER, 1985).

Para Sauer (2008), o agronegócio foi calcado sob a ideia de que há uma cadeia de negócios que envolvem a agropecuária e que não podem ser analisados separadamente. Engloba os produtores agropecuários em seu sentido estrito, negócios da indústria e comércio, como fertilizantes, agrotóxicos e máquinas, bem como a comercialização da produção e seu beneficiamento.

Para Mendes e Padilha Jr. (2007), a agricultura se tornou tão dependente das atividades que garantem sua produção, como insumo, transformação e distribuição, que já não pode ser

dissociada delas. Afirmam ainda que o agronegócio ultrapassa as fronteiras da propriedade rural, englobando não apenas os trabalhadores da fazenda, mas também todos aqueles que trabalham nas empresas que fornecem insumos, processam os produtos agropecuários, manufaturam os alimentos, transportam e os vendem aos consumidores.

Dáí tem-se a definição do agronegócio como:

A soma total das apurações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles. Estão nesse conjunto, conseqüentemente, todos os serviços financeiros, de transporte, classificação, marketing, seguros, bolsas de mercadorias, entre outros. Todas essas operações são elos da cadeia que se tornam cada vez mais complexos à medida que a agricultura se moderniza e o produto agrícola passou a agregar mais e mais serviços que estão fora da fazenda. Dessa forma, o conceito de agronegócio engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços. (MENDES; PADILHA JR. 2007, p.48).

Para Christoffoli (2012), esse conceito ajudou a superar a visão de que o setor rural consistia numa oposição ao urbano, mostrando que na verdade há uma relação de complementaridade entre a atividade rural e a atividade industrial. A distinção entre a cadeia agroindustrial e o agronegócio se dá na década de 1980, por uma leitura de classe que procura atualizar a imagem desse segmento como setor moderno, vinculado ao desenvolvimento e ao progresso do país, constituindo grande fonte de emprego e renda para a população. O termo está então, fortemente alinhado aos interesses de classe dos grandes latifundiários, do capital industrial e do setor financeiro vinculado à agricultura de exportação.

Este alinhamento fica mais evidente quando, além de possuir uma conotação de associação de etapas de produção, também adquiriu um caráter de tecnificação, de modernidade e eficiência. Ganhos de produção, produtividade e inserção competitiva no mercado globalizado passaram a ser facilmente incorporados ao conceito de agronegócio (SAUER, 2008).

Assim, ainda segundo Christoffoli (2012, p.5), o termo agronegócio seria “um agrupamento de interesses políticos e econômicos ligados ao latifúndio, ao grande capital financeiro, e com forte representação político-institucional”. Portanto, sob essa perspectiva, o agronegócio representa o que há de moderno e materializa no território e nos processos produtivos uma redenção econômica evidenciada na geração de emprego e renda no campo.

Porém, é na década de 1980 que o campo brasileiro se defronta com técnicas altamente modernas, que permitirão avanços sem precedentes e a mais disseminada é a biotecnologia. Uma nova fase de expansão é possível, fruto de maior entrelaçamento com a indústria que fornece os produtos necessários à maior tecnificação industrial, que permite o uso crescente de fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas, fungicidas, de inovações mecânicas como colheitadeiras e máquinas para plantio (BEZERRA, 2008).

A biotecnologia promove através da engenharia genética a melhoria das espécies plantadas nos territórios, desenvolve novas espécies adaptadas às condições climáticas, aos mais diversos solos e manejos. Aumenta a resistência às pragas e doenças, reduz o ciclo produtivo e aumenta a produtividade, causando transformações aceleradas na atividade, agora calcada na lógica da produtividade industrial (BEZERRA, 2008).

Esses avanços permitem em certa medida, um planejamento produtivo mais convincente, pois as práticas agrícolas sempre foram suscetíveis aos fatores naturais como as intempéries do clima (chuvas, geadas, grandes períodos de estiagem) ou ao ataque das pragas. O tempo de produção se reduz e aumenta a velocidade de rotação do capital, aumentando ainda mais a dinâmica dessa atividade e também das regiões onde se estabelece.

Além da ciência, a informação passa a ter uma grande importância na dinâmica do agronegócio, que nele insere as principais mudanças do capitalismo contemporâneo, como a produção flexível, característica dos setores associados ao meio técnico-científico-informacional. Porém, a disseminação dessas inovações na maneira de produzir ocorre no Brasil de forma incompleta em seu território, as inovações ocorrem de forma fragmentada nos territórios, constituindo o que Santos (2008) chama de Região Concentrada², bem como compondo os pontos luminosos.

Na região Nordeste, local onde a ideia de pontos luminosos faz melhor compreender a fragmentação do processo de modernização da agricultura, culminando com um agronegócio competitivo, as áreas que apresentam maior aderência com a modernização da agricultura são os cerrados dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, com a produção de soja e os vale úmidos dos rios São Francisco, Jaguaribe e Açu com a fruticultura irrigada voltada para a produção de frutas tropicais (ELIAS, 2006).

No Nordeste nasce então um agronegócio dinâmico, que vai modificar a vida em seu território, alterando a rotina de alguns centros urbanos, que passam a viver em função dessa

² Esse conceito será tratado mais adiante, ainda neste capítulo.

atividade, constituindo as cidades do agronegócio e mais que isso, constituindo pontos luminosos no desenvolvimento nordestino.

2.2 NOVO PAPEL PARA O NORDESTE

O Nordeste somente nos últimos anos tem presenciado os benefícios do agronegócio modernizante. Nesta Região, as atividades pastoris e a agricultura de sequeiro, comumente de subsistência, aliadas às condições climáticas do semiárido, repleto de pastos pobres e com grandes áreas expostas a secas periódicas, conformaram a vida do homem do sertão nordestino durante várias décadas (RIBEIRO, 2006).

A população do sertão do Nordeste, na medida em que encontrava pouca ou mesmo nenhuma ocupação em função da pouca demanda por força de trabalho das atividades pastoris, se faz um grande reservatório de força de trabalho barata, agravando ainda mais a situação de pobreza rural.

Assim, o agronegócio traz novas dinâmicas, que não ocorrem em apenas um lugar, mas de forma globalizada e perpassam tanto a produção como o consumo e permitem agora a dispersão espacial da produção, pois o avanço dos transportes e das comunicações possibilita fluxos de matéria e de informação impossíveis até poucos anos atrás. Isto se dá após os avanços sobre o território do meio técnico-científico-informacional, conceito cunhado por Santos (2008), que traz em seu bojo o desenvolvimento do sistema capitalista através de sistemas temporais distintos.

Esses sistemas temporais coincidem com a sucessão de sistemas de modernização que seguem: i) período do comércio em grande escala, compreendido entre o fim do século XV até o ano de 1620; ii) período manufatureiro, compreendido entre os anos 1620 e 1750; iii) período da Revolução Industrial, entre os anos 1750 e 1870; iv) período industrial, entre 1870 e 1945; e v) período tecnológico, que tem seu início após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial (SANTOS, 2008).

A passagem do meio técnico para o técnico científico se dá somente a partir do momento em que é possível aplicar os conhecimentos da ciência ao processo produtivo. Santos (2008) afirma que a partir do final do século XX, com o acirramento do fenômeno da globalização, transitamos de sociedade industrial para sociedade informacional. Embora essa transição não esteja completa, ela se afirma cada dia mais, compondo o meio técnico-científico-informacional.

Quando somadas as novas possibilidades de fluidez do espaço com os avanços do meio técnico-científico-informacional, tem-se a intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária. Agora, a forma capitalista de produção agropecuária irá compor o grande agronegócio globalizado. (ELIAS, 2006).

No entanto, o processo de reestruturação da agropecuária brasileira não é para todos, pois:

[...] a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e especialmente seletiva. Diante disso, mantém intocável algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados grupos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo. (ELIAS, 2006, p. 28).

Ocorrem, assim, o aprofundamento das desigualdades e a geração de mais desequilíbrios regionais, com aumento da exclusão e da pobreza. Problemas estes que acarretam reflexos na divisão territorial do trabalho agropecuário. Isto ocorre porque as Regiões Sudeste e Sul foram as primeiras a passar por processos de modernização.

A Região concentrada é o local onde os acréscimos de ciência e tecnologia ocorreram de forma contínua no território. É a expressão mais intensa do meio técnico-científico-informacional e abrange os Estados do Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), do Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dois Estados da Região Centro-Oeste, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Essa região é constituída da parte do território brasileiro que melhor se adapta aos interesses do grande capital internacional, integrando um arranjo territorial produtivo agrícola dominado por empresas nacionais e multinacionais hegemônicas da agropecuária mundial. A Região Concentrada concentra ainda o que há de mais moderno no agronegócio do país, o mais expressivo desenvolvimento industrial e financeiro.

Além da Região Concentrada, considerando a divisão territorial do trabalho agropecuário, que resulta da reestruturação produtiva do setor, percebem-se outras duas grandes regiões. A primeira delas é a Região Amazônica, que compõe a fronteira agrícola e mais recentemente tem sido incorporada parcialmente à modernização.

A outra região é a Nordeste, que durante longo tempo foi considerada arcaica, com estrutura fundiária extremamente concentrada, uso extensivo da terra e também da força de

trabalho, baixa capitalização, predominância de trabalhadores não-assalariados e semiassalariados e baixo grau de integração técnica com setores industriais componentes dos complexos agroindustriais.

Um bom exemplo das atividades de baixa capitalização foi o cultivo agrícola que perdurou por várias décadas na vazante do leito do rio São Francisco. Na medida em que a vazão do rio se reduzia em determinados períodos do ano, deixava à mostra uma terra fértil propícia para a prática agrícola.

Essa agricultura de vazante foi encerrada de forma abrupta com a modificação do regime do rio, provocada pela construção de represas. No período chuvoso, o rio possuía uma vazão de 13.000 m³ de água por segundo e, no período de seca, somente 900 m³ de água por segundo. Com a construção das barragens passou a uma média perenizada entre 2.500 m³ e 3.000 m³ de água por segundo durante todo o ano.

As represas permitiram o surgimento da agricultura irrigada, a qual se dava através de canais artificiais que levavam a água para as áreas cultivadas por inundação. Houve então um elevado aumento na produtividade, mas, no médio prazo, provocou a salinização do solo, problema que somente anos mais tarde seria solucionado.

No início desse processo, acompanhando o pensamento de Celso Furtado, houve preferência por uma política protecionista de desenvolver a produção de alimentos para consumo do mercado interno. Buscava-se, assim, evitar a ocupação agrícola nos moldes do período colonial, repetindo a produção para o mercado externo com a consolidação do latifúndio (ANDRADE, 2005).

Porém, com o golpe de Estado de 1964, há uma mudança na política agrícola do país e a produção passa a visar a exportação para outras regiões brasileiras e também para o mercado internacional. Os projetos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e também pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) — que no início procuravam beneficiar os pequenos agricultores e populações remanescentes de grupos indígenas, organizados em cooperativas ou em estabelecimentos familiares —, foram transformados em projetos para empresas pertencentes a grupos empresariais da própria região, da região Sudeste, bem como de grupos econômicos internacionais (ANDRADE, 2005).

Assim, os antigos ocupantes da terra são relegados ao segundo plano, transferem-se para as cidades e passam a viver de trabalhos esporádicos. Os grupos com menor escolaridade

migraram para regiões mais distantes de seu local de origem e poucos tiveram a chance de se fixarem nas cidades (Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento-Sé, todas no Estado da Bahia) planejadas, nascidas após a inundação de suas antigas áreas pelo rio São Francisco depois da construção do lago de Sobradinho (ANDRADE, 2005).

Essas mudanças favoreceram algumas cidades nordestinas, fazendo com que a região saísse de uma posição arcaica e iniciasse seu processo de inserção numa dinâmica econômica e social globalizada. Porém, vale ressaltar que tais mudanças causaram sofrimento das populações ribeirinhas, que foram retiradas à força de suas moradias e que em muitos casos perderam sua fonte de sobrevivência, a cultura de vazante. Acrescenta-se nesse contexto que essa inserção é subalterna, ou seja, as cidades nordestinas se inserem numa dinâmica globalizada mantendo seu caráter periférico.

Então, a partir dos anos de 1980, alguns lugares específicos do Nordeste passam a incorporar a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado. Passam a receber investimentos de importantes empresas e difunde-se a agricultura científica. O semiárido, que até então compunha o exército de reserva para o agronegócio (SANTOS, 2008), torna-se atrativo e passa a ser incorporado aos circuitos globais de forma subalterna. Assim, assume novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola.

Essas transformações modificam a realidade de muitas cidades no interior do Nordeste. É verdade que houve um custo alto para sua população, mas não se pode negar que definiu novos rumos para seu crescimento.

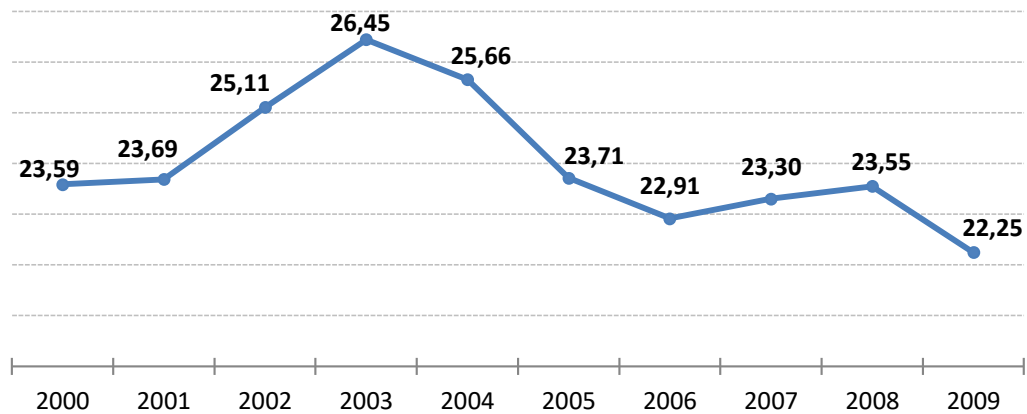
2.3 CONTRAPONTO AO AGRONEGÓCIO

Os avanços verificados na agricultura brasileira nos últimos anos são fruto de grandes transformações estruturais que ocorreram no setor ainda nos anos de 1950. Tais transformações foram chamadas de Revolução Verde e se baseavam no uso combinado de insumos modernos, máquinas e tratores, fertilizantes químicos e corretivos, controle de pragas e doenças com produtos químicos, uso de sementes geneticamente modificadas e também da irrigação.

Esse setor da economia brasileira torna-se de extrema importância na geração de riquezas para o país, tanto assim, que nos anos 2000 teve grande relevância na composição de todo o produto gerado, segundo dados do Centro de Pesquisa em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura

(CNA). Em 2009, apresentou o menor resultado do período, que ainda assim foi bastante significativo, 22,25% (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Participação do agronegócio no PIB brasileiro nos anos 2000



Fonte: CEPEA – USP/CNA.

O campo brasileiro enfrentou grandes transformações decorrentes desse processo modernizador, pois as novas técnicas, aliadas a incentivos e subsídios, bem como ao aumento considerável do crédito, contribuíram para o crescimento da produtividade do setor. Grandes centros de pesquisa, privados e públicos, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) são em boa medida responsáveis pelo desenvolvimento e difusão das tecnologias no campo.

Outro componente que não pode ser esquecido nesse contexto, foi a criação do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) pelo governo federal em 2000. Esse programa permitiu a renovação de tratores e colheitadeiras, com baixas taxas de juros pré-fixadas e com parcelas fixas.

Paralelo a esses avanços, o campo brasileiro guarda uma realidade ainda degradante, com conflitos de terras permanentes e oferecendo condições de trabalho análogas ao escravo. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou cerca de 847 visitas de inspeção em 2.040 fazendas, libertando 34.765 trabalhadores que viviam uma realidade de trabalho análoga à de escravo entre os anos de 2000 e 2009. São constantes a violência contra a ocupação e a posse da terra e os assassinatos no campo, ameaças de morte, prisões, torturas e agressões (DIEESE, 2012).

O surgimento de novas fronteiras agrícolas, como os cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, não foi seguido por melhor distribuição de terras, nem tampouco de renda. O processo de modernização não se deu de forma homogênea em todo território brasileiro, nem mesmo em todos os setores agrícolas. As regiões mais desenvolvidas foram privilegiadas nesse processo, assim como os grandes produtores rurais. Desta forma, houve maior concentração de capital e renda na mão de poucos já favorecidos.

A concentração de capital e renda se dá no estado de São Paulo, na região Sul e na região Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste a modernização ocorre mais lentamente, causando uma disparidade produtiva que se agrava na medida em que a expansão do agronegócio está associada à apropriação dos recursos naturais.

A concentração de terras e a ausência de uma agenda nacional que contemple a implantação de uma reforma agrária dificultam o desenvolvimento e o estabelecimento de sistemas familiares de produção mais amplos. Vale ressaltar que aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, são produzidos pela agricultura familiar. Existem, portanto duas formas distintas de atividade agrícola, uso e ocupação do solo,

[...] um deles com produção voltada à exportação, fundamentado na grande propriedade monocultora, e outro, o modelo de agricultura familiar, fundamentado na pequena propriedade rural com produção voltada ao mercado interno. Apesar de não serem segmentos autônomos, dadas as várias interfaces entre eles, representam distintas concepções de ocupação do espaço agrário, de relações sociais e em suas relações com o meio ambiente. (DIEESE, p. 119, 2012).

As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar fazem com que as famílias busquem novas oportunidades de trabalho e renda nas grandes propriedades agroindustriais e nas cidades. Esses trabalhadores se submetem a precárias relações de trabalho e, desse modo, contribuem para a elevação dos índices de pobreza, aumentando o êxodo rural. De acordo com o censo do IBGE de 2010, a população rural no Brasil reduziu em 16,5% em comparação com o censo anterior, realizado em 2000.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, realizada pelo IBGE, deu mostras da desigualdade existente no campo, pois 10% da população mais rica residente no campo detinha 30% da renda, enquanto os 10% mais pobres detinham apenas 1,5% da renda. Ainda segundo a PNAD/2009, um terço dos domicílios rurais não contava com canalização interna de água e dos domicílios que dispunham do serviço, apenas 43% estavam conectados à rede geral de abastecimento.

Dos 8,7 milhões de domicílios registrados na pesquisa, 67% não dispunham de coleta de lixo e apenas 5% possuíam esgotamento sanitário ligado à rede coletora. Verificou-se ainda que em cerca de metade dos domicílios rurais a renda *per capita* não passava de metade do salário-mínimo, evidenciando a fragilidade do crescimento verificado no campo brasileiro, fruto da nova dinâmica do agronegócio.

Desta forma, a inserção globalizada das cidades no agronegócio se dá com a sujeição às políticas de desenvolvimento neoliberal. Sob essa perspectiva, o agronegócio é compreendido como um espaço de realizações plenas no mercado global. Lugar sem contradições e sem conflitos. Neste lugar há somente crescimento e progresso.

Assim, tenta mudar a imagem de latifúndio da agricultura capitalista. Já que o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do atraso político e econômico. Daí que o termo agronegócio foi cunhado para renovar a imagem da agricultura capitalista, com intuito de modernizá-la.

Tentativa de ocultar o caráter concentrador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (FERNANDES, 2013).

De modo que o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, p.4, 2013).

O agronegócio se expandiu, ampliando o controle sobre o território e sobre as relações sociais, contribuindo com o aumento das injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder, riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

3 PONTOS LUMINOSOS NO NORDESTE: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO

A dinâmica de reprodução dos espaços agrícolas do semiárido e dos cerrados nordestinos, que recentemente foram incorporados à produção agropecuária globalizada, dá-se como resultado da dispersão da agricultura científica e do agronegócio pelo território brasileiro, difundindo-se as especializações produtivas.

Em todo o país, essa expansão do agronegócio globalizado promove forte dinamismo na economia urbana, principalmente no que tange ao consumo produtivo, na dinâmica populacional e no mercado de trabalho. Estabelecem-se, então, novas relações campo-cidade, pois agora a cidade não é apenas o centro comercial que os agricultores buscam para poder comercializar seus produtos.

A cidade nessa nova relação passa também a depender do sucesso das atividades agroindustriais, pois estas levam recursos e ampliam a venda dos produtos comercializados nela. Assim, algumas cidades terão sua dinâmica e suas demandas fortemente imbricadas com o agronegócio, constituindo-se em cidades do campo (SANTOS, 2008).

Para Elias (2006), os espaços urbanos inseridos em regiões produtivas agrícolas onde há gestão local ou regional de um agronegócio globalizado, cidades que possuem suas funções mais prementes vinculadas ao atendimento das demandas do agronegócio, constituem-se cidades do agronegócio. Nelas, é muito clara a dependência da economia urbana à produção agrícola.

No Nordeste, Petrolina (PE), Mossoró (RN), Juazeiro e Barreiras (BA) são exemplos de cidades do agronegócio. Elas registraram forte crescimento nas últimas décadas e concentraram, assim, uma gama de novas atividades antes não identificadas em suas economias (ELIAS, 2006).

Nesse sentido, Oliveira (2004), afirma existirem forças que contribuem para a aglomeração de atividades em uma determinada região e forças que atuam para a dispersão destas mesmas atividades. Sob este ponto de vista, o que levaria uma cidade ao crescimento seria a sobreposição de das forças de aglomeração sobre as forças de dispersão.

A variação dessa sobreposição implicaria no maior ou menor crescimento das cidades. Vale lembrar que tal situação, por se dar historicamente, pode variar também ao longo dos anos. Por esse motivo, Oliveira (2004) busca identificar quais os fatores mais relevantes na determinação do crescimento de uma cidade.

Para o autor, os custos de transporte, os retornos crescentes de escala nas atividades produtivas, bem como a urbanização, são concentradores de atividades. A aglomeração ocorre em função das atividades de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Assim, ocorrem conexões nas transações entre as empresas com seus fornecedores de insumos e com os consumidores.

A redução dos tempos de deslocamentos atua como ‘reductor de distâncias’, aproximando as pessoas e as empresas de outros centros urbanos. Percebe-se que existe uma decisão econômica que leva em consideração os custos de se mover pessoas, ideias e produtos no espaço. Daí se depreende que a existência de aglomerações de atividades e pessoas se deve, em parte, à existência de custos de transporte, pois tais custos influenciam a decisão das decisões de localização de empresas e pessoas.

No Nordeste, por exemplo, quase todas suas capitais e principais cidades estão localizadas no litoral ou próximas de rios navegáveis (assim como as citadas anteriormente). Tal localização não ocorre à toa, mas decorre dos custos de transporte, já que estradas e vias férreas eram inviáveis, sendo o transporte marítimo ou fluvial o mais barato e utilizado.

Há ainda outra força que contribui com aglomeração de atividades, que é a economia de urbanização. Esta ocorre quando o custo de uma empresa se reduz na medida em que se localiza próximo de uma área urbana.

Vale destacar que a economia de urbanização gera benefícios não apenas para as empresas, mas também para toda a cidade e para todas as empresas que lá se localizam e não apenas a um setor industrial qualquer. Diferindo, portanto, da economia de localização, que gera benefício apenas para uma empresa ou mesmo um ramo industrial (Oliveira, 2004). A urbanização pode, assim, reduzir o custo de transporte, concentrando uma série de serviços semelhantes, preferencialmente substitutos imperfeitos em determinadas áreas.

Como exemplo, pode-se citar a aglomeração de revendas de carros usados ou serviços de autopeças, muito comum nos centros urbanos. Nesses casos, ocorre um fluxo de clientes que buscam tais serviços, com possibilidade de visitar várias lojas com baixo custo de transporte, permitindo realizar melhor escolha. Tal fluxo de consumidores incentiva a concentração de mais lojas do ramo, fato que faz aumentar ainda mais sua concentração.

A presença de uma diversidade de serviços atua como fator de atração a outros complementares. Bancos, seguradoras, imobiliárias, escolas e hotéis, assim como serviços

públicos tipo, transporte coletivo, fornecimento de energia, saneamento básico e policiamento exercem poder de atração que atua na decisão de localização de outras atividades.

Na pesquisa desenvolvida por Oliveira (2004), constatou-se que nos anos 1990 houve uma expansão nas regiões mais urbanizadas, desta forma, além de buscar cidades com maior renda, houve uma busca por regiões com melhor qualidade de vida. Isto ocorre em grande medida porque os centros urbanos facilitam, não apenas o processo de produção, mas também o consumo.

Os centros urbanos são atraentes por oferecerem melhores serviços, tais como teatros, cinemas e restaurantes, que melhoram o bem estar da população. Oliveira (2004) afirma ainda que cidades que dispõem de um bom nível de capital humano tendem a crescer mais que as que não dispõem desta característica. Esperam-se maiores rendimentos nestas cidades, tendo em vista que por serem mais urbanizadas e com maior capital humano cresçam a maiores taxas.

No entanto, o autor percebe que em relação à condição econômica dos moradores da cidade existe uma importante consideração:

As cidades que mais cresceram foram as que possuíam o menor percentual de pobres. Este baixo percentual de pobres pode significar uma demanda maior por trabalho o que certamente é um grande poder de atração de mão-de-obra. Por outro lado, cidades com um grande número de pobres pode significar baixa demanda por mão-de-obra, e, desta forma, ninguém se interessaria em migrar para estas cidades. Se considerarmos que maiores níveis de pobreza estão associados a maiores conflitos sociais, então neste caso também haveria uma evasão destas cidades que possuem este tipo de externalidade negativa, porque estas externalidades pioram a qualidade de vida. (OLIVEIRA, 2004, p.350).

Vale destacar que a pobreza está presente em praticamente todas as cidades nordestinas, desde suas capitais até a menor de suas cidades. Tal fato contribui negativamente para o crescimento, causando um problema cíclico, não cresce por ser pobre e é pobre porque não cresce. Assim, as poucas cidades que conseguiram, de alguma sorte, apresentar forte crescimento nas últimas décadas constituem pontos luminosos em contraposição aos pontos opacos, ou seja, regiões que não conseguiram crescer.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DOS PONTOS LUMINOSOS

Nos últimos trinta anos, espaços agrícolas do Nordeste foram afetados por grande intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas. Este fato acirrou a dicotomia entre agricultura tradicional e agricultura científica. Essa dicotomia se apresenta de forma bem

definida em partes do território do Nordeste, constituindo verdadeiros pontos luminosos em pleno semiárido (ELIAS, 2006).

Santos e Silveira (2012) chamam de espaços luminosos aqueles que mais concentram densidades técnicas e informacionais. Com esta concentração, conseguem atrair empresas mais capitalizadas, com tecnologia e organização mais avançadas. Os autores afirmam ainda que os espaços onde essas características não são identificadas, constituem espaços opacos.

Entre espaços luminosos e espaços opacos encontram-se uma infinidade de situações, mas é no espaço luminoso, por concentrar as técnicas e informações, que se constitui o lugar mais apto para a instalação de grandes empresas. Isto se deve em grande medida à obediência com maior regularidade aos interesses do grande capital.

Por possuir maior densidade técnica e informacional, os espaços luminosos podem se constituir em espaços de rapidez, ou seja, aqueles dotados de boas vias por onde escorrem veículos modernos e velozes, contam com boa disponibilidade de transportes públicos facilitando escoamento de produção constituindo importante elemento para o crescimento de uma região (SANTOS; SILVEIRA, 2012). Esses mesmos autores afirmam ainda que:

A ideia de espaços da rapidez e espaços da lentidão também poder ser cotejada com a noção de espaços do mandar e do fazer e de espaços do mandar e do obedecer, admitindo-se que o fazer sem mandar e o obedecer podem produzir a necessidade da existência de vias sem, obrigatoriamente, ostentar a mesma presença que nos espaços do mandar. (p. 263).

Percebe-se, porém, nesta análise, que os pontos luminosos do Nordeste não se constituem em espaços do mandar, já que estes não

[...] são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. Este último, o pensamento, dá-se por meio de todas as modalidades de informação subjacentes à produção moderna. É a partir do nexos informacional que se instala o nexos circulacional, criando-se o movimento, inclusive o do próprio turismo, cujos polos receptores são mais difusos e podem ser menos poderosos que os polos emissores. Na mesma ordem de ideias, a produção que dinamiza certas áreas tem seu motor primário ou secundário em outros pontos do território nacional ou mesmo do estrangeiro. (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 263).

Os espaços onde os mandos, as ordens são dadas, são também espaços no qual se sobrepõe a divisão do trabalho, culminando que os espaços do mandar se confundem com os espaços da fluidez efetiva, que por sua vez, constituem espaços da rapidez. No caso nordestino, o que há é a subordinação ao capital. Produz-se para os grandes mercados globais atendendo a suas especificações, desejos e caprichos.

Algumas cidades do Nordeste constituem espaços luminosos, mas somente isso. Tais cidades por atender determinadas exigências, densidades técnicas e informacionais, se tornam aptas a integrar o comércio global. Mas de forma periférica. Quase a totalidade das cidades desta região constituem, em verdade, espaços opacos.

3.2 PETROLINA E JUAZEIRO SE CONSTITUEM COMO PONTOS LUMINOSOS DE DESENVOLVIMENTO?

A região do Submédio São Francisco foi a primeira a viver o processo de intensificação da produção agrícola capitalista na década de 1980. Esta região constitui, hoje, importante produtora de frutas, voltadas especialmente para exportação, principalmente os municípios polos: Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Esses municípios mais recentemente se inseriram, nacionalmente, como áreas do agronegócio com forte influência de uma agenda político-econômica neoliberal, que encontrou apoio no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), caracterizada por uma inserção passiva do país na economia e no consumo globalizado.

Neste período, toda a população brasileira foi submetida aos ditames dos grandes grupos econômicos dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais, com o acirramento do neoliberalismo, da diminuição, se não eliminação completa do papel do Estado como maestro de um projeto de nação. (ELIAS, 2006, p.32).

Desde a década de 1970 a expansão do meio técnico-científico-informacional ocorreu na Região Concentrada e em forma de pontos ou até mesmo manchas no restante do país. Abriram-se assim novas possibilidades de uso dos territórios com as várias modernizações implantadas de forma seletiva no país, que conseqüentemente resultaram em desiguais densidades técnico-científico-informacionais. Nesse contexto, ocorreram

alterações tanto na forma como no conteúdo dos espaços reservados às atividades agropecuárias. Introduzem-se modernas técnicas de manejo e cultivo, acirram-se as relações agricultura-indústria, há integrações entre diferentes capitais, modificam-se a distribuição e a regionalização da produção agrícola no Brasil. (RAMOS, 2006, p. 152).

Aparecem então novos sistemas técnico-agrícolas com diferentes especificidades na organização dos subespaços no interior do Brasil. Cada subespaço possui diferentes estratégias de preparo do solo, armazenagem, beneficiamento, comercialização e distribuição que, somados às políticas de crédito agrícola e de assistência técnica, conformam um subespaço agrícola humano na RIDE Pólo Petrolina/Juazeiro.

Ramos (2006) busca compreender o uso agrícola do território, tentando encontrar as influências que este exerce sobre a atividade econômica. Nesse sentido confirma-se a ideia de Santos e Silveira (2012), na qual a expansão do meio técnico-científico-informacional foi decisiva na formação de espaços que acumulam densidades técnicas e informacionais, portanto fornecem maiores atrativos, com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização.

Um cenário que ainda hoje predomina no semiárido nordestino é a paisagem com vegetação de caatinga, solos pedregosos e população esparsa. No entanto, neste cenário de clima seco e baixa pluviosidade existe o Rio São Francisco, elemento geográfico natural que permitiu desde épocas remotas a instalação do homem em suas margens.

Assim, a prática agrícola ao longo do curso do São Francisco não é novidade. Antes, era totalmente dependente das determinações da natureza, com seus períodos de seca e estiagem, caracterizava-se pela agricultura de beira-rio, distinta da praticada em áreas de sequeiro, que por sua vez dependia somente das chuvas (RAMOS, 2006).

O estabelecimento do homem neste território se deu em função da presença do rio e posteriormente, já no período da colonização brasileira, também como ponto estratégico de confluência de caminhos de criadores de gado e de bandeirantes que, aliados à presença de missionários, definiram o nascimento de pequeno núcleo urbano nesse território.

3.2.1 O poder público como definidor do crescimento

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, principia o processo de mecanização do território, contribuindo também com a urbanização. A navegação a vapor com o navio Saldanha Marinho (1871) e a estrada de ferro Salvador-Juazeiro (1896) são exemplos da pujança da região no período. A partir dos anos 1940, passa-se a utilizar o sistema de rodas-d'água, que mais tarde dá lugar às motobombas, permitindo o uso mais eficiente da oferta de água.

Com o desenvolvimento das rodovias nos anos 1940 e 1950, bem como com a inauguração da Ponte Presidente Dutra em 1954, ligando Juazeiro-BA a Petrolina-PE e o norte ao sul do país, ocorre uma nova organização territorial, com um novo sistema técnico-agrícola.

Surge a cultura da cebola na região, que pode ser considerada a precursora da lavoura irrigada que hoje se conhece e é praticada em larga escala comercial, objetivando abastecer

mercados distantes. Nesse processo, a produção faz uso de adubos, inseticidas, fungicidas e conta com a presença dos bancos com crédito rural.

Vale ressaltar que entre os anos de 1940 e 1960 há grande preocupação do Estado brasileiro com a integração dos mercados regionais e com o desenvolvimento urbano industrial, culminando com um plano de desenvolvimento para o Vale do São Francisco e a criação de uma série de instituições que se somarão ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em atividade desde 1909.

Surge, em 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1952, o Banco do Nordeste (BNB) e em 1955, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Além destes órgãos, outra grande contribuição para o desenvolvimento do semiárido foi dada pelos estudos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e com a posterior criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A antiga CVFS ganha nova denominação em 1974, quando passa a se chamar Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

A CODEVASF, que instala em Juazeiro uma e em Petrolina outra das suas sete superintendências, teve importante papel de indutor do desenvolvimento na região, contribuindo para o estabelecimento de uma racionalidade instrumental, garantindo a agricultura irrigada em grandes extensões do semiárido.

O poder público responsabilizou-se em fornecer aos colonos a área, os equipamentos e a infraestrutura necessária, como asfalto das vias de escoamento, eletrificação rural, construção de canais, dutos, inclusive se responsabilizou pela construção de agrovilas, equipadas com escolas, postos médicos e casas para os colonos.

Nas décadas seguintes (1970 e 1980) vários perímetros de irrigação foram inaugurados, com apoio de vários programas e projetos, como o Programa Plurianual de Irrigação (1971); o Provale em 1972; Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do São Francisco, em 1974; o Polonordeste e Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR), em 1976; o Projeto Sertanejo, em 1976 e, na década de 1980, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE).

A ação desses programas/projetos permitiu a reunião dos elementos necessários para a prática de uma agricultura irrigada moderna e para o surgimento de empreendedores agroindustriais.

Porém, durante a década de 1980 tais programas atuaram de forma lenta e durante a década de 1990 de forma mais acentuada. A CODEVASF se afastou do gerenciamento e manutenção dos perímetros irrigados, transferindo essa responsabilidade aos próprios agricultores. A política e atividade da companhia se dirigiu aos empresários agrícolas mais capitalizados, que possuíam as condições necessárias para assumir os riscos que uma atividade agroindustrial impõe.

Este fato ocorreu num momento em que o meio técnico-científico-informacional transformou

[...] decisivamente a base material, os fluxos de relações e as possibilidades de uso agrícola no semiárido nordestino. As novas técnicas de irrigação pães de informação e saber científico se somam e contrapõem-se às técnicas empíricas, próprias de uma fase na qual as imposições de natureza predominam sobre o trabalho humano. (RAMOS, 2006, p. 159).

Há nesse território uma valorização seletiva com desigual inserção da população, fruto de ações conjugadas de instituições públicas que privilegiam determinados agentes em detrimento da população mais pobre.

A instalação de uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Petrolina-PE (1977), Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA-EMBRAPA), aliada à criação da barragem de Sobradinho-BA, no início dos anos 1980, permitiram que produtores mais capitalizados diversificassem a produção do território em direção às tendências do mercado internacional.

A tendência do mercado internacional, por sua vez nos anos seguintes, principalmente a partir dos anos 1990, seguiu em direção à produção de alimentos frescos, mais especificamente de frutas, que despontam com forte aumento na demanda, explicado pelo fato de que cada vez mais pessoas buscam produtos com baixas calorias, de fácil preparo e consumo, rico em vitaminas, sais minerais, fibras e proteínas.

As mudanças na dinâmica espacial, ocasionadas tanto por um modelo hegemônico de produzir alimentos, quanto por necessidades de desenvolvimento do território e conseqüentemente de inserção na agricultura científica, resultam na existência de um espaço luminoso, com grande densidade técnico-científico-informacional, dando sustentação a essas novas práticas.

Cabe, porém, refletir sobre a forma como é utilizado o território, pois o mercado, do modo como está concebido neste modelo, não está ao alcance de todos os produtores e produtos.

Aqueles que não têm acesso a informações como perfil e demanda do mercado, novas tecnologias, oferta de crédito e políticas específicas, por exemplo, estão mais vulneráveis às constantes oscilações na reestruturação produtiva deste território.

A política estratégica apoiada em projetos hidrelétricos e processos modernos de irrigação automatizada transformaram algumas áreas do semiárido nordestino, as quais se tornaram espaços de produção de frutas frescas, mantendo uma relação forte com os mercados nacional e internacional.

As culturas tradicionais do Nordeste, como a cana-de-açúcar e o algodão gradativamente perdem importância na pauta de exportações. Esse processo se dá com a entrada de novos produtos, tais como uva, manga, melão e coco, para citar os principais. Há uma preocupação no sentido de que a introdução de novos produtos ocorra com uma ressignificação de símbolos da agricultura nordestina. Assim, esses produtos devem estar associados a frutos saudáveis, tropicais, naturais, os quais se relacionam com o clima e a beleza da região.

Uma grande quantidade de trabalhadores e também de empresários é atraída para as cidades. Surgem novas relações entre trabalhadores e produtores, agentes de mercado e consumidores, promovendo uma dinamização econômica sem precedentes, com grande circulação de trabalhadores e mercadorias.

Mais do que novas oportunidades de produção e emprego nas unidades agroindustriais, desencadeia-se vasta gama de oportunidades e ocupação para os trabalhadores. Surgem novas agências bancárias, hotéis, restaurantes, bares, escolas, empresas de consultoria, venda e manutenção de equipamentos de irrigação, casas comerciais especializadas em fertilizantes e defensivos, dentre outras tantas.

Passa a existir também uma demanda por trabalhadores altamente qualificados, bem como por trabalhadores polivalentes que se inserem atendendo a requisitos estabelecidos externamente. Porém,

Esse dinamismo das regiões não tem sido suficiente para evitar a convivência nelas de áreas modernas de agricultura irrigada com a agricultura tradicional de sequeiro e com bolsões de miséria onde os migrantes [...] vivem na periferia das cidades e perambulam em busca de ocupação, demonstrando a ruptura entre lugares de moradia e de trabalho. (CAVALCANTI *et al.*, 2006, p.122).

Isso decorre, em grande medida, do fato de que o modelo adotado privilegiar as empresas, apesar de, no início, os projetos públicos possuírem um cunho social no qual se buscava a inclusão dos colonos e pequenos produtores ribeirinhos. O modelo empresarial com

suas exigências deixou o colono de fora desse processo, e este fato tem consequência direta nos indicadores sociais, medidos através do IDH-M, assunto do tópico seguinte.

3.2.2 Evolução dos indicadores sociais na RIDE

Há uma série de dificuldades que o modelo adotado impõe ao desenvolvimento da RIDE. Pode-se mesmo afirmar que o que se verifica é crescimento econômico e não desenvolvimento. Apesar disso, percebe-se que ao longo dos anos houve uma melhora nos indicadores sociais, medido através do Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que aqui no Brasil, conta com as parcerias da Fundação João Pinheiro, instituição do Estado de Minas Gerais, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Tal melhoria é constatada em todas as cidades que compõe a RIDE, que possui uma população que ultrapassa meio milhão de habitantes, se espalhando nos oito municípios que a integram. Todos eles apresentaram significativa evolução em seus indicadores sociais.

Vale lembrar que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma ferramenta desenvolvida por Mahbub ul Haq em conjunto com Amartya Sen, que visa fornecer uma medida resumida do progresso em longo prazo dos avanços de uma sociedade específica, e que traz três dimensões básicas do desenvolvimento humano, renda, educação e saúde. (PNUD, 2013).

Destaca-se que o IDH foi concebido e é considerado como uma medida geral e sintética que, embora amplie a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange e nem esgota todos os aspectos do desenvolvimento (PNUD, 2013).

O PNUD anualmente publica o Relatório de Desenvolvimento Humano, onde são apresentados os resultados do IDH. Este relatório completou 20 anos em 2010 e ao longo dos anos foram incorporadas novas metodologias que aprimoraram o índice. Assim, atualmente as três dimensões que o compõem (saúde, educação e renda) são calculadas como se segue:

O índice é calculado para vários países do mundo, e no Brasil ele tem por base de cálculo os dados dos censos demográficos elaborados pelo IBGE. Desta forma, neste Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a

expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2013, p.1).

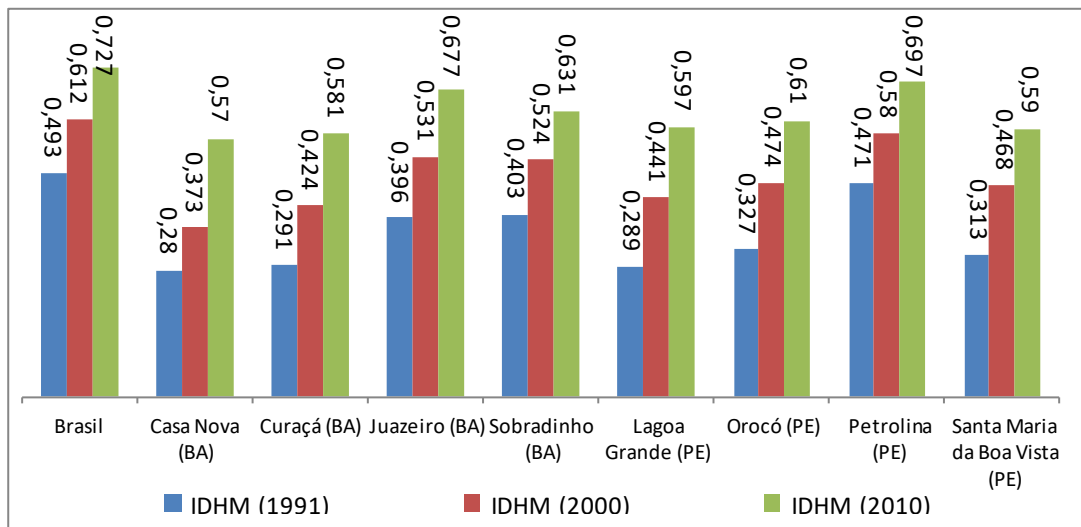
O índice é calculado para vários países do mundo, e no Brasil ele tem por base de cálculo os dados dos censos demográficos elaborados pelo IBGE. Desta forma, se busca explicitar o desempenho do desenvolvimento humano a partir do IDH-M na RIDE.

Vale lembrar que o IDH é um índice basicamente estrutural, já que com exceção apenas da renda *per capita*, os demais indicadores que entram na sua composição não apresentam variações muito significativas de um ano a outro. Assim, o IDH não reflete pequenas melhorias nos indicadores sociais no curto prazo, ou seja, as oscilações conjunturais de um ano a outro terão impacto muito reduzido (OLIVEIRA, 2006).

Feitas essas considerações, identificamos que o IDH brasileiro se situa em 0,727, valor que confere ao país colocação entre os de alto Índice de Desenvolvimento Humano. Todos os municípios da RIDE estão abaixo do índice nacional. O melhor indicador é apresentado pelo município de Petrolina (0,697), seguido pelo município de Juazeiro com o índice de 0,677. O pior índice da RIDE foi apresentado por Casa Nova, 0,57.

Desta forma, apenas os municípios de Petrolina, Juazeiro, sobradinho e Orocó se encontram situados na faixa de médio desenvolvimento humano. Os demais se situam na faixa de baixo desenvolvimento humano. Vale destacar que no ano 2000, Petrolina, Juazeiro e Sobradinho também se encontravam na faixa de baixo desenvolvimento humano, quando os outros municípios eram considerados de muito baixo desenvolvimento humano (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do IDH brasileiro e IDH-M dos municípios que compõem a RIDE pelo Petrolina/Juazeiro – 1991, 2000 e 2010

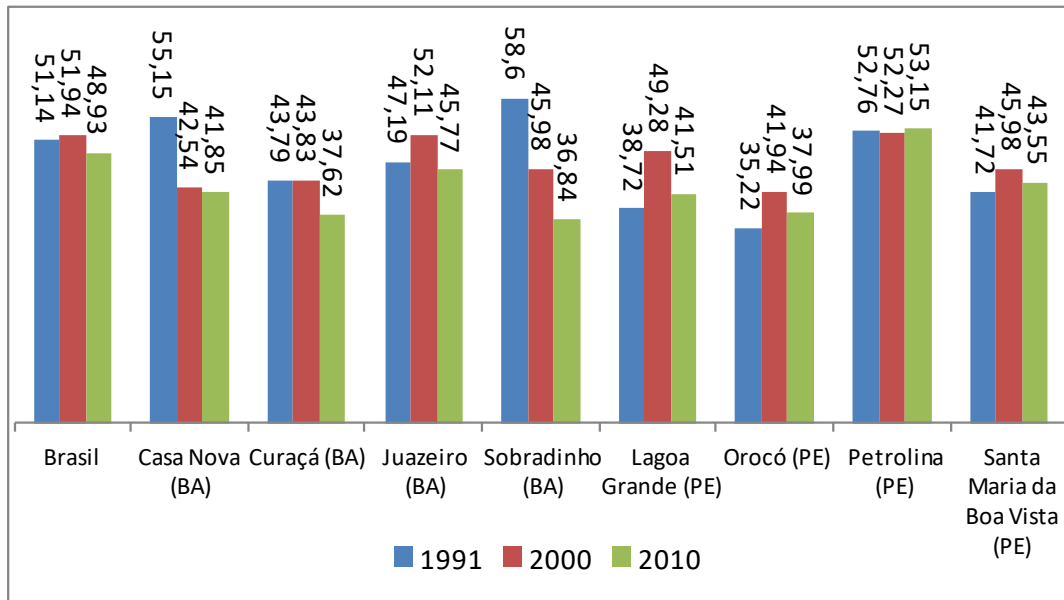


Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Outra informação relevante é mostrada no Gráfico 3, onde temos o percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos para o Brasil e para os municípios da RIDE. Verifica-se que embora a tendência brasileira seja de queda na apropriação de renda pelos mais ricos, os dados do PNUD apontam que nos municípios pernambucanos que compõem a RIDE houve um aumento na apropriação da renda pelos mais ricos, ou seja, agravou-se a concentração renda.

Embora os municípios baianos da RIDE tenham acompanhado a tendência nacional de queda, o município de Juazeiro, apresentou o mais suave deslocamento nesse sentido. Esse dado é importante, pois considerando que Juazeiro, juntamente com Petrolina conformam as forças motrizes da RIDE em desempenho econômico, significa dizer que quando a apropriação de renda não favoreceu os 10% mais ricos, ela pouco se deslocou em direção aos menos afortunados, mostrando uma fragilidade no modelo econômico vigente (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos – Brasil e municípios da RIDE pelo Petrolina/Juazeiro – 1991, 2000 e 2010

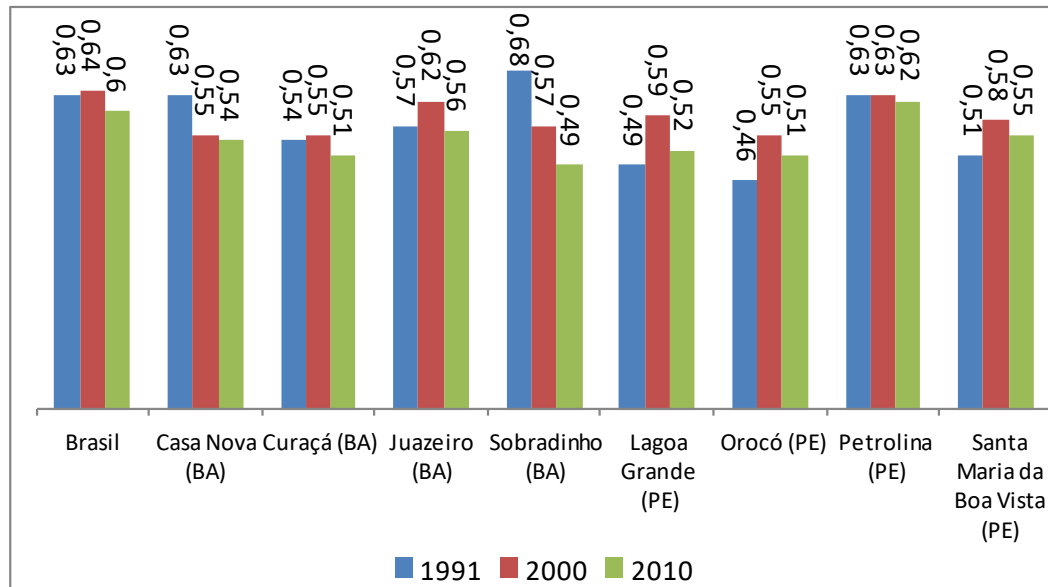


Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Como não poderia deixar de ser, quando se analisa o Índice de Gini para a RIDE, verifica-se algo semelhante aos dados de percentual de apropriação de renda pelos 10% mais ricos. Os municípios pernambucanos de Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Lagoa Grande pioraram em termos de desigualdade de renda. Petrolina apresentou uma suave melhora de 0,63 para 0,62.

Assim como foi verificado no Gráfico 3, os municípios baianos da RIDE acompanharam a tendência do índice do Brasil, melhorando a distribuição de renda favorecendo os mais pobres. Mais uma vez, Juazeiro apresentou um comportamento diferenciado dos demais municípios baiano componentes da RIDE, pois entre os anos de 1991 e 2000 houve aumento na desigualdade, favorecendo os mais ricos, porém entre o ano 2000 e 2010, tal fato se inverteu, já que nesse segundo momento os mais pobres foram beneficiados (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Índice de Gini – Brasil e municípios da RIDE Pólo Petrolina/Juazeiro – 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Percebe-se que a RIDE apresenta desenvolvimento desigual entre seus integrantes, fato que terá rebatimentos no crescimento econômico e consequentemente no mercado de trabalho, como veremos mais adiante. Embora o IDH-M tenha crescido de forma generalizada, um olhar mais acurado mostra que há grandes disparidades entre os municípios.

3.3 REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Considerando que a RIDE apresenta um desenvolvimento desigual entre seus integrantes, qual a sua razão de ser? Para responder esta questão, vale recuperar algumas nuances do momento histórico vivido ainda nos anos 1970, como um primeiro momento. Nestes anos, o governo militar cria nove regiões metropolitanas³, que visavam integrar o desenvolvimento dessas áreas, tendo em vista que o IBGE à época indicava que 50% do crescimento dessas cidades se deviam à migração interna, tendo como principal motivação a industrialização, conformando grandes aglomerações urbanas (AZEVEDO; ALVES, 2010).

Um segundo momento da criação da região integrada ocorre após a Constituição Federal de 1988, que consolida a valorização da instância municipal no trato dos problemas locais. No Brasil existem três regiões integradas de desenvolvimento econômico: RIDE DF/Entorno que engloba o Distrito Federal e mais 19 municípios do estado de Goiás e três do estado de Minas

³ Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto alegre.

Gerais, RIDE Pólo Petrolina-Juazeiro com quatro municípios do estado da Bahia e outros quatro municípios do estado de Pernambuco; e a RIDE Grande Teresina, que contém em sua estrutura treze municípios do estado do Piauí e um município do estado do Maranhão.

As RIDE foram criadas com o objetivo de articular as ações da União em um mesmo complexo social e geoeconômico. Tal instrumento de desenvolvimento e redução das desigualdades sociais está previsto na Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil em seu artigo 43. Tal artigo delega à lei complementar a definição das condições da integração. E a coordenação das ações está delegada a Conselhos Administrativos e suas Secretarias Executivas dentro da estrutura do Ministério da Integração Nacional.

A RIDE do Pólo Petrolina-Juazeiro foi criada pela Lei Complementar 113/2001 e regulamentada pelo Decreto 4.366/2002. Seu Conselho Administrativo (COARIDE) é presidido pelo Ministério da Integração Nacional e composto por representantes dos seguintes órgãos do governo:

- i) Casa Civil da Presidência da República;
- ii) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- iii) Ministério da Fazenda;
- iv) Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE;
- v) Governo do Estado de Pernambuco;
- vi) Governo do Estado da Bahia;
- vii) Governo dos Municípios que integram a RIDE.

Embora a RIDE tenha sido criada em 2001, somente em 2004 foram celebrados convênios específicos entre a União, através da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, com os estados da Bahia e de Pernambuco, bem como com os municípios que a compõem, do lado baiano: Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá e do lado pernambucano: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó.

Figura 1 - Municípios que compõem a RIDE Pólo Petrolina-Juazeiro



Fonte: Ministério da Integração Nacional.

Boa parte dos convênios firmados objetivou a estruturação do Arranjo Produtivo do Turismo no Vale do São Francisco que está associado à enologia e possui apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (CEPAL, 2011).

A composição da COARIDE é majoritariamente formada por membros do executivo nacional. Tal fato, aliado à criação por decreto dificulta o reconhecimento e a apropriação da RIDE pelos segmentos sociais locais. De acordo com o estudo da CEPAL (2011), apenas um dos oito prefeitos dos municípios partícipes integra de forma ativa as decisões dentro da RIDE.

Diante deste contexto, criou-se dentro do COARIDE um Grupo Temático – GT RIDE com objetivo de maior articulação regional com representações do governo Federal, dos estados da Bahia e Pernambuco, dos municípios integrantes, membros da sociedade civil (instituições de ensino e pesquisa, associações de municípios e entidades privadas) e grupos empresariais. Esse GT tem por missão a formulação de planos, projetos e a identificação de demandas para priorizar as ações da RIDE. As propostas são então apresentadas ao COARIDE que decidirá por sua implantação (CEPAL, 2011).

Destaca-se que juntamente com o Decreto de regulamentação da RIDE, foi instituído o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina e Juazeiro, através do qual a região deveria ser alvo da atenção do poder público para que na esfera federal estabelecesse prioridade no recebimento de investimentos, desde que de acordo com o estabelecido entre os entes federativos. Para tanto estavam previstas fontes de financiamento de natureza orçamentária destinadas pela União, estados e municípios para viabilizar operações de crédito com vistas a implementar as ações acordadas entre os partícipes.

Contudo, o que se constata é que diante de um panorama de falta de recursos e rigidez do orçamento federal, assim como pouca incorporação da lógica territorial na alocação dos recursos públicos, as rubricas ministeriais destinadas à RIDE terminam por ser pontuais e esparsas, e pior ainda, desvinculadas de um plano maior de desenvolvimento integrado (CEPAL, 2011).

Vale destacar ainda, que mesmo a participação das organizações da sociedade civil ocorre de forma incipiente, já que apenas uma organização possui atuação, qual seja a Associação Integrada do Turismo na RIDE (ASSITUR). Acrescenta-se que se excetuando a ASSITUR, não há membros da sociedade civil que se expresse enquanto representação da região como unidade política.

Há sim, a construção de consciência de atuação enquanto conjunto do semiárido, cujo melhor exemplo é a Articulação do Semiárido – ASA, que entre suas iniciativas, destaca-se a construção de um milhão de cisternas rurais, que se realizou dentro do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido (CEPAL, 2011).

Tal situação não passou despercebida do Plano de Ação Integrada e Sustentável para a RIDE Petrolina-Juazeiro, que constitui a base para o programa de desenvolvimento da região e foi concluído em 2010 por uma consultoria contratada e coordenada pelo COARIDE. A partir deste Plano de Ação, desenharam-se as linhas estratégicas de intervenção no território e apontou algumas demandas para o crescimento econômico da região:

- i) Maior investimento na cadeia produtiva, com intuito de adicionar valor à produção, principalmente a pecuária;
- ii) Ampliação das áreas irrigadas;
- iii) Elaboração de plano de ações integradas para o turismo;
- iv) Investimento em infraestrutura urbana; e

- v) Qualificação da mão de obra para impulsionar o processo de verticalização da cadeia produtiva.

Essas linhas estratégicas de intervenção se tornam extremamente importantes na medida em que o agronegócio mecanizado expulsou parte da população do campo das cidades que integram a RIDE acarretando um crescimento urbano caracterizado pelo desemprego e por baixa remuneração da força de trabalho (CEPAL, 2011).

Soma-se ainda o fato de que

O modelo de desenvolvimento pautado na construção de estruturas para a produção de energia e aproveitamento da água por meio de sistemas de irrigação fomentou uma configuração que estrutura hoje o agronegócio e consolidam uma economia cada vez mais fundamentada na ocupação de novas áreas e com amplo uso da tecnologia. Mas se por um lado possibilitaram o desenvolvimento econômico e urbano da região, por outro deixaram alguns passivos. (CEPAL, 2011, p.62).

Os passivos podem prejudicar no longo prazo a própria sobrevivência do agronegócio, já que dentre eles se incluem o despejo de resíduos sólidos e esgoto, o desmatamento das matas ciliares que comprometem os recursos hídricos já tão escassos no semiárido. Além desses problemas, elencam-se ainda a pesca predatória, o desmatamento, as queimadas e o uso inadequado de agrotóxicos. Com tudo isso, reduz-se no longo prazo o potencial de irrigação, e a capacidade de geração de energia pelas hidrelétricas instaladas no rio São Francisco decorrente da diminuição do volume de águas em seu leito.

Diante do exposto, percebe-se que a RIDE precisa se fortalecer, como afirmam Azevedo e Alves (2010) tanto o desenho institucional, quanto o modelo de gestão não têm sido eficazes para promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades. As autoras apontam para a importância do protagonismo dos entes envolvidos e da articulação política com objetivo de estimular a cooperação entre os municípios e um maior envolvimento dos estados. Neste sentido, reforçaria a concepção de que a RIDE é um instrumento de ação pública e enquanto tal precisa ser apropriado pelos segmentos sociais locais, fato que ainda não aconteceu.

Outro aspecto a ser considerado é

[...] o papel de coordenação dessas regiões de desenvolvimento, que hoje se encontra no Ministério da Integração Nacional, como também a composição dos Conselhos, que funcionam em Brasília, com participação de vários ministérios e de apenas um representante municipal. Certamente não seria um Conselho compulsoriamente criado por uma lei federal, o espaço de

negociação e de articulação mais adequado. A associação voluntária parece ser a configuração politicamente mais legítima para tratar as questões intermunicipais, como os consórcios e fóruns. O trabalho em rede exige cooperação e interlocução constante entre os diversos agentes. (AZEVEDO; ALVES, 2010, p. 100).

Ademais, a coordenação da RIDE seria mais efetiva se estivesse a cargo dos municípios e dos estados. O papel da União seria a priorização de investimentos e capacitar os envolvidos respeitando o que fosse definido no plano regional (AZEVEDO; ALVES, 2010).

3.4 NOVOS CONTEXTOS E NOVOS ATORES

Dado que a RIDE não tem conseguido dirimir as discrepâncias entre os municípios que a compõem, tal qual mostrado pelos resultados do IDH-M e mais adiante através das informações da RAIS, alguns avanços mais gerais e não entre os municípios, podem ser explicados em grande parte como fruto de ações do Estado brasileiro no caminho da universalização da educação e da saúde por exemplo. Como já foi visto, o agronegócio possui uma lógica concentradora e na RIDE não se dá de forma diferente.

Esta atividade se beneficia das características da região semiárida, como baixa pluviosidade (inferior a 400mm anuais) e alto índice de insolação que permitem que, sob irrigação, seja possível a produção de frutas durante todo o ano. Para as empresas, essa possibilidade é fundamental, pois permite a ocupação de janelas de mercado quando outros centros produtores não conseguem atender à demanda.

Para o empresário, a busca incessante pela produtividade o leva a investimentos em inovações tecnológicas como automação de processos de irrigação, melhorias no trato cultural, embalagens, acondicionamento e transporte.

Há uma pressão constante dos mercados pela realização de pesquisas e, paralelo a isso, pela adoção de estratégias que assegurem a competitividade da região com a manutenção de redes de informação sobre preços, oportunidades de mercado e atendimentos às exigências dos consumidores.

Para atender essas exigências, o treinamento e a difusão do conhecimento para os trabalhadores têm que ser ágeis. Porém, os benefícios desse processo não estão acessíveis a todos os atores. O desemprego estrutural ainda é muito presente e a organização dos trabalhadores é frágil e insuficiente para reverter essa situação.

Cavalcanti e outros (2006) afirmam que

Para os empresários, médio e pequeno produtores, o contexto também não é dos mais fáceis. As exigências dos mercados e a fragilidade dos produtores ante os grandes compradores do Norte requereram se organizarem, eles também, para assegurar a competitividade dos seus produtos em espaços comerciais. (p. 126).

Um exemplo de organização que nasce com esse objetivo é a Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPOR). O objetivo da VALEXPOR é a defesa dos interesses dos produtores quanto à comercialização, financiamento, conquista de novos mercados, melhoria no padrão de gestão e redirecionamento das políticas públicas.

Sua criação foi alavancada com o intuito de evitar erros recorrentes até então, como o resultado negativo de vendas isoladas, bem como garantir incentivos das instituições governamentais.

Na agricultura irrigada, se observada de perto, encontra-se grande diversidade de elementos formadores como os empresários, os pequenos produtores “colonos” e os trabalhadores. Tais categorias diferem entre si desde a região de origem, gênero e etnia, bem como nos níveis de instrução, renda e posição social. Entre os produtores há os naturais do Nordeste e os que para cá vieram em decorrência do bom desempenho econômico da região.

Há ainda os que vivem exclusivamente da atividade agrícola e os que desempenham outras atividades paralelamente. Percebem-se também grupos de empresários de origem japonesa e italiana, de segunda geração, instalados no Vale do São Francisco.

Os trabalhadores são em sua maioria provenientes dos municípios vizinhos aos projetos e desvinculados dos meios de produção. Mas também há casos em que são oriundos da agricultura familiar e dependem de outras estratégias para assegurar a reprodução social de seu grupo, como o assalariamento permanente ou mesmo temporário.

Para os trabalhadores da RIDE, as estratégias produtivas têm um significado diverso do almejado pelos produtores, já que essas estratégias têm funcionado como redutores do emprego. Além disso, os que permanecem empregados sofrem uma seleção cada vez mais rígida, pois são requeridas novas e atualizadas qualificações.

Há ainda outra característica nas novas exigências, que é a do trabalhador múltiplo. Essa exigência é justificada pela heterogeneidade das atividades desenvolvidas ao longo da produção agrícola. Assim, um trabalhador múltiplo pode trabalhar nas diversas etapas do ciclo produtivo, sendo remanejado de uma função para outra.

Nota-se na RIDE uma expansão do processo de terceirização. Atividades antes sob a responsabilidade do produtor tendem a ser terceirizadas, como a poda da mangueira ou a instalação de parreiral. Surgem então algumas empresas ou equipes de trabalhadores especializados em atividades pontuais (CAVALCANTI *et al.*, 2006). Esse fato anuncia que o mercado de trabalho sofreu grandes mudanças, e para este estudo constitui-se importante categoria de análise (assim como o agronegócio e os pontos luminosos) que será tema do próximo capítulo.

4 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Uma vez discutidas as categorias agronegócio e pontos luminosos, que são categorias centrais na esfera desta investigação, é chegado o momento de tratar da terceira e última categoria que define o escopo deste estudo, que é o trabalho formal. Mas antes, observem-se algumas das características da lógica do trabalho na contemporaneidade e da constante exclusão de boa parte da população desta mesma lógica, vale lembrar que o trabalho remunerado, empregatício é uma invenção da modernidade, e que a forma como o concebemos hoje, sendo o cerne da nossa existência social e individual, é uma invenção do industrialismo (GORZ, 2007).

O trabalho, nesta ótica, é diferente dos afazeres que repetimos em nosso dia a dia, necessários à manutenção e reprodução da vida de cada um, tampouco se confunde com tarefas que se realiza e cujos beneficiários são aqueles que os executam ou sua própria família. O trabalho, aquele que se oferecemos, se tem ou que se procura caracteriza-se por

[...] ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, e na troca de certos deveres. (GORZ, 2007, p. 21).

O fato mais importante da socialização do homem moderno é, portanto, o trabalho socialmente remunerado e determinado, mesmo para aqueles que o procuram, aqueles que se preparam para ele e para aqueles a quem o trabalho falta.

A sociedade industrial é, por conseguinte, uma sociedade de trabalhadores. E o conceito de trabalho tratado por Gorz (2007), neste contexto, não deve ser confundido com o trabalho da subsistência, que para o autor nunca foi elemento de socialização, mas de exclusão, pois

A ideia de que a liberdade (isto é, aquilo que é propriamente humano) só começa além do reino da necessidade e de que o homem só surge como sujeito capaz de conduta moral a partir do momento em que, cessando de exprimir as necessidades imperiosas do corpo e da sua dependência do meio em que vive, age movido apenas por sua soberana determinação, é uma ideia constante, de Platão a nossos dias. (GORZ, 2007, p. 22).

Assim, o conceito contemporâneo de trabalho só surge após o século XVIII, com o capitalismo manufatureiro. Até então, o termo designava a labuta dos servos e dos trabalhadores por jornada. Não havia produção material regida por racionalidade econômica como a

conhecemos hoje, mas em outra racionalidade, na qual existia um modo de vida em que imperavam as tradições, que eram respeitadas pelos capitalistas.

Porém, quando os capitalistas decidem, por profundas motivações, romper com as tradições e reconduzir as atividades produtivas, eles impõem a seus fornecedores a lógica já existente de dominar os custos e torná-los rigorosamente calculáveis e previsíveis, a partir da quantificação e normatização de todos seus elementos.

Nesse contexto, tanto o comércio quanto a indústria se desenvolvem de modo acelerado, abandonam-se os meios manuais e há um grande fluxo de materiais em função dos avanços no transporte. As indústrias se concentram e as aglomerações já existentes se intensificam cada vez mais. A eletricidade permite o trabalho noturno (ampliando a capacidade de produção) e as cidades se tornam grandes atrativos, com suas indústrias que contratam cada vez mais pessoas, resultando num inevitável êxodo rural.

Quando isso ocorre, entre os indivíduos passam a existir relações monetárias e relações de classes, que fazem nascer uma classe de operários despossuídos, reduzidos a sua própria força de trabalho. A partir daí, sucumbem as antigas ideias de liberdade e autonomia existenciais, nasce um indivíduo que

[...] alienado de seu trabalho, também o será, obrigatoriamente, em seu consumo e, finalmente, em suas necessidades. Porque não há limite à quantidade de dinheiro suscetível de ser ganho e gasto, também não haverá limite às necessidades que o dinheiro cria, nem às necessidades de dinheiro. Sua extensão cresce com a riqueza social. A monetarização do trabalho e das necessidades fará finalmente explodir os limites que lhe eram impostos pelas filosofias da vida. (GORZ, 2007, p. 31).

É com a queda imposta pelo capital às filosofias da vida que o sistema capitalista entra em expansão. Entra-se no século XXI com esse indivíduo alienado de seu trabalho, e é nesse contexto que Antunes (2006) procura dar validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora, em um momento em que alguns autores, como Rifkin (1995) anunciam o fim das classes sociais, bem como o fim da classe trabalhadora, alardeando inclusive o fim do trabalho.

Assim, com objetivo de dar contemporaneidade e amplitude a toda classe trabalhadora, o autor criou e utiliza a expressão classe-que-vive-do-trabalho, definindo-a como a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo na centralidade deste conceito os trabalhadores produtivos, no sentido trazido por Marx. Porém, essa definição não se reduz ao

trabalho manual direto, ela se amplia incorporando a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo assalariado.

A classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como valor de troca. (ANTUNES, 2006, p. 102).

Neste sentido, apesar de o proletariado industrial, ser o núcleo principal do trabalhador produtivo, o conceito traz a incorporação do trabalho improdutivo, que em seu bojo introduz um amplo número de assalariados, desde trabalhadores do setor de serviços, como bancos e comércio, até os que realizam atividades em fábricas (, mas que também não geram valor diretamente.

Utiliza-se o termo classe trabalhadora como sinônimo da classe-que-vive-do-trabalho para compreender não só o proletário industrial, mas também o conjunto de assalariados que vendem sua força de trabalho, bem como os que estão desempregados por força da lógica destrutiva do capital.

Essa noção ampliada permite incluir nessa análise além do proletário industrial, os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, bem como os assalariados da economia informal e os trabalhadores desempregados que, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital, fazem crescer o exército industrial de reserva, aumentando o desemprego estrutural.

As alterações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho apresentam frequentemente redução do proletariado industrial estável e especializado, resultante de uma indústria verticalizada. Esse trabalhador é fruto da era da especialização taylorista-fordista, cujas atividades vêm desaparecendo, contribuindo com o crescimento do desemprego estrutural e com a crise do capital. Mas para compreender de forma mais precisa essas transformações, é necessário perceber como funciona o mercado de trabalho, que o assunto do tópico que se segue.

4.1 O MERCADO DE TRABALHO E SUAS PECULIARIDADES

Assim, nota-se que o mercado de trabalho possui características muito peculiares que o diferencia dos demais mercados. Ele resolve um problema de alocação, qual seja, se por um

lado o sistema de produção deve ser alimentado por força de trabalho, por outro lado a força de trabalho deve ser abastecida por seus meios de subsistência. Para o autor, o mercado de trabalho em um sistema capitalista resolveria os dois problemas ao mesmo tempo. Mais ainda, organiza a produção e a distribuição através da troca entre salários e a oferta de força de trabalho. Nota-se que assim como em outros mercados, os vendedores e os compradores de força de trabalho encontram-se em situação de oposição (OFFE, 1989).

Assim como em todos os mercados, há a relação de concorrência, na qual vendedores e compradores competem com outros vendedores e compradores defendendo seus direitos para que sua oferta tenha êxito e sua demanda seja satisfeita. Os agentes, com o intuito de obter o maior êxito possível, realizam estratégias racionais tanto do lado da oferta, quanto do lado da demanda.

Do lado da oferta, essas estratégias envolvem a especificação, a mais precisa possível, do tipo, quantidade, localização e tempo dos *inputs* de trabalho oferecidos, assim como o ajuste do preço solicitado (salários) à disposição, do lado da demanda, em pagá-lo. Inversamente, o principal para os agentes do lado da demanda é a redução da especificidade de suas demandas quanto ao tipo e à quantidade de trabalho necessário ou, se preciso, o aumento do preço oferecido (salários), de tal forma que a demanda do empregador individual possa ser suprida pela oferta disponível (por exemplo, o pagamento de benefícios extrassalariais como uma estratégia concorrencial interna dos compradores individuais de trabalho). (OFFE, 1989, p. 24).

Uma importante estratégia de adaptação dos dois lados deste mercado, oferta e demanda de força de trabalho, é reduzir a dependência um do outro, ou seja, procurar fontes alternativas para suas satisfações. Porém, as estratégias não se resumem apenas ao âmbito individual, mas também na redução da intensidade da relação de concorrência com um dos lados através de coalizões e engajamento em ações coletivas.

Agindo de forma coletiva estabelecem-se limites máximos de oferta de serviços ou até mesmo limites mínimos quanto aos preços e salários pagos. Evita-se assim o descolamento entre o nível de trabalho oferecido e o patamar de salário reivindicado. Vale ressaltar que o mesmo efeito ocorre quando se dificulta o acesso ao mercado de vendedores que estariam dispostos ou até mesmo obrigados a violar um desses limites. Para estes casos existe uma solidariedade interna e até mesmo uma discriminação externa que em grande medida compõe uma das estratégias racionais para que os vendedores de força de trabalho obtenham vantagens no mercado.

Algo semelhante ocorre no lado oposto, o lado da demanda. Os compradores de força de trabalho podem atuar objetivando compor uma aliança para reduzir suas relações internas de concorrência, ou até mesmo para penalizar os compradores com maior poder de atração dos vendedores de força de trabalho, como por exemplo, a exclusão de determinada empresa da associação patronal. O que há de comum nessas estratégias é a redução da concorrência em seu próprio 'quintal' na relação de concorrência do outro.

Para Offe (1989, p. 26),

Além das práticas de solidariedade (formação de coalizões) e de discriminação (exclusão), o mesmo efeito estrategicamente vantajoso pode ser obtido adotando uma intensidade constante em seu próprio campo, quando a intensidade de concorrência no outro campo é aumentada. Os compradores em um mercado podem conseguir isso quando, por exemplo, se encontram em condições de ampliar relativamente o número de vendedores nesse mercado, ou de garantir o fracasso dos esforços empreendidos por parte da oferta para criar coalizões ou exercer discriminação. Possibilidades análogas de influenciar a intensidade de concorrência, em princípio, são também viáveis por parte da oferta, que pode formular um rico e complexo repertório de estratégias, tanto individuais quanto coletivas, de solidariedade e de discriminação.

A diferença fundamental entre os diversos mercados, seja de matérias-primas, de mercadorias, de capital, ou de trabalho, está na capacidade de compradores e vendedores poderem utilizar essas estratégias racionais de mercado. Já que se um dos lados de um determinado mercado esgota suas estratégias mais que o outro, percebe-se a existência de uma assimetria no processo de mercado.

Nesse sentido, Offe (1989) destaca que o mercado de trabalho possui uma série de particularidades que o fazem diferentes dos demais e torna possível falar em um diferencial de poder favorável ao lado da demanda e consequente desvantagem do lado da oferta. E essa desvantagem fica explicitada quando o empregado firma um contrato de trabalho em situação de livre concorrência.

Apesar de a força de trabalho ser tratada nos mercados como uma mercadoria, este insumo tão importante para a realização da produção não se insere nos mercados da mesma forma que as demais mercadorias. Estas, para serem ofertadas, dependem das expectativas dos vendedores em fazê-lo. Assim, a quantidade, qualidade, o lugar e mesmo a época em que são ofertadas serão reguladas pelas expectativas do próprio mercado.

No entanto, o mesmo não se verifica quanto à mercadoria força de trabalho. O aumento da oferta dessa mercadoria é determinado por processos demográficos, que não fazem parte das estratégias individuais e nem mesmo coletivas. Pode também ser determinada por processos socioeconômicos que pressionam os indivíduos a ofertarem força de trabalho diante da impossibilidade de subsistência fora dele. Vale ressaltar que a impossibilidade de subsistência fora do mercado de trabalho faz a oferta de força de trabalho ser quantitativamente inelástica, ou seja, a existência física impõe ao indivíduo ofertar sua força de trabalho independentemente do quão desfavorável seja exercer essa oferta.

Aí está uma importante particularidade da força de trabalho. Apesar de ser tratada como uma mercadoria, entra no mercado por razão diversa das demais. Estabelece-se assim uma desvantagem estrutural da força de trabalho no mercado, pois o lado da oferta não consegue controlar sua própria quantidade de forma estratégica.

Outra desvantagem do lado da oferta no mercado de trabalho, diz respeito à contínua dependência à oferta dos meios de subsistência. Estes só podem ser adquiridos se a força de trabalho for vendida. E os indivíduos, salvo em condições que ocorrem em limites de tempo muito estreitos, normalmente não se encontram em condições de esperar oportunidades favoráveis para exercer a sua oferta.

Offe (1989) afirma que essa impossibilidade da oferta em esperar para vender ocorre em função do fato de a força de trabalho não controlar os meios de produção que lhe garantiriam viver da venda de produtos manufaturados, ou mesmo utilizá-los como subsistência. Nesse sentido, o processo de industrialização capitalista seguiu por caminhos que destruíram as condições de independência econômica das famílias, impedindo, inclusive, a existência de espera estratégica por situação de demanda mais favorável.

Na medida em que as condições de autossuficiência das famílias são destruídas, a oferta de força de trabalho que não encontra sua demanda termina por tornar-se sem valor. Submete-se, portanto, às condições impostas pela demanda de trabalho e aceita o salário corrente oferecido.

Depreende-se disso que a quantidade da oferta no mercado de trabalho é dada, e mais que isso, ela estrategicamente invariável. Além desses agravantes, existe ainda outro, a oferta pode ser influenciada pela mudança tecnológica ocorrida no lado de demanda, já que é possível que com tal mudança ocorra liberação de força de trabalho. Offe (1989) afirma que uma política

relacionada à oferta é possível apenas quando

uma autoridade externa ao mercado aparece na forma de políticas estatais de proteção social e trabalhista. Por um lado, estas políticas garantem o direito à formação de coalizões; por outro, criam obstáculos para a entrada no mercado de uma parte da oferta de trabalho disponível (por exemplo, a proibição do trabalho infantil, o estabelecimento da jornada máxima, a standardização dos dias úteis). Mas, ao mesmo tempo, tornam disponíveis para a força de trabalho “excluída” da oferta meios de subsistência externos ao mercado de tal forma que esta força de trabalho não seja mais forçada a entrar no mercado (por exemplo, o pagamento de aposentadoria). (p. 29).

Essa característica é extremamente relevante, pois difere o mercado de trabalho dos demais mercados quanto às estratégias dos vendedores de mercadorias. No mercado de trabalho, opções estratégicas devem ser garantidas por uma regulamentação política, pois somente através dela é que os ofertantes têm condições de aguardar estrategicamente, ainda que por algum período de tempo definido, o melhor momento de retornar a vender a sua mercadoria. O trabalhador, com isso, evita se submeter a qualquer demanda.

Há ainda outra particularidade do lado da oferta, qual seja, o fato de sua necessidade de meios de subsistência permanecer invariável dentro de um padrão mínimo de vida definido material e culturalmente. As necessidades dos trabalhadores são muito mais rígidas que as necessidades dos empregadores, já que para garantir sua subsistência o trabalhador necessita vender sua força de trabalho há uma grande assimetria nesta relação patrão/empregado (OFFE, 1989).

Esclarecendo melhor, em um cenário de mudança tecnológica, o empregador consegue manter o mesmo nível de produção utilizando uma quantidade menor de trabalhadores, no entanto, uma queda na renda da família do trabalhador pode significar a impossibilidade de sua subsistência (OFFE, 1989).

Neste contexto, Offe (1989) afirma ainda que

Uma assimetria entre os dois lados do mercado é baseada no fato de que (pelo menos em média e a longo prazo) os compradores de trabalho podem se tornar independentes da oferta mais facilmente do que os vendedores de trabalho podem fazê-lo em relação ao lado da demanda. Os primeiros podem aumentar a eficiência da produção, enquanto os trabalhadores não são capazes de aumentar a eficiência de sua reprodução; estes últimos têm apenas a opção de reduzir seu padrão de vida no momento em que se esgotam as possibilidades de “economizarem” com base em sua remuneração. [...] (p. 29-30).

Outra desvantagem do lado da oferta é que os trabalhadores podem realizar determinadas funções com base no que foi treinado e também na sua experiência ocupacional. Em contrapartida, as máquinas exigem operadores especializados para operá-las. Entretanto, como existe um maior grau de liquidez do capital em relação ao trabalho, (já que toda unidade de capital possui uma fase de liquidez, ou seja, transforma-se em dinheiro através da produção, ao fim de cada ciclo de liquidez do capital o empresário está livre para decidir se pretende continuar com o mesmo padrão tecnológico ou se pretende mudá-lo.) o trabalhador constantemente tem que se adaptar às novas tecnologias, sob o risco de ficar fora do mercado de trabalho.

Offe (1989) afirma que o capital não envelhece, pois está sempre se renovando, movimentando-se em ciclos. Em contrapartida, os vendedores de força de trabalho só podem variar a qualidade da sua oferta dentro de certos limites. O autor acredita que somente com apoio externo, como educação e treinamento, pode-se melhorar o desempenho do trabalhador diante das constantes mudanças tecnológicas dentro das firmas.

Para Offe (1989), a única variável na qual o trabalhador pode se fiar para conseguir melhorar sua posição estratégica no mercado de trabalho é a dimensão espacial. Porém, mesmo nessa situação, o empregado é obrigado a sacrificar-se, pois ao migrar para outras regiões em busca de melhor colocação, pode enfrentar a destruição das relações familiares e sociais locais. Mas, além disso, corre sérios riscos de empobrecimento e de marginalização.

Desta forma, a rigidez estratégica do lado da oferta no mercado de trabalho é o que diferencia esse mercado dos demais. A principal consequência dessa rigidez é a perda relativa de renda. Já que por existir várias desvantagens estratégicas atuando de forma desfavorável aos ofertantes de força de trabalho, a redução do pagamento demandado pelo trabalho termina sendo uma compensação para a sua permanência no mercado.

4.1.1 O contrato de trabalho

Foi visto até aqui que existe uma série de desvantagens estratégicas possíveis para os ofertantes, dando nítida vantagem aos demandantes de trabalho. Essas desvantagens levam a diferente relação de poder e de exploração, que pode ser razoavelmente equalizada por intervenção política do Estado em favor do lado mais fraco nesta relação. Offe (1989) acredita que há um conflito de classes industrial no seio da estrutura do mercado de trabalho e que

constantemente se apresenta de forma violenta. Tais conflitos seriam gerados pelo diferencial de poder estabelecido no contrato de trabalho.

Diferente do que ocorre nos contratos comuns de venda, no mercado de trabalho os compradores e vendedores não estabelecem a totalidade das relações que surgem entre as partes. Nos contratos de venda se estipulam qualitativamente e quantitativamente o que passará para as mãos do comprador, bem como as condições de pagamento e o preço. Desta forma, define-se reciprocamente o que cabe a cada parte dos que celebram o contrato.

Além disso, o vendedor perde legalmente a posse do que foi vendido, e de forma análoga, o comprador ao pagar pelo produto assume legalmente a posse do que foi comprado. Offe (1989) afirma que esse ponto do contrato é apaziguador na medida em que garante os direitos contratuais de ambas as partes. No mercado de trabalho os contratos visam regular as relações sociais entre compradores e vendedores, com o comprador se comprometendo a pagar determinada quantia por determinado período de contrato.

Porém, em um contrato regular (que não é para uma atividade específica como a tradução de um livro), o valor a ser pago pelo trabalho é apenas circunscrito, não é fixado.

Quando, por exemplo, alguém contrata um trabalhador para serviços de eletricidade, o contrato de trabalho não especifica o número certo de fios ou de disjuntores a serem instalados em um certo período de tempo; o trabalhador simplesmente é contratado como “um eletricista”. Deste modo, o vendedor da força de trabalho geralmente é obrigado a realizar tarefas de um certo tipo (definidas de acordo com a especificação do trabalho, com a categoria ocupacional, etc.) em uma empresa, por um tempo determinado e dentro da estrutura de regras e de relações organizacionais da empresa. Em outras palavras, o contrato de trabalho tem simplesmente o caráter de uma estrutura contratual. As atividades de trabalho concretas, quantitativa e qualitativamente especificadas, não fazem parte do contrato; constam dele, simplesmente, as *condições* formais sob as quais os empresários podem usar a força de trabalho para objetivos concretos que, desde o início, não são fixados com precisão e, de fato, não poderiam ser fixados antecipadamente. (OFFE, 1989, p. 33-34).

Tal fenômeno pode ser verificado também quando se verifica o trabalho por unidade de produção. Isso ocorre porque o número de peças por unidade de tempo não compõe o contrato de trabalho, podendo ser exigido cada vez mais do trabalhador. Assim, percebe-se uma indeterminação contratual da produção esperada de um trabalhador nos contratos de trabalho.

Para Offe (1989), essa indeterminação é inevitável neste tipo de contrato e é decorrente

do desconhecimento das condições concretas da atividade da empresa, como o volume de encomenda dos clientes e mesmo detalhes do processo de trabalho futuro ainda não estão fixados ou não são conhecidos, permitindo certa liberdade do empregador para utilizar a força de trabalho.

Outra dificuldade contratual é que a intensidade do desempenho do trabalho não pode ser fixada, mas apenas circunscrita através da determinação de carga horária semanal, por exemplo. Mas ainda há outra dificuldade, a indeterminação presente no contrato de trabalho não está somente relacionada à quantidade e intensidade que o trabalhador empregará no exercício das suas atividades laborais, mas também ao fato de que o empregador compra força de trabalho viva, que ainda que colocada à disposição da empresa, permanece sob controle do trabalhador.

[...] Isso significa que a empresa que compra a força de trabalho depende do “objeto” comprado, que mantém sua subjetividade e que está em alguma medida preparado para trabalhar “por si próprio” e para cooperar no processo de trabalho. Seria “tecnicamente” impossível ou altamente dispendioso e contraproducente para os empregadores imporem aos empregados exigências legais de desempenho especificadas detalhadamente. Onde quer que a subjetividade dos trabalhadores, seu estímulo para trabalhar e seu controle autônomo de sua atividade de trabalho pudessem ser dispensados, a empresa instalaria máquinas ou outros meios materiais de produção. (OFFE, 1989, p. 35).

Desta forma, a força de trabalho permanece sob controle dos vendedores, sendo inseparável deles, diferente das demais mercadorias. No entanto, essa autonomia traz alguns riscos para os empregadores, uma vez que estão sujeitos ao risco dos trabalhadores utilizarem a subjetividade do trabalho com propósitos diferentes dos pretendidos pela empresa. Percebe-se neste ponto que há um duplo controle na estrutura do contrato de trabalho, uma superposição que não pode ser separada legalmente, Qual seja,

O interesse dos empregados em defenderem sua autonomia, a integridade física de sua força de trabalho e suas qualificações entra em conflito com o interesse empresarial de maximizar a utilização econômica da força de trabalho “adquirida”, cujo valor de uso produtivo de nenhum modo é garantido por aquele trabalhador simplesmente comparecendo ao local de trabalho e lá permanecendo durante a jornada. (como é especificado no contrato de trabalho) (OFFE, 1989, 36).

Tal divergência pode ser minimizada através de fiscalização, controle, instrução, supervisão e prestação de contas, mas não pode ser evitada enquanto conflito. No contrato de

trabalho existe uma definição vaga que permite a existência, quando muito, de um equilíbrio instável. Esse equilíbrio avança e também recua continuamente em um processo que privilegia hora um, hora outro lado, dessa relação conflituosa entre compradores e vendedores de força de trabalho.

4.2 REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Nos últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI ocorreram mudanças que afetaram diversas gerações de trabalhadores, bem como suas famílias, que podem ser sintetizadas em perdas, precariedade e insegurança. Estas palavras ilustram o processo de desestruturação do mercado de trabalho sob o ponto de vista do trabalhador (BORGES, 2007).

Esse processo se dá com a fragilização e redução da importância relativa do núcleo estruturado do trabalho, ou seja, aqueles com vínculo empregatício formal e com alguma proteção social. Tal mudança ocorre em total consonância com a reconfiguração das necessidades do atual estágio da acumulação de capital (BORGES, 2007). Segundo este(a) autor(a) (2007), a desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, que ocorre com diferenças regionais marcantes e apresentou dois grandes momentos. O primeiro deles compreende os anos de 1980 com o fim da crise do modelo de industrialização centrado na substituição de importações e voltado para o mercado interno.

Nesse período, a interrupção das elevadas taxas de crescimento do PIB, a crise da dívida e a inflação descontrolada traduziram-se, no mercado de trabalho, no aumento da proporção de ocupados fora de uma relação de emprego com cobertura social, em perdas salariais e na elevação da concentração da renda a favor das empresas e também entre os próprios trabalhadores. Mas apesar de tudo isso, a maior parte das conquistas dos trabalhadores foi preservada, dentre outras razões porque o esgotamento do modelo de desenvolvimento coincidiu com o colapso do regime autoritário e com o fortalecimento das organizações dos trabalhadores. (sindicatos, centrais sindicais e partidos) (BORGES, 2007, p. 81-82).

O segundo momento se deu na década de 1990 e início do século XXI, quando houve uma alteração no padrão de desenvolvimento, nas formas e mecanismos de inserção e permanência no mercado de trabalho. Tais mudanças impactaram as expectativas dos brasileiros sobre o futuro do país, sobre o projeto de vida da maioria dos que viviam do trabalho.

Sinteticamente, em menos de dez anos, passou-se de uma economia fechada e protegida por todo um arcabouço legal e institucional a uma economia aberta e totalmente desprotegida, exposta à instabilidade de uma economia

mundializada, sob a hegemonia do capital financeiro. Uma economia com elevados níveis de regulação e planejamento estatais e com controle dos fluxos financeiros foi substituída por economia desregulamentada mercê dos humores dos agentes de mercado, sobretudo os do mercado financeiro, transformados nos principais atores sociais e nos principais beneficiários da ação do Estado. (BORGES, 2007, p. 82).

O controle dos setores estratégicos antes dominados por empresas estatais, com a privatização destas, passa agora ao controle externo, ou seja, o centro de decisões é transferido para o exterior e agora é alheio aos interesses e necessidades da população brasileira.

A implementação da agenda neoliberal na década de 1990, em que pese seu discurso progressista, relega ao país a menor taxa de crescimento do PIB em todo o século XX. A economia brasileira se tornou quase estagnada com baixo crescimento e recessão recorrente. Assim,

[...] passou-se de uma economia com elevado dinamismo no seu mercado de trabalho, com geração contínua de postos de trabalho (bons e ruins), para uma economia que destrói os melhores empregos e gera, quase que exclusivamente, postos de trabalho mal remunerados, desprotegidos e em número insuficiente. Com isto, o mercado de trabalho brasileiro, estruturalmente marcado pela presença expressiva da informalidade e do subemprego, aprofunda esses traços e a eles agrega elevadíssimas taxas de desemprego aberto e oculto. (BORGES, 2007, p.82).

Essa transição ocorre sem preocupação com a ideia de nação. Aos cidadãos parecia que os objetivos eram apenas a abertura comercial do país. No entanto, Borges (2007) afirma que os objetivos eram bem precisos. Desejava-se o desmonte das estruturas herdadas da etapa de crescimento baseada no desenvolvimentismo nacionalista e visava programar um novo modelo de acumulação subordinado ao grande capital externo, sem vinculação com um projeto nacional. Mais ainda, não havia qualquer compromisso com a integração do território e muito menos com a inclusão social das camadas mais pobres da população.

As taxas de desemprego se elevaram e cresceu a inserção precária no mercado de trabalho, como autônomos, assalariados sem carteira e emprego doméstico. Mecanismos de flexibilização das relações trabalhistas foram introduzidos, contrato de prestação de serviços e contrato por tempo determinado são bons exemplos disso. Houve também flexibilização dos rendimentos através de remuneração variável e redução dos rendimentos do trabalho em termos reais (DIEESE, 2012).

Dentre os motivos que mais concorreram para a flexibilização, se destacam as baixas taxas médias de crescimento da população economicamente ativa (PEA), perda de importância

do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda nos investimentos, principalmente investimento público.

Nesse contexto, as empresas passam a adotar uma política de redução de custos salariais. Para tanto, constrói-se um ideário de que somente a flexibilização e a desregulamentação do mercado de trabalho faria elevar o nível de emprego. No cerne desse ideário ignora-se que a vulnerabilidade dos postos de trabalho estava diretamente relacionada à situação enfrentada pelo país, qual seja, baixo crescimento do produto interno bruto (PIB), com taxa média de 1,3% para toda a década de 1990 e, conseqüentemente, baixo crescimento da renda *per capita*, que no ano 2000 havia registrado crescimento inferior a 10% em relação ao ano de 1990 (DIEESE, 2012).

Como consequência do baixo crescimento econômico, houve queda na renda do trabalho, estagnação do mercado consumidor e taxa crescente de desemprego durante a última década do século XX no país, fato que se repetiu nos três primeiros anos do século XXI com crescimento anual do PIB de 1,3% em 2001, 2,7% em 2002 e 1,1% em 2003. A taxa de crescimento do PIB somente a partir de 2004 alcançou ritmo mais forte, chegando a um crescimento de 5,7%. Vale destacar ainda que em 2005 o país não renovou o acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2002. Ainda em 2005 o crescimento do produto foi de 3,2%, e continuou expressivo nos anos seguintes, 4% em 2006, 6,1% em 2007 e 5,2% em 2008 (DIEESE, 2012).

Em 2009 o país sofreu abalos com a crise internacional que se estabeleceu nos países centrais ainda em 2008, ocasionando uma queda de 0,6% no PIB. Fato que havia ocorrido pela última vez em 1992, com recuo de 0,5%. Porém, em 1992, os fatores que contribuíram para o resultado ruim foram a crise política que o país atravessou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, e a crise do capitalismo dos anos 1980, que levou a economia mundial à recessão, estendendo seus efeitos ao Brasil nos primeiros anos da década de 1990. Com exceção de China e Índia, a crise em 2009 fez recuar o produto de grandes economias ao redor do mundo. Os Estados Unidos obtiveram recuo do PIB na ordem de 2,4%, o Reino Unido recuou 4,9%, a Alemanha 5%, o Japão 5,1%, o México 6,5% e a Rússia, 7,9% (DIEESE, 2012).

Durante toda a década de 2000, percebe-se forte relação entre o crescimento do PIB e a expansão dos empregos, sendo possível distinguir dois momentos, o primeiro entre os anos de 2001 e 2003 em que o baixo crescimento econômico (1,7% em média) refletiu no baixo dinamismo do emprego formal, que apresentou crescimento de 12,6%, segundo dados da RAIS, representando um crescimento médio de 4,2% ao ano. O segundo período compreende os anos

2004 a 2008, em que o PIB cresceu em média 4,7% ao ano e o emprego formal revelou forte dinamismo, com expansão de 33,5%, com crescimento médio em torno de 5,9% (DIEESE, 2012).

Em que pese o país sentir os efeitos da crise internacional em 2009 com forte queda no PIB, o mercado de trabalho continuou apresentando bom desempenho nesse ano. O processo de formalização do emprego continuou em alta, a renda também apresentou melhorias, assim como as taxas de desemprego não cresceram. Para que esse cenário fosse possível em meio à crise (internacional?), foi essencial a isenção de impostos federais sobre produtos industrializados, que manteve a demanda em alta. Os setores industriais que mais obtiveram resposta, desta isenção, foram o automotivo e a chamada linha branca (geladeiras, fogões etc.). Várias outras medidas se somaram, como a oferta de financiamentos bancários, tanto para as famílias quanto para as empresas, desonerações tributárias, pacote habitacional e reajuste do salário-mínimo.

Em um contexto de poucas mudanças nas relações de trabalho, ou até mesmo nos fatores internos que as influenciam, como educação básica e qualificação da força de trabalho, o comportamento desse mercado esteve atrelado fundamentalmente às orientações das políticas macroeconômicas que nortearam o país entre os anos 2003 e 2009. A máxima da lei da procura e da oferta não explica em sua plenitude o que se viu nesses anos.

Nesse período, as taxas de crescimento do emprego, especialmente o formal, foram muito expressivas [...]. Ao contrário da década de 1990 e dos primeiros anos deste século, período em que a flexibilização das relações de trabalho era enfaticamente defendida por alguns analistas dentro e fora do governo federal, como saída para o desemprego e a precarização do trabalho, os anos 2000 se caracterizaram pela ausência de medidas governamentais nessa direção. (DIEESE, p.16 2012).

Perceberam-se melhores indicadores para o mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000 principalmente porque a economia crescera mais que nas duas décadas anteriores e com mais regularidade. E esse crescimento econômico se deu em função da política de valorização do salário-mínimo, da expansão do mercado consumidor interno, pela política de transferência de renda para os mais pobres e também pela expansão do crédito. O estudo DIEESE (2012), intitulado Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000, mostra que a política macroeconômica apresentou ainda outra dimensão que favoreceu o mercado de trabalho, como segue abaixo:

Outra dimensão importante desse padrão baseado no mercado interno é o impacto positivo e relativamente equilibrado na ampliação de todos os

segmentos da economia como a indústria, o comércio, serviços, agricultura, construção civil e outros. Em uma economia em que a dinâmica é liderada pelo consumo de massa e por investimentos em infraestrutura, a recuperação do emprego, em um primeiro momento, ocorre em setores em que os salários médios são mais baixos (como comércio e construção civil). Numa segunda etapa, essa recuperação se dá em algumas áreas específicas onde há carência de mão de obra (setores especializados, engenharia etc.). Em seguida, esse processo se generaliza entre os diversos setores, com melhoria geral do mercado de trabalho e reflexo positivo nas negociações salariais, realizadas em um ambiente de livre negociação e de crescimento econômico. (DIEESE, 2012, p. 17).

Assim, tanto as políticas adotadas pelo governo como meta de inflação, valorização do salário mínimo e expansão do crédito, quanto o que ocorreu no mercado de trabalho, como a geração de emprego, formalização e aumento da renda, contribuíram para ampliar o mercado consumidor interno, aumentou a produção industrial, que resultou em maior contratação de força de trabalho e elevou o nível de emprego. Com maior nível de emprego, melhoraram as pressões das categorias de trabalhadores, facilitando as negociações coletivas, aumentando a massa salarial e também a arrecadação tributária. Todos esses fatores imbricados, são causa e também efeito para a constituição de melhor ambiente econômico nos anos 2000.

4.3 O TRABALHO NO MEIO RURAL

O crescimento econômico do Brasil ao longo dos anos não eliminou o caráter excludente que persistiu no país, tendo a desigualdades sociais como marco. Esse caráter excludente se dá tanto no meio urbano quanto no meio rural. Neste último, se caracteriza pela alta concentração de terras, fruto do modelo de desenvolvimento ainda vigente. Vale ressaltar que em função da grande extensão territorial, disponibilidade de terras cultiváveis, clima favorável e diversidade de biomas, o Brasil sempre foi considerado celeiro do mundo. E, justamente essas características fazem com que existam várias formas e relações de trabalho em seu território.

Assim, a atividade agrícola brasileira possui formas modernas de assalariamento na Região Concentrada, onde se utilizam de tecnologias avançadas de produção, mas também se convive com relações tradicionais de trabalho, em regiões onde se utilizam técnicas menos desenvolvidas, com presença, ainda, de trabalho degradante e mesmo de trabalho semelhante ao escravo. Grandes empreendimentos agrícolas que utilizam exclusivamente o assalariamento convivem com empreendimentos agrícolas que utilizam a força de trabalho familiar, a parceria ou a meia (DIEESE, 2012).

A concentração de terras no Brasil dificulta a combinação entre crescimento e desenvolvimento econômico, pois a geração de riqueza nesse ambiente representa fator inibidor da justiça social e da cidadania para a população brasileira, com maior impacto na zona rural por estar mais distanciada das instituições que garantem a cidadania.

O censo agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, mostrou que 50% dos estabelecimentos rurais apresentavam menos de 10 hectares, ocupando, aproximadamente, 2,4% dos estabelecimentos rurais do país. Situação diferente ocorre com os estabelecimentos rurais com mais 1000 hectares, que possuíam 44% da área total, porém, representando apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais.

Quando se comparam os dados do censo agropecuário de 2006 com os coletados em 1985, verifica-se que os avanços foram muito baixos, pois em 1985, as propriedades rurais com menos de 10 hectares ocupavam entre 2,2% e 2,7% do total dos estabelecimentos rurais. Já as propriedades com mais de 1000 hectares, ocupavam entre 43,7 e 45,1% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros.

4.4 A OCUPAÇÃO NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)/2009 revelam que o Brasil possui uma população de 15,7 milhões de trabalhadores em atividades agrícolas. Esse contingente representa 17% do total de ocupados do país. No entanto, a população de ocupados tem distribuição heterogênea entre as regiões brasileiras. O Nordeste é a região com maior quantidade de trabalhadores ocupados nessa atividade, aproximadamente, 7,2 milhões de pessoas, o que significa 29,6% do total de ocupados do Nordeste.

A região Norte possui o segundo maior contingente populacional de ocupados nas atividades agrícolas, com cerca 1,4 milhão de pessoas, representando 20,2% do total de ocupados da região. A região Sul detinha 17,5% de ocupados, cerca de 2,6 milhões de trabalhadores. A região Sudeste apresentava 8,8% de ocupados, representando 3,5 milhões de trabalhadores e a região Centro-Oeste contava com 15,1% dos ocupados na atividade agrícola, significando um contingente populacional de um milhão de pessoas.

De acordo com estudo do DIEESE (2012), a maior parte dos ocupados do campo, no Brasil, está na agricultura familiar. Em 2009, somando-se esses aos trabalhadores por conta própria – os que produzem para próprio consumo — e os não remunerados, chegava-se ao montante de 10,5 milhões de pessoas ocupadas, ou seja, 66,8% da ocupação total. Os

assalariados no campo representavam apenas 30,4% dos ocupados, cerca de 5 milhões de pessoas.

O emprego assalariado está bem concentrado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, em função da estrutura produtiva existente nessas localidades. Dos ocupados dessas regiões, grande parte se encontra no agronegócio, 46,3% no Sudeste e 40,8 no Centro-Oeste, que possuem quantidade de empreendimentos capitalizados, ligados ao comércio exportador, como cana-de-açúcar e soja.

Há uma peculiaridade entre as regiões brasileiras no que toca aos trabalhos permanente e temporário. Embora a relação entre a média de empregados permanentes (16,8) e temporários (13,6%) no país não seja tão díspar, essa distribuição dentro das regiões sofre considerável variação, sendo no Sudeste e no Centro-Oeste maior a parcela de empregados permanentes, enquanto no Nordeste, os empregados temporários são maioria.

Os trabalhadores por conta própria constituem a segunda forma mais comum de atividade no agronegócio brasileiro, com 25,6% dos ocupados. Na região Norte, eles representam 30,5% do contingente de trabalhadores, enquanto na região Sul são 29,4% e 27,4% na região Nordeste. Tais números são significativos, principalmente se considerado que o trabalho por conta própria indica a existência de alguma organização familiar na produção agropecuária. Vale ressaltar também, que entre os ocupados, é considerável a parcela dos trabalhadores que produzem para próprio consumo (24,1%) e dos trabalhadores não remunerados (17,1%). Essas duas categorias de trabalhadores estão fortemente relacionadas à produção familiar (DIEESE, 2012).

A proporção de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas em relação ao total de ocupados está em queda desde 2004. Nesse período, reduziu-se de 21,1% até 17% em 2009. Essa redução pode ser analisada sob dois aspectos, o primeiro deles é a busca por melhores ocupações em outras cidades. O segundo aspecto recai sobre a introdução de novas tecnologias no campo, que diminui a necessidade de força de trabalho, nas novas formas de gestão, que buscam racionalizar a contratação de trabalhadores e também no aumento de culturas que se baseiam no assalariamento, que faz com que uma parte dos ocupados em atividades familiares não remuneradas busquem assalariar-se.

Porém, em que pese a redução do total de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas, a participação relativa desses trabalhadores em relação ao total de ocupados da economia subiu no mesmo período de análise, de 27,6% para 30,4%. Isto se deve ao aumento

da produtividade das lavouras, que tem superado a expansão das fronteiras agrícolas quanto ao crescimento da produção.

Há ainda outro reflexo a redução dos trabalhadores não-remunerados, que tiveram a maior redução entre as categorias na atividade agrícola. Em 2004 correspondiam a 24,1% dos ocupados em atividades agrícolas, em 2009 eram 17,1%. Em contrapartida, os trabalhadores para o próprio consumo aumentaram sua participação, de 19,1% em 2004 para 24,1% em 2009. Os trabalhadores por conta própria (26%) e os empregadores (3%) se mantiveram estáveis nesse período.

Os ocupados em atividades agrícolas no Brasil enfrentam ainda um grave problema, os baixos rendimentos dessa ocupação. Em torno de 36,1% dos ocupados recebiam valor igual ou inferior ao salário-mínimo. Além disso, boa parte desse contingente não recebe rendimento por seu *labor*, já que em geral são trabalhadores familiares e possuem sua renda declarada pelo chefe da família.

Esse aspecto do trabalho familiar possui grandes variações dentro das regiões brasileiras e adquire extrema relevância na região Nordeste, onde 44,7% dos ocupados em atividades agrícolas não recebiam remuneração por seu trabalho e 46,6% recebiam menos de um salário-mínimo. Somados esses dois dados, têm-se que nesta região cerca de 91% dos ocupados na atividade agrícola não eram remunerados ou recebiam menos de um salário-mínimo em 2009.

A região Norte é a segunda em número de ocupados nas atividades agrícolas que não eram remunerados ou recebiam menos de um salário-mínimo, 77%. As regiões Sudeste e Centro-Oeste são as que registram maior assalariamento nas ocupações agrícolas e, como consequência, apresentaram os menores contingentes sem remuneração ou recebendo abaixo de um salário-mínimo, 32,3% e 31,6%, respectivamente. Na região Sul, os trabalhadores sem rendimento somam 47% do total e a parcela de trabalhadores que recebem um salário-mínimo é de 19,3%.

No período entre 2004 e 2009 houve uma redução na parcela dos ocupados sem rendimento no Brasil, de 43,6% para 41,2%. Paralelo a essa queda, os ocupados que recebiam rendimento igual ou inferior ao salário-mínimo aumentaram no mesmo período, de 32,8% para 36%. Tais alterações indicam que houve um rearranjo entre as faixas de pior remuneração sem que houvesse crescimento nas faixas superiores de rendimento. É importante frisar também que no mesmo período, o salário-mínimo entrou nas prioridades da política de governo e contou com grande valorização.

4.4.1 Melhora na qualidade da ocupação, mas persistência da precariedade

Entre a PNAD/2004 e a PNAD/2009 verificaram-se alguns avanços na qualidade do emprego agrícola, embora, quando comparado à ocupação em geral, as condições do emprego agrícola ainda permaneçam precárias. Houve um aumento na formalização dos vínculos empregatícios no período. A proporção de empregados com carteira assinada cresceu de 31,6% para 35,1%, em relação ao total de ocupados nas atividades agrícolas.

Assim, acompanhou-se a tendência de todo o mercado de trabalho brasileiro no período, pois esse fato ocorreu em todas as regiões do país. Nas regiões onde a contratação com carteira assinada já era mais importante em relação às demais, esse fenômeno se deu de forma mais intensa. Percebe-se também que houve um aumento na sindicalização dos trabalhadores agrícolas, que em 2004 era de 24,1% e em 2009 chegou a 26,2%.

Quanto à jornada de trabalho houve também uma melhora, pois a proporção de ocupados que desempenhavam jornadas de trabalho superior às 44 horas semanais em 2004, era de 51% do total. Em 2009 passou a 41,7%. Houve ainda redução no número de ocupados com idade entre 5 e 14 anos. Em 2004 eram 6,7% do total e em 2009 foram registrados 4,5%.

Um aspecto que não pode ser esquecido é que as atividades agrícolas, com suas características peculiares, conformam uma força de trabalho com perfil diferente daquele que desenvolve atividades laborais nas zonas urbanas. Porém, esse perfil vem se transformando ao longo dos anos. Alguns fenômenos vêm contribuindo para essa transformação, como o êxodo rural, as mudanças tecnológicas e também a busca por melhores ocupações.

É importante ressaltar que a participação dos jovens é importante para a perpetuação das atividades no campo, a transmissão de conhecimento entre as gerações é de fundamental importância, principalmente quando se trata de agricultura familiar. No entanto a participação dos jovens tem se reduzido, em 2004 eram 36,6% do total de ocupados nas atividades agrícolas e em 2009 reduziram-se para 29,6%.

A participação das mulheres reduziu um pouco no mesmo período, em 2004 era 32% do total de ocupados nas atividades agrícolas e em 2009 eram 30,7%. É importante ressaltar que a presença das mulheres é extremamente relevante em duas atividades que são bem características da agricultura familiar e que também expõem uma clara distinção de sua posição social em relação aos homens, qual seja, elas compõem 59,6% dos ocupados na produção para o próprio consumo e 54,9% dos trabalhadores não remunerados.

Outro dado evidencia a presença do homem como chefe da família. Entre os trabalhadores por conta própria, ocupação associada aos arranjos da organização familiar da produção, somente 12,8% são mulheres. Quanto às atividades que envolvem o assalariamento, apenas 11,3% dos empregados e 8,2% dos empregadores no Brasil em atividades agrícolas são do sexo feminino.

Tais características indicam os caminhos das atividades agrícolas no país, as mudanças nos perfis dos ocupados apontam que o êxodo rural atinge prioritariamente os jovens e explicita que a participação das mulheres se inscreve principalmente nos empreendimentos familiares.

5 CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO NA RIDE POLO PETROLINA/JUAZEIRO

Para compreender melhor as características do emprego formal na RIDE, faz-se imperativo conhecer um pouco das características desta região. Nela, a atividade econômica mais importante, de acordo com os dados do IBGE, é a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. Cabe recordar que essa categoria de análise é utilizada nesse trabalho como uma variável *proxi* do agronegócio, conforme explicitado ainda na introdução.

Sobre esse ponto, reconhece-se que nem toda atividade do pequeno agricultor é agronegócio, mas imerso naquele ambiente, até mesmo os pequenos produtores são beneficiados com o conhecimento do trato cultural. Desta forma, ainda que de forma precária, o pequeno agricultor se beneficia dos conhecimentos aplicados no agronegócio, pois ocorre um transbordamento desse conhecimento.

Assim, o agronegócio já era a atividade que mais ocupava os trabalhadores no ano 2000 (37,1) e continuou desta forma por toda a década, chegando em 2010 com 34,4% dos trabalhadores ocupados nela. Houve uma redução na sua participação, porém continua a ser a mais importante, representando quase o dobro da participação da atividade que se situa na segunda posição em termos de ocupação.

Tabela 1 - Distribuição setorial da ocupação — dez mais importantes atividades - RIDE — 2000/2010

Setor de Atividade Econômica	Postos de trabalho Ano 2000	% de participação por setor	Setor de Atividade Econômica	Postos de trabalho Ano 2010	% de participação por setor
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	74.545	37,1	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	96.012	34,4
Comércio, reparação veículos automotores	33.509	16,7	Comércio; reparação de veículos automotores	49.537	17,7
Educação	11.868	5,9	Construção	18.770	6,7
Indústrias de transformação	11.651	5,8	Educação	16.024	5,7
Serviços domésticos	10.652	5,3	Administração pública, defesa e seguridade social	14.538	5,2
Construção	10.600	5,3	Serviços domésticos	14.027	5,0
Administração pública, defesa e seguridade social	9.228	4,6	Atividades mal definidas	11.813	4,2
Alojamento e alimentação	9.018	4,5	Indústrias de transformação	11.671	4,2
Transporte, armazenagem e comunicações	7.562	3,8	Alojamento e alimentação	9.162	3,3
Ativs imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	6.159	3,1	Transporte, armazenagem e correio	9.057	3,2
RIDE	201.165	100	RIDE	279.235	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, (2000/2010).

A RIDE, segundo censo do IBGE, concentra uma população de 686.410 habitantes, sendo que a maior concentração populacional se encontra em Juazeiro e Petrolina. Conforme já afirmado antes, são os municípios com maior dinâmica econômica da região.

Evidencia-se assim a importância dessa atividade para a economia local. No entanto, vale destacar também que a atividade de construção apresentou significativo crescimento. Em 2000 situava-se na sexta posição e em 2010 avançou para a terceira, ficando atrás apenas do setor de comércio e do agronegócio. Esse fato se deve aos grandes incentivos à construção civil engendrados pelo governo federal nesse período.

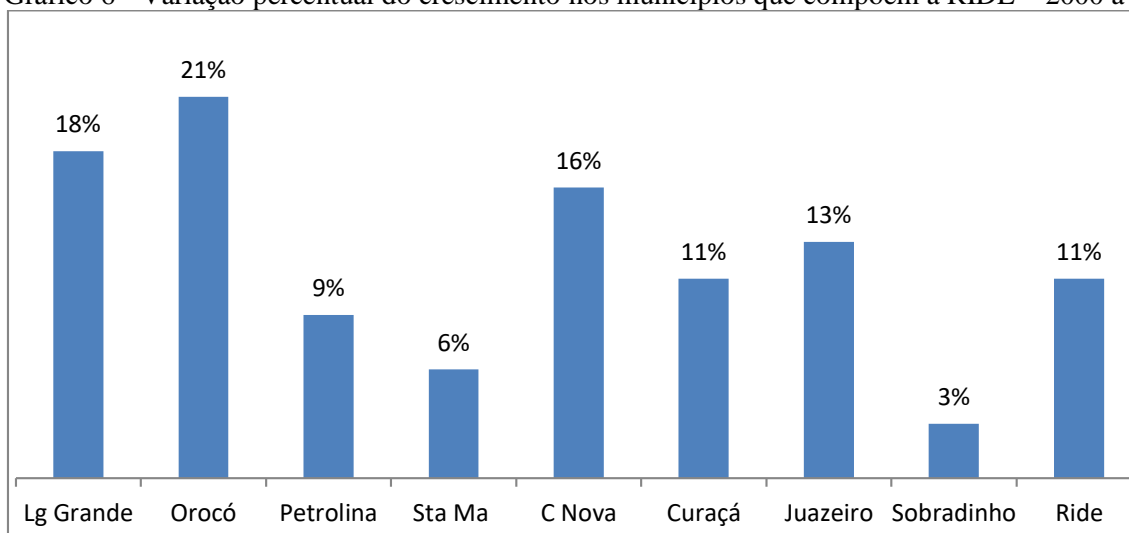
Tabela 2 - Crescimento da população dos municípios que compõem a RIDE – 2000 a 2010

Local	2000	2010
Lagoa Grande	19.137	22.760
Orocó	10.825	13.180
Petrolina	268.339	293.962
Santa Maria da Boa Vista	36.914	39.435
Casa Nova	55.730	64.940
Curaçá	28.841	32.168
Juazeiro	174.567	197.965
Sobradinho	21.325	22.000
RIDE	615.678	686.410

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico (2000/2010).

Verifica-se no período que vários municípios apresentaram forte crescimento em suas populações, na casa de dois dígitos (Tabela 2). O maior crescimento foi registrado em Orocó, seguido por Lagoa Grande e Casa Nova. Em que pese o aumento no número de habitantes desses municípios ter registrado grande crescimento, ainda há forte concentração populacional nos municípios de Juazeiro e principalmente em Petrolina, que exercem maior poder de atração em função da pujança econômica e maior oferta de serviços.

Gráfico 6 - Variação percentual do crescimento nos municípios que compõem a RIDE – 2000 a 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico (2000/2010).

Esse quadro fica mais claro quando se analisa a Tabela 3, na qual temos o produto interno bruto da RIDE. Houve forte crescimento em todos os municípios, com destaque para Casa Nova, Lagoa Grande, Orocó e Petrolina, todos com uma taxa de crescimento entre 2000 e 2010 superior a 400%.

Em contrapartida, os municípios de Sobradinho e Juazeiro evidenciaram desempenho inferior a 300%. Cabe ressaltar aqui que Juazeiro, por ser o segundo maior produto da RIDE, quadro presente já no ano 2000, teve sua distância aumentada em relação a Petrolina que se consolida como liderança econômica na região.

Tabela 3 - Produto interno bruto - RIDE - 2000-2010

Município	2000	2010	Variação percentual
Casa Nova	R\$ 77.628	R\$ 344.719	444
Curaçá	R\$ 48.887	R\$ 155.432	318
Juazeiro	R\$ 644.620	R\$ 1.919.843	298
Lagoa Grande	R\$ 50.464	R\$ 251.842	499
Orocó	R\$ 23.864	R\$ 117.739	493
Petrolina	R\$ 725.486	R\$ 3.188.898	440
Santa Maria da Boa Vista	R\$ 70.307	R\$ 275.132	391
Sobradinho	R\$ 193.760	R\$ 458.137	236
RIDE	R\$ 1.835.015	R\$ 6.711.743	366

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Sistema de Contas Nacionais (SCN) (2000-2010).

Analisando o período entre os censos demográficos de 2000 e 2010 nota-se que tanto a população em idade ativa (PIA)⁴, quanto a população economicamente ativa (PEA) cresceram em todos os municípios da RIDE, (Tabela 3). Nesse período se destacam o crescimento da PIA em Petrolina (41%), Orocó (30%) e Lagoa Grande (26%). Esses municípios tiveram um crescimento ainda maior nas suas populações economicamente ativa, Petrolina teve um incremento na PEA em 49%, seguido por Orocó, com 34% e Lagoa Grande, com 31%.

Comparando-se esses dados, pode-se inferir que houve uma pressão para que mais integrantes da PIA ingressassem na PEA, pois a PIA obteve uma taxa de crescimento menor que a PEA. Um maior ingresso no mercado de trabalho pode ser reflexo da queda nas taxas de desemprego registrada nos anos 2000, incentivando parte da população a sair da inatividade e poder contribuir com o aumento da renda familiar.

Tabela 4 - Crescimento da população em idade ativa e economicamente ativa — RIDE — 2000/2010

População em Idade Ativa				População Economicamente Ativa			
Município	2000	2010	Δ%	Município	2000	2010	Δ%
Casa Nova	43.122	52.425	21	Casa Nova	23.245	27.818	19
Curaçá	22.257	26.033	16	Curaçá	11.954	12.855	7
Juazeiro	136.016	162.160	19	Juazeiro	75.159	89.600	19
Lagoa Grande	14.253	18.053	26	Lagoa Grande	7.485	9.838	31
Orocó	8.088	10.550	30	Orocó	4.420	5.956	34
Petrolina	169.871	240.136	41	Petrolina	92.663	138.680	49
Sta. Ma da Boa Vista	27.498	30.997	12	Sta. Ma da Boa Vista	16.644	18.128	8
Sobradinho	16.898	18.006	6	Sobradinho	8.397	8.662	3
RIDE	438.003	558.360	27	RIDE	239.967	311.537	29

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, 2000/2010.

Em outras palavras, a taxa de participação (Tabela 5) teve destacado crescimento nos municípios supracitados. Tal fato também está ligado com as condições de trabalho e melhores salários. Cabe destacar, porém, que Juazeiro apresentou taxa de participação igual a zero, ou seja, o crescimento da PIA foi idêntico ao crescimento da PEA. Assim, em Juazeiro não se pode afirmar que o mercado apresentou elementos que fizessem as pessoas pressionarem o mercado de trabalho.

⁴ A população em idade ativa é aquela com idade igual ou acima de 10 anos, considerando inclusive os inativos.

Tabela 5 - Taxa de participação — RIDE — 2000/2010

Município	2000	2010	Variação	
			Absoluta	Percentual
Casa Nova	53,9	53,1	-0,84	-1,56
Curaçá	53,7	49,4	-4,33	-8,06
Juazeiro	55,3	55,3	0,00	-0,01
Lagoa Grande	52,5	54,5	1,98	3,77
Orocó	54,6	56,5	1,81	3,30
Petrolina	54,5	57,8	3,20	5,87
Santa Maria da Boa Vista	60,5	58,5	-2,04	-3,38
Sobradinho	49,7	48,1	-1,59	-3,19
Total	54,8	55,8	1,01	1,84

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico (2000/2010).

Um elemento que pode exercer pressão da PIA sobre a PEA é a melhoria do rendimento médio do trabalhador. Para a RIDE foi verificado incremento na taxa de participação que pode ser reflexo do aumento no rendimento médio do trabalhador nos anos 2000. Esse aumento no rendimento teve destacada participação de Petrolina, que apresentou um incremento absoluto de R\$ 775,00 no período, significando um crescimento médio anual na ordem de 24,80%.

Na contramão esteve Juazeiro, que apresentou incremento de R\$ 181,00 nos anos 2000, significando uma variação percentual média anual de apenas 5,65%. Esse resultado só foi melhor que o alcançado pelos municípios de Sobradinho (5,11), Curaçá (5,55) e Orocó (0,80). Muito ruim para que seja considerada como um ponto luminoso no desenvolvimento do Nordeste.

Tabela 6 - Rendimento médio do trabalhador — RIDE — 2000/2010

Município	2000	2010	Variação	
			Absoluta	Percentual Média Anual
Lagoa Grande	R\$ 159	R\$ 459	R\$ 300	18,89
Orocó	R\$ 206	R\$ 222	R\$ 16	0,80
Petrolina	R\$ 313	R\$ 1.088	R\$ 775	24,80
Santa Maria da Boa Vista	R\$ 139	R\$ 247	R\$ 108	7,72
Casa Nova	R\$ 125	R\$ 285	R\$ 160	12,78
Curaçá	R\$ 139	R\$ 216	R\$ 77	5,55
Juazeiro	R\$ 321	R\$ 502	R\$ 181	5,65
Sobradinho	R\$ 209	R\$ 316	R\$ 107	5,11

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico (2000/2010).

Numa análise mais específica, centrada no agronegócio propriamente dito, percebe-se que o desempenho dos municípios da RIDE melhoram o resultado de forma generalizada. Entretanto, a liderança continua a ser exercida por Petrolina, com um crescimento absoluto no rendimento do trabalhador que chegou a R\$ 316,00, significando uma variação percentual média anual de 18,85%.

Juazeiro obteve um crescimento médio anual de 14,84% no rendimento do trabalhador, porém esse aumento no rendimento do trabalhador vinculado ao agronegócio foi inferior ao registrado para os municípios de Lagoa Grande (17,06%), Casa Nova (17,99%) e idêntico ao alcançado por Santa Maria da Boa Vista (14,84%). Desta forma, o seu desempenho foi superior apenas aos de Orocó, Curaçá e Sobradinho.

Tabela 7 - Rendimento médio do trabalhador do setor agropecuário - RIDE - 2000/2010

Município	2000	2010	Variação	
			Absoluta	Percentual Média Anual
Lagoa Grande	R\$ 85	R\$ 229	R\$ 144	17,06
Orocó	R\$ 81	R\$ 138	R\$ 57	6,98
Petrolina	R\$ 168	R\$ 483	R\$ 316	18,85
Santa Maria da Boa Vista	R\$ 76	R\$ 188	R\$ 112	14,84
Casa Nova	R\$ 69	R\$ 193	R\$ 124	17,99
Curaçá	R\$ 64	R\$ 126	R\$ 62	9,59
Juazeiro	R\$ 143	R\$ 355	R\$ 212	14,84
Sobradinho	R\$ 107	R\$ 228	R\$ 121	11,31

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico (2000/2010).

Todos os dados até aqui analisados apontam para uma melhora na demanda por força de trabalho na região. Tal fato se concretiza ao se analisar a tabela 8, que traz a taxa de desemprego na RIDE nos anos 2000. Nesse período todos os municípios que compõem a região integrada reduziram suas taxas de desemprego. Nessa análise, vale destacar Sobradinho com uma redução no período de 49,98%. Em seguida temos Petrolina como destaque, que apresentou o segundo melhor desempenho, com 41% de redução na taxa de desemprego.

Tabela 8 - Taxa de desemprego - RIDE - 2000/2010

Município	2000	2010	Variação	
			Absoluta	Percentual
Casa Nova	9,74	7,92	-1,82	-18,73
Curaçá	11,24	8,79	-2,45	-21,82
Juazeiro	17,86	11,09	-6,77	-37,90
Lagoa Grande	11,61	11,40	-0,21	-1,77
Orocó	8,03	5,61	-2,42	-30,18
Petrolina	17,68	10,43	-7,25	-41,00
Santa Maria da Boa Vista	8,90	6,89	-2,01	-22,56
Sobradinho	24,97	12,49	-12,48	-49,98
Total	15,93	10,12	-5,81	-36,47

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico (2000/2010).

Esse resultado de Petrolina é melhor que o logrado por Juazeiro (37,9%). Em 2000 os dois municípios possuíam taxas de desemprego semelhantes, Petrolina com 17,68 e Juazeiro levemente superior, com 17,86. Em 2010 tem-se taxas de 10,43 e 11,09 respectivamente, o que evidencia melhor desempenho econômico do município pernambucano, lembrando que este apresentou maior taxa de participação que o município baiano.

5.1 O EMPREGO FORMAL NA RIDE NOS ANOS 2000

Até aqui foi visto um panorama geral de todo o mercado de trabalho na RIDE através dos dados dos censos do IBGE dos anos 2000 e 2010. Agora será feita análise dos dados apenas do emprego formal da região. A opção de fazer a análise do emprego formal se deu porque vários autores, tais como Souza (2010), Pochmann (2010), Cacciamali e Tatei (2010), apontaram que nos anos 2000 houve queda no desemprego e ampliação da formalização do trabalho. Assim, pensou-se em verificar se a condição de centro dinâmico de desenvolvimento da RIDE está refletindo no seu mercado de trabalho formal.

Para realizar tal empreendimento, far-se-á uso da Relação de Anual de Informações Sociais (RAIS), que disponibiliza a mais importante base de dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, não apenas pela abrangência do vínculos que considera⁵, mas também em função da incorporação das declarações de todas as empresas públicas e privadas, já que estas estão obrigadas, pela legislação vigente, a fornecer essas informações (SOUZA, 2010).

⁵ A RAIS considera os seguintes vínculos formais: estatutário, temporário, avulso e celetista.

Desta forma, segundo os dados da RAIS, no ano 2000, assim como o verificado a partir dos dados do censo do IBGE, a atividade que mais gerava postos de trabalho era o agronegócio, com 12.568 postos, dos 49.658 totais. Os municípios com maior destaque foram Petrolina e Juazeiro respectivamente. No entanto, ressalta-se que em metade dos municípios da RIDE o agronegócio não esteve à frente como atividade com maior número de postos de trabalho. São os casos de Petrolina, Juazeiro, Orocó e Sobradinho.

No caso de Orocó, o maior número de postos de trabalho localizava-se na administração pública. Já no caso de Sobradinho, atribui-se tal característica à seu próprio surgimento enquanto cidade emancipada, pois se desmembrou de Juazeiro em 1989 e possuía desde então, economia voltada ao abastecimento das atividades da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui importante usina hidrelétrica na cidade. Assim, suas atividades não estavam vinculadas ao agronegócio, mas ao contrário, sempre estiveram ligadas ao funcionamento da usina e aos serviços de abastecimentos daquela.

Petrolina e Juazeiro, no entanto, apresentam as economias mais complexas dentre as que compõem a RIDE. Assim, apesar de possuírem o agronegócio como forte vetor de crescimento, o setor de serviços apresenta-se como maior empregador para ambos os municípios.

Nos anos 2000 verificou-se uma forte alteração na estrutura das atividades que mais empregavam na RIDE. Enquanto no ano 2000 quatro municípios possuíam como maior força na geração de postos de trabalho o agronegócio, ao longo da década essa estrutura se modificou ao ponto de apenas um município da RIDE possuir como maior empregadora a atividade do agronegócio, que foi o caso de Casa Nova.

Tabela 9 - Estoque de emprego formal, segundo o setor de atividade econômica - RIDE - 2000 e 2010

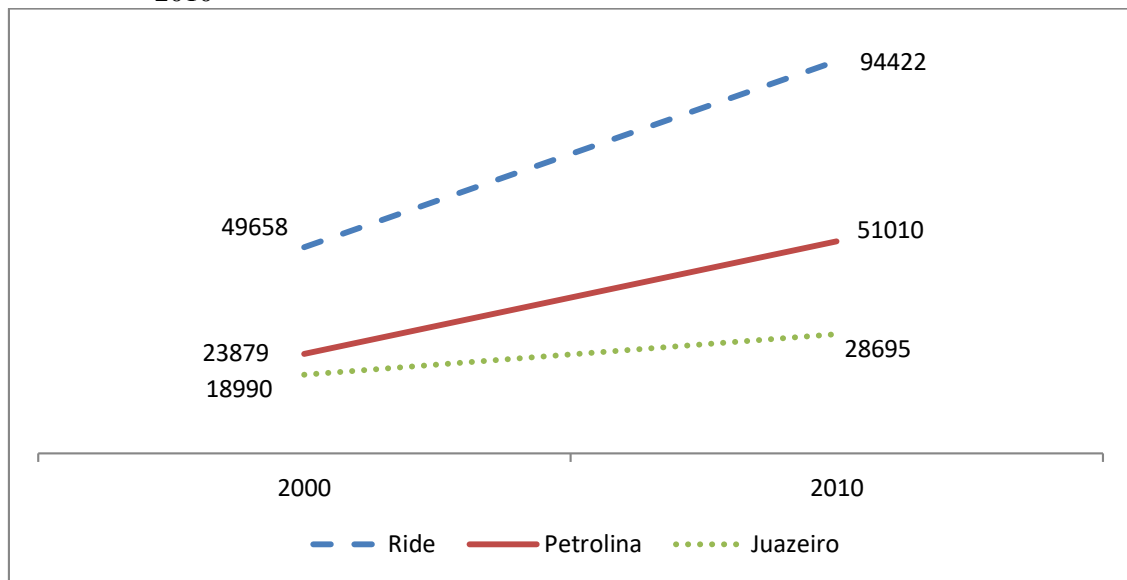
Município	2000								Total
	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Ind. de Util. Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm Pública	Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	
Lagoa Grande	0	17	0	1	101	4	364	554	1.041
Orocó	0	0	0	4	8	6	348	0	366
Petrolina	31	2.070	14	1.372	4.894	6.194	3.621	5.683	23.879
Sta Ma da Boa Vista	0	27	0	0	156	80	701	918	1.882
Casa Nova	6	5	0	0	97	62	427	1.303	1.900
Curaçá	1	1	15	5	43	214	0	448	727
Juazeiro	9	3.461	402	628	3.248	5.068	2.522	3.652	18.990
Sobradinho	0	4	163	31	623	33	9	10	873
Total	47	5.585	594	2.041	9.170	11.661	7.992	12.568	49.658
2010									
Lagoa Grande	0	150	0	0	313	48	1.145	867	2.523
Orocó	0	0	0	2	69	11	453	19	554
Petrolina	72	3.287	78	5.414	12.443	12.566	6.756	10.394	51.010
Sta Ma da Boa Vista	9	84	3	3	339	75	1.213	182	1.908
Casa Nova	0	195	54	36	615	227	2.524	2.978	6.629
Curaçá	1	32	0	1	229	66	1.049	179	1.557
Juazeiro	26	3.754	457	584	7.605	6.166	5.875	4.228	28.695
Sobradinho	0	11	162	36	162	137	991	47	1.546
Total	108	7.513	754	6.076	21.775	19.296	20.006	18.894	94.422

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000/2010).

Embora a atividade do agronegócio tenha crescido em torno de 50% ao longo da década, ela perde importância relativa para as atividades do comércio, administração pública e serviços. Neste período, percebe-se que o município de Petrolina se distanciou de Juazeiro na geração de empregos formais, ocupando em 2010 clara posição de liderança econômica incontestável, concentrando mais de 50% de todos os postos formais de emprego.

No Gráfico 7 têm-se a evolução do estoque de emprego formal nos anos 2000, tanto na RIDE como um todo, quanto nos dois mais importantes municípios que a compõem, Petrolina e Juazeiro. Vale destacar que Petrolina agregou ao seu estoque mais de 25 mil postos de trabalho, enquanto Juazeiro não conseguiu agregar 10 mil postos no mesmo período. Tal fato corrobora a posição da hipótese deste trabalho, que Juazeiro não constitui um ponto luminoso de desenvolvimento, mas Petrolina sim.

Gráfico 7 - Crescimento do estoque de emprego formal — Juazeiro, Petrolina e RIDE — 2000 a 2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000/2010).

Quanto ao rendimento médio do emprego formal, verificou-se que todos os municípios da RIDE, com exceção de Sobradinho, apresentaram considerável aumento, fato que mostra uma melhora nas condições de trabalho. Petrolina possuía o segundo melhor nível de rendimento médio no ano 2000, ficando atrás apenas de Sobradinho, que em função dos trabalhadores vinculados à CHESF possui um elevado rendimento médio para os padrões da região. Porém, apesar dessa característica, este município perde a liderança neste quesito, ficando em terceiro lugar. As primeiras colocações passam para Petrolina e Juazeiro respectivamente (Tabela 10).

Vale ressaltar ainda sobre a evolução do rendimento médio do trabalho formal, que durante os anos 2000, ele mais que dobrou para toda a RIDE, obtendo um aumento de R\$ 710,00. Importante lembrar que em 2000 o salário-mínimo estava no valor de R\$ 151,00 e o menor rendimento médio daquele ano registrado para os municípios em questão foi de R\$ 293,00, em Lagoa Grande.

Tabela 10 - Rendimento¹ médio em 31/12 do emprego formal - RIDE - 2000/2010

Município	2000	2010	Varição em R\$	Varição percentual
Lagoa Grande	R\$ 293	R\$ 786	R\$ 492	168
Orocó	R\$ 321	R\$ 849	R\$ 528	164
Petrolina	R\$ 441	R\$ 1.176	R\$ 735	167
Santa Maria da Boa Vista	R\$ 294	R\$ 942	R\$ 648	221
Casa Nova	R\$ 261	R\$ 820	R\$ 559	214
Curaçá	R\$ 294	R\$ 992	R\$ 698	238
Juazeiro	R\$ 408	R\$ 1.156	R\$ 747	183
Sobradinho	R\$ 729	R\$ 1.148	R\$ 419	57
RIDE	R\$ 415	R\$ 1.125	R\$ 710	171

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000/2010).

Nota: (1) Na média se desconsiderou os trabalhadores com rendimento igual a zero.

Em 2010 o salário-mínimo estava no patamar de R\$ 510,00 e o menor rendimento médio foi registrado também no mesmo município, R\$ 786,00. Ambos os valores estavam acima do salário-mínimo em vigor no período, fato positivo para a economia local.

Outro dado importante a ser analisado sobre os reflexos da dinâmica econômica da RIDE em seu mercado de trabalho diz respeito ao tipo de trabalho gerado na região. Nesse sentido, as tabelas 11 e 12 trazem o estoque de emprego formal segundo os grandes grupos ocupacionais para os anos 2000 e 2010 respectivamente.

Esses grupos são determinados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e organizados segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que desde 1977 realiza parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para elaboração e atualização da classificação no Brasil tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO).

Essa classificação é obrigatória nos registros administrativos dos programas de política de trabalho no Brasil e constitui-se ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego e desemprego, estudos de taxas de mortalidade nas ocupações, planejamento e qualificações ocupacionais, planejamento da educação profissional, rastreamento de vagas e serviços de intermediação de mão de obra.

O IBGE e o MTE possuem parceria com o objetivo utilizarem de forma unificada essa classificação nos registros administrativos brasileiros. Essa ação permite, por exemplo,

comparar as informações da RAIS, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e seguro-desemprego com as estatísticas internacionais que utilizam a CIUO.

Desta forma, analisando os Grandes Grupos Ocupacionais no ano 2000, verifica-se que os Grupos com maior nível de escolaridade são o Grupo 1 (profissionais das Ciências e das Artes) e Grupo 3 (Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes Organizações de Interesse Público e de Empresas e Gerentes). Verifica-se que a maior parte do estoque de emprego para esses grupos localiza-se nos municípios de Petrolina e Juazeiro, nessa ordem. Somando-se os dois grupos, tem-se pouco mais de dois mil postos de trabalho, o que não chega a representar nem 10% do estoque total de ocupações para este ano.

Tabela 11 - Estoque de emprego formal, segundo o Grande Grupo Ocupacional - RIDE - 2000

Município	Grande Grupo 1	Grande Grupo 2	Grande Grupo 3	Grande Grupo 4	Grande Grupo 5	Grande Grupo 6	Grande Grupo 7	Grande Grupo 8	Grande Grupo 9	Grande Grupo 10	Total
Lagoa Grande	21	133	9	73	70	205	490	7	4	29	1.041
Orocó	3	106	15	76	4	151	0	2	0	9	366
Petrolina	902	1.760	448	4.164	2.339	4.236	5.321	806	823	3.080	23.879
Sta Ma da Boa Vista	38	240	27	134	106	375	799	21	28	114	1.882
Casa Nova	21	252	18	143	42	323	1.048	17	6	30	1.900
Curaçá	8	135	2	43	28	59	413	0	7	32	727
Juazeiro	516	1.123	265	2.632	1.347	4.280	4.912	434	1.211	2.270	18.990
Sobradinho	35	9	25	476	59	61	6	6	27	169	873
Total	1.544	3.758	809	7.741	3.995	9.690	12.989	1.293	2.106	5.733	49.658

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Notas: (1) Profissionais das Ciências e das Artes.

(2) Técnicos de Nível Médio

(3) Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes

(4) Trabalhadores de Serviços Administrativos

(5) Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados

(6) Trabalhadores dos Serviços Turísticos, Hospedagem, Serventia, Higiene, Embelezamento e Segurança

(7) Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca

(8, 9, 10) Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção

Na análise do estoque de emprego formal segundo os Grandes Grupos Ocupacionais em 2010 é preciso apontar primeiramente que em 2002 a CBO sofreu atualização, fato que excluiu o grande grupo 6 – Trabalhadores dos serviços turísticos, hospedagem, serventia, higiene, embelezamento e segurança, presentes em 2000, sendo os trabalhadores antes classificados nesse grupo distribuídos nos demais conforme o novo padrão.

Assim, em 2010, o Grande Grupo Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público passa a ser denominado Grande Grupo 1 (em 2000 conformava o Grande Grupo 3). Concomitante, o Grande Grupo Profissionais das Ciências e das Artes passa a ser denominado Grande Grupo 2 (em 2000 conformava o Grande Grupo 1). Esses dois grupos em 2010 passam a representar mais de 10% do estoque formal de emprego, somando 12.516 postos de trabalho formal.

Isso significa que a região conseguiu atrair empregos com maior qualificação e que paga melhores salários. No entanto, esses postos se concentram fortemente em Petrolina e Juazeiro, com maior peso do município pernambucano, que sozinho detém aproximadamente metade dos postos de trabalho desses dois grandes grupos.

Tabela 12 - Estoque de emprego formal, segundo o Grande Grupo Ocupacional - RIDE - 2010

Município	Grande Grupo 1	Grande Grupo 2	Grande Grupo 3	Grande Grupo 4	Grande Grupo 5	Grande Grupo 6	Grande Grupo 7	Grande Grupo 8	Grande Grupo 9	Total
Lagoa Grande	175	400	90	149	669	899	116	17	8	2.523
Orocó	40	117	49	80	227	18	21	2	0	554
Petrolina	2.654	3.733	5.007	8.178	11.415	9.426	7.936	1.244	1.414	51.010
Sta Ma da Boa Vista	52	161	495	174	696	171	139	11	9	1.908
Casa Nova	187	763	306	1.573	596	2.750	345	76	33	6.629
Curaçá	94	61	351	291	479	148	102	22	9	1.557
Juazeiro	851	2.927	2.529	4.621	7.286	5.221	4.203	626	426	28.695
Sobradinho	36	265	255	337	399	63	140	33	18	1.546
Total	4.089	8.427	9.082	15.403	21.767	18.696	13.002	2.031	1.917	94.422

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Notas: (1) Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de interesse Público e c

(2) Profissionais das Ciências e das Artes.

(3) Técnicos de Nível Médio

(4) Trabalhadores de Serviços Administrativos

(5) Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados

(6) Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca

(7, 8, 9) Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção

Analisando-se o estoque de emprego formal pelos grupos ocupacionais para o setor agropecuário, percebe-se que em 2000 os grupos que representavam as ocupações que exigiam maior escolaridade (Grandes Grupos 1 e 3) possuíam muito pouca representatividade, inferior a 3% das ocupações de toda a RIDE. Em que pese a pouca representatividade de trabalhos com maior qualificação no agronegócio, as poucas ocupações com essa exigência se localizavam

majoritariamente em Petrolina e Juazeiro – 227 postos dos 301 somando-se os grupos 1 e 3 - com forte predominância em Petrolina, que sozinha detinha 141 postos.

Tabela 13 - Estoque de emprego formal, por grande grupo ocupacional, segundo setor agropecuário - RIDE - 2000

Município	Grande Grupo 1	Grande Grupo 2	Grande Grupo 3	Grande Grupo 4	Grande Grupo 5	Grande Grupo 6	Grande Grupo 7	Grande Grupo 8	Grande Grupo 9	Grande Grupo 10	Total
Lagoa Grande	10	0	7	21	1	14	479	3	3	16	554
Orocó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Petrolina	96	5	45	199	33	138	5.054	10	25	78	5.683
Sta Ma da Boa Vista	19	1	6	18	1	37	797	2	13	24	918
Casa Nova	20	0	14	63	0	159	1.035	1	2	9	1.303
Curaçá	8	0	0	9	1	3	413	0	4	10	448
Juazeiro	55	3	21	102	11	84	3.309	10	17	40	3.652
Sobradinho	0	0	0	5	0	0	5	0	0	0	10
Total	208	9	93	417	47	435	11.092	26	64	177	12.568

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Notas: (1) Profissionais das Ciências e das Artes.

(2) Técnicos de Nível Médio

(3) Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes

(4) Trabalhadores de Serviços Administrativos

(5) Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados

(6) Trabalhadores dos Serviços Turísticos, Hospedagem, Serventia, Higiene, Embelezamento e Segurança

(7) Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca

(8, 9, 10) Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção

Em 2010 o quadro apenas se agravou, já que os postos de trabalho que exigem maiores níveis de escolaridade perderam representatividade relativa. Em 2000 representavam cerca de 2,39% dos postos de trabalho e em 2010 representaram apenas 1,86%. O maior peso, no entanto, das ocupações segundo o setor agropecuário está no Grande Grupo 7 para o ano 2000 e no Grande Grupo 6 para o ano 2010 e veremos mais adiante qual a escolaridade desses trabalhadores mais adiante.

Tabela 14 - Estoque de emprego formal, por Grande Grupo Ocupacional, segundo setor agropecuário - RIDE - 2010

Município	Grande Grupo 1	Grande Grupo 2	Grande Grupo 3	Grande Grupo 4	Grande Grupo 5	Grande Grupo 6	Grande Grupo 7	Grande Grupo 8	Grande Grupo 9	Total
Lagoa Grande	9	2	16	41	23	756	15	2	3	867
Orocó	0	0	1	2	0	16	0	0	0	19
Petrolina	150	62	277	426	160	9.023	149	86	61	10.394
Sta Ma da Boa Vista	2	2	3	7	11	144	12	1	0	182
Casa Nova	29	12	71	110	56	2.605	71	11	13	2.978
Curaçá	4	2	9	8	6	144	5	0	1	179
Juazeiro	54	23	89	182	135	3.633	87	14	11	4.228
Sobradinho	2	0	1	2	1	41	0	0	0	47
Total	250	103	467	778	392	16.362	339	114	89	18.894

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Notas: (1) Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de interesse Público e c

(2) Profissionais das Ciências e das Artes.

(3) Técnicos de Nível Médio

(4) Trabalhadores de Serviços Administrativos

(5) Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados

(6) Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca

(7, 8, 9) Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção

Aprofundando um pouco mais a análise do mercado formal na RIDE, verifica-se que a massa salarial paga aos trabalhadores dessa região somava R\$ 21.820.000. Em 2010 esse valor chegou a R\$ 103.930.000, representando uma variação da ordem de 476%. Esse crescimento se deve a dois fatores, o crescimento do mercado de trabalho e também ao aumento dos níveis salariais.

Mais uma vez, verifica-se que Petrolina está bem à frente dos demais municípios. Ela sozinha concentra R\$ 58.880.000 da massa salarial, que representa 57% do total. Assim, esse município detém a maior parte dos postos e também a maior parte dos postos que pagam os melhores salários. Juazeiro apresenta o segundo melhor desempenho, com R\$ 32.400.000 de massa salarial, correspondendo a 31% do total. Os demais municípios da RIDE apresentam valores muito pequenos, já que 88% de toda a massa salarial se encontra concentrada em Petrolina e Juazeiro.

Tabela 15 - Massa salarial¹ em 31/12 do emprego formal - RIDE - 2000-2010

Município	2000	2010	Varição percentual
Lagoa Grande	R\$ 3,1	R\$ 18,5	604
Orocó	R\$ 1,2	R\$ 4,7	392
Petrolina	R\$ 111,0	R\$ 588,8	530
Santa Maria da Boa Vista	R\$ 5,5	R\$ 17,5	315
Casa Nova	R\$ 5,9	R\$ 53,3	901
Curaçá	R\$ 1,1	R\$ 15,0	1324
Juazeiro	R\$ 83,9	R\$ 324,0	386
Sobradinho	R\$ 6,5	R\$ 17,5	271
RIDE	R\$ 218,2	R\$ 1.039,3	476

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000-2010).

Nota: (1) Em unidades de R\$ 100 mil.

Na análise da massa salarial do emprego formal segundo a agropecuária, verifica-se um quadro semelhante. Petrolina continua na liderança, seguida por Juazeiro, que juntos detinham 78,2 % da massa salarial em 2000 e em 2010 detinham 77,3%. Vale ressaltar, porém, que o crescimento de Petrolina foi bem mais significativo que o de Juazeiro, fazendo com que o município baiano perdesse importância relativa na massa salarial. Tal fato ocorreu tanto para a massa salarial do setor agropecuário (Tabela 16), quanto na massa salarial da RIDE (Tabela 15).

Tabela 16 - Massa salarial¹ em 31/12 do emprego formal, segundo a agropecuária - RIDE - 2000-2010

Município	2000	2010	Varição percentual
Lagoa Grande	R\$ 1,7	R\$ 5,6	340
Orocó	R\$ 0,0	R\$ 0,1	-
Petrolina	R\$ 16,3	R\$ 69,3	427
Santa Maria da Boa Vista	R\$ 2,2	R\$ 1,2	-54
Casa Nova	R\$ 4,5	R\$ 19,7	442
Curaçá	R\$ 0,4	R\$ 1,3	349
Juazeiro	R\$ 14,5	R\$ 26,6	184
Sobradinho	R\$ 0,0	R\$ 0,3	-
RIDE	R\$ 39,4	R\$ 124,1	315

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000-2010).

Nota: (1) Em unidades de R\$ 100 mil.

Os dados da massa salarial confirmam o ganho de importância de Petrolina no agronegócio em relação aos demais municípios e a Tabela 17 mostra claramente isso. Embora Casa Nova tenha apresentado maior variação percentual em ganho de postos de trabalho formal no setor, o maior estoque de postos formais se encontra naquele município

pernambucano. Juazeiro, que se situa na segunda posição em ambos os períodos analisados, apresentou um crescimento muito pequeno, 1,6% na média anual, contra 8,3% de Petrolina e 12,9% de Casa Nova.

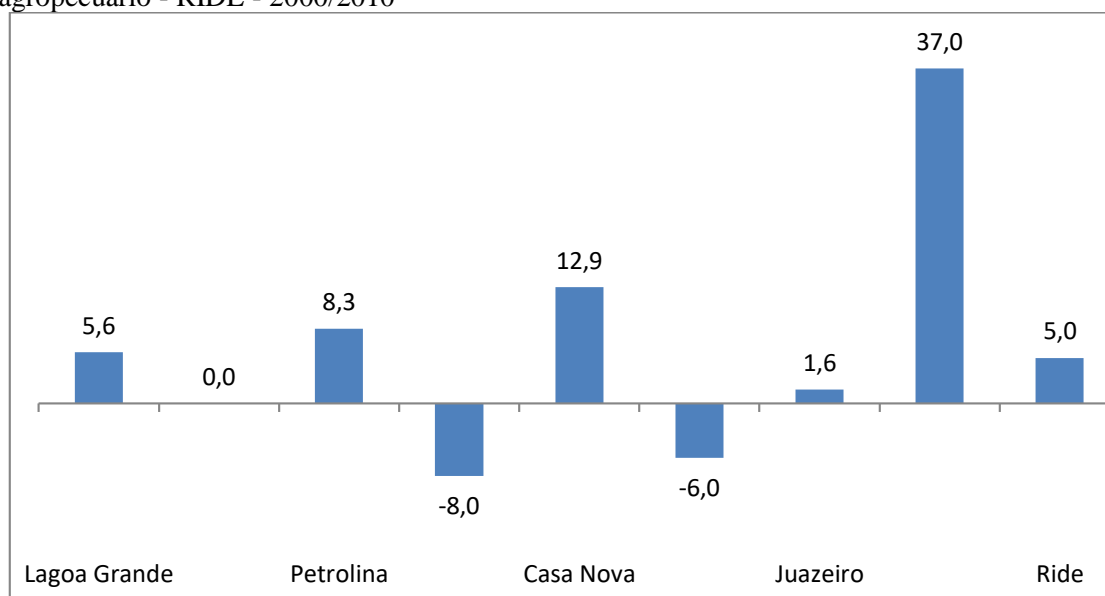
Tabela 17 - Variação do estoque de emprego formal, segundo setor agropecuário - RIDE - 2000/2010

Município	2000	2010	Variação		Per. Média Anual
			Absoluta	Percentual	
Lagoa Grande	554	867	313	56,5	5,6
Orocó	0	19	19	—	—
Petrolina	5.683	10.394	4.711	82,9	8,3
Santa Maria da Boa Vista	918	182	-736	-80,2	-8,0
Casa Nova	1.303	2.978	1.675	128,5	12,9
Curaçá	448	179	-269	-60,0	-6,0
Juazeiro	3.652	4.228	576	15,8	1,6
Sobradinho	10	47	37	370,0	37,0
Total	12.568	18.894	6.326	50,3	5,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000/2010).

Assim, Juazeiro seguiu perdendo cada vez mais relevância relativa na RIDE. Petrolina consolidou sua liderança regional e Casa Nova aponta com grande possibilidade de assumir o segundo lugar no agronegócio regional, destituindo Juazeiro de tal posição. O Gráfico 4 mostra o desempenho dos componentes da RIDE. Outro destaque no avanço do estoque do emprego formal é Lagoa Grande, que juntamente com Casa Nova possuem importantes vinícolas.

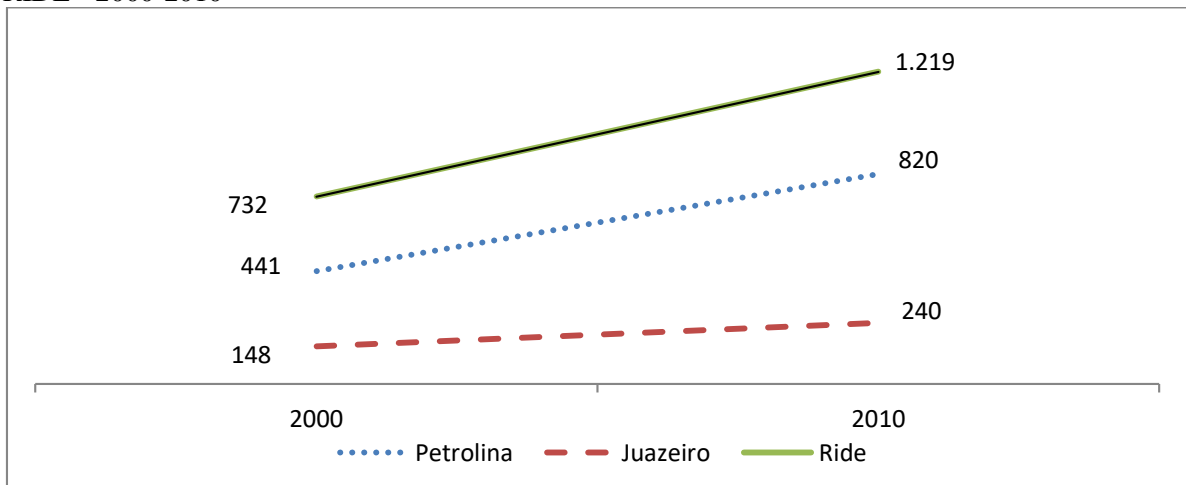
Gráfico 8 - Percentual médio de crescimento anual do estoque de emprego formal, segundo setor agropecuário - RIDE - 2000/2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000/2010).

A perda de importância relativa de Juazeiro, como já foi dito, se concretiza na visualização do Gráfico 5, pois se percebe o deslocamento de Petrolina entre 2000 e 2010 se distanciando do município baiano. Tal quadro clarifica a posição de Petrolina como ponto luminoso de desenvolvimento e confirma a que Juazeiro perdeu importância ao longo dos anos 2000, sendo, portanto, um ponto opaco no desenvolvimento do Nordeste, contrariando a afirmação de Elias (2006).

Gráfico 9 - Números de estabelecimentos formais, segundo setor agropecuário - Juazeiro, Petrolina e RIDE - 2000-2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000-2010).

Feitas essas considerações a respeito do comportamento do trabalho formal na RIDE entre os municípios que a compõem, se faz importante analisar a qualidade dos postos formais de empregos gerados, já que houve crescimento de forma geral para a região integrada. A qualidade será analisada a partir da faixa de remuneração média, grau de instrução e faixa etária.

5.2 PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA RIDE?

Neste tópico serão analisados alguns dados que podem apontar para a precarização do trabalho na RIDE, que em termos práticos, significa um mercado de trabalho que destrói os melhores empregos, gerando quase que exclusivamente postos mal remunerados, desprotegidos pela legislação e em número insuficiente. O resultado disso é o crescimento expressivo da informalidade e do subemprego com elevadíssimas taxas de desemprego (BORGES, 2007).

Neste contexto, a tabela 18 traz os dados do estoque formal de emprego para a região integrada segundo a faixa de remuneração média para o ano 2000. Constatase que há uma

concentração nas faixas mais baixas de salário, pois 79,2% dos postos de trabalho não superavam três salários.

Quanto à remuneração existe um gargalo difícil de ser contornado no agronegócio, já que na medida em que vários programas e cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento permitem uma melhor formação aos empregados, não há como garantir que isso se reverta em melhores salários. Esse aspecto é importante, pois embora os reajustes anuais do salário-mínimo signifiquem ganhos reais para aqueles trabalhadores que ganham esse valor, é desejável que a remuneração do trabalho se situe em faixas salariais superiores (FREDO *et al.*, 2013).

Tabela 18 - Estoque de emprego formal, segundo a faixa de remuneração média - RIDE - 2000

Município	Faixa de Salários-Mínimos												Total
	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20	
Lagoa Grande	2	118	438	190	125	91	28	15	12	0	2	2	1.041
Orocó	0	22	183	60	41	23	23	5	2	2	0	1	366
Petrolina	18	1.107	9.834	3.405	3.768	1.601	1.059	1.055	508	454	213	311	23.879
Sta Ma da Boa Vista	3	174	996	224	167	148	37	23	14	17	10	1	1.882
Casa Nova	4	288	1.081	239	170	30	16	21	16	8	6	3	1.900
Curaçá	0	104	178	44	30	15	5	3	0	1	3	2	727
Juazeiro	76	2.179	6.564	3.215	3.839	955	462	442	374	307	177	176	18.990
Sobradinho	0	43	72	111	203	104	73	112	67	45	7	22	873
Total	103	4.035	19.346	7.488	8.343	2.967	1.703	1.676	993	834	418	518	49.658

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Tais considerações se tornam ainda mais importantes no contexto da RIDE nos anos 2000, porque se verificou uma maior concentração dos trabalhadores nas faixas até 3 salários-mínimos. Tanto assim, que em 2010 foi registrado que 84,5% do estoque de emprego formal segundo a faixa de remuneração média situava-se igual ou abaixo dos três salários-mínimos. Ou seja, significou a perda relativa de postos com melhor remuneração média. Mais da metade dos trabalhadores da RIDE auferiram até 1,5 salário-mínimo.

Tabela 19 - Estoque de emprego formal, segundo a faixa de remuneração média - RIDE - 2010

Município	Faixa de Salários-Mínimos												Total
	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20	
Lagoa Grande	1	356	1.439	288	92	63	68	43	7	0	0	1	2.523
Orocó	3	91	267	90	59	29	6	0	2	1	1	0	554
Petrolina	117	3.387	25.536	8.487	5.347	1.962	1.237	1.549	1.071	713	330	349	51.010
Santa Maria da Boa Vista	0	356	762	286	231	149	24	25	11	9	2	3	1.908
Casa Nova	3	939	3.815	780	376	356	120	34	42	10	10	14	6.629
Curaçá	0	304	603	146	214	98	86	54	8	2	1	1	1.557
Juazeiro	87	3.803	13.079	4.097	3.009	1.062	654	1.053	430	388	184	187	28.695
Sobradinho	0	361	698	196	110	15	17	31	40	25	14	14	1.546
Total	211	9.597	46.199	14.370	9.438	3.734	2.212	2.789	1.611	1.148	542	569	94.422

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Os dados ficam mais alarmantes quando se trata apenas do agronegócio na RIDE, pois considerando as tabelas 20 e 21, sobre o estoque formal, por faixa de remuneração média, segundo o setor agropecuário na região integrada, percebe-se que em 2000 havia uma concentração de 83% da força de trabalho nas faixas de apenas até dois salários mínimos.

Tabela 20 - Estoque de emprego formal, por faixa de remuneração média, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2000

Município	Faixa de Salários-Mínimos												Total
	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20	
Lagoa Grande	2	8	242	150	80	26	15	7	11	0	0	1	554
Orocó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Petrolina	7	150	4.102	703	345	124	52	50	26	12	6	3	5.683
Sta Ma da Boa Vista	2	23	610	110	62	33	9	6	5	3	2	0	918
Casa Nova	4	18	855	185	141	27	14	19	15	5	1	1	1.303
Curaçá	0	0	77	18	10	1	2	1	0	0	0	0	448
Juazeiro	7	77	2.648	437	243	72	24	41	25	17	9	4	3.652
Sobradinho	0	3	4	2	1	0	0	0	0	0	0	0	10
Total	22	279	8.538	1.605	882	283	116	124	82	37	18	9	12.568

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Mas isso não é tudo. Em 2010 essa concentração se agravou, chegando ao patamar de 91% da força de trabalho situando-se entre as faixas de remuneração média de até dois salários-mínimos. Assim, o que era grave em 2000, ficou ainda mais complicado em 2010. Essa tendência, inclusive foi seguida por Petrolina, que segundo hipótese desse trabalho se constitui num ponto luminoso de desenvolvimento do Nordeste.

Em que pese sua pujança econômica regional, o mercado de trabalho sente um reflexo adverso dessa pujança, pois em 2000, somente esse município concentrava nas faixas salariais de até dois salários 87% da sua força de trabalho do agronegócio. Durante a década a situação somente se agravou e em 2010 nesta mesma faixa salarial estavam concentrados 91,4% dos trabalhadores do agronegócio.

Tabela 21 - Estoque de emprego formal, por faixa de remuneração média, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2010

Município	Faixa de Salários-Mínimos												Total
	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20	
Lagoa Grande	0	70	682	59	28	5	3	2	4	0	0	0	867
Orocó	0	3	14	1	1	0	0	0	0	0	0	0	19
Petrolina	20	854	7.809	820	381	129	48	54	31	19	6	6	10.394
Sta Ma da Boa Vista	0	5	137	15	14	1	1	0	0	0	0	0	182
Casa Nova	2	291	2.145	249	135	34	14	12	13	3	0	2	2.978
Curaçá	0	9	118	20	13	1	2	3	2	0	0	0	179
Juazeiro	12	494	3.100	266	108	45	17	11	22	6	0	0	4.228
Sobradinho	0	8	33	1	4	0	0	0	0	0	0	0	47
Total	34	1.734	14.038	1.431	684	215	85	82	72	28	6	8	18.894

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Outra variável importante para verificar se houve precariedade no mercado de trabalho da RIDE nos anos 2000 é o grau de escolaridade dos postos de trabalho. O grau de instrução é importante, pois um trabalhador mais qualificado teoricamente poderá aferir maiores salários. Além disso, programas, cursos de qualificação e de aperfeiçoamento têm uma exigência mínima em relação ao nível educacional. Assim, cada curso tem sua especificidade de treinamentos e em alguns é exigido um nível mais elevado em função do aprendizado de tecnologias mais complexas aplicadas à produção (FREDO *et al*, 2013).

Com os avanços em tecnologia e sua utilização cada vez maior na produção, trabalhadores mais qualificados se torna crucial para uma região que pretende alcançar elevados níveis de desenvolvimento. Porém, os dados do estoque de emprego formal por grau de instrução na RIDE no ano 2000 apontavam sentido contrário. Mais de 50% da sua força de trabalho (25.266) eram analfabetos ou possuíam apenas o ensino fundamental incompleto.

Tabela 22 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução - RIDE - 2000

Município	Grau de Instrução							Total
	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
Lagoa Grande	184	497	147	35	124	10	44	1.041
Orocó	0	341	2	5	16	2	0	366
Petrolina	764	10.032	2.005	1.574	4.565	525	4.414	23.879
Sta Ma da Boa Vista	138	1.012	155	145	353	25	54	1.882
Casa Nova	99	1.364	59	41	300	8	29	1.900
Curaçá	42	491	41	23	103	12	15	727
Juazeiro	920	9.073	2.405	1.268	4.178	317	829	18.990
Sobradinho	5	304	147	90	264	20	43	873
Total	2.152	23.114	4.961	3.181	9.903	919	5.428	49.658

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

No entanto, os dados de 2010 indicaram que houve uma mudança drástica na estrutura da escolaridade dos trabalhadores formais na RIDE. No decorrer da década a situação se inverteu completamente, já que em 2010 somando-se aqueles trabalhadores que possuíam ensino médio completo, superior incompleto e superior completo, chegava-se a mais de 50% do estoque formal de emprego (52.710).

Os trabalhadores que possuíam até o ensino fundamental incompleto perderam importância relativa no decorrer do período, apresentando em 2010, 26.192 postos de trabalho formais, significando 27,7% do total de trabalhadores.

Tal melhora na escolaridade dos trabalhadores da RIDE pode ser em parte explicada pelo acesso ao nível superior na região, pois nos anos 2000 houve a instalação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, na forma *multi campi*, possuindo sua reitoria na cidade de Petrolina/PE, mas com *campus* em várias cidades, como Juazeiro e Senhor do Bonfim na Bahia e São Raimundo Nonato no Piauí.

Além desta Universidade, houve aumento na oferta de vagas em cursos à distância (EAD), verificou-se a ampliação dos cursos na Universidade Pernambuco em Petrolina e também na Universidade do Estado da Bahia em Juazeiro, bem como a instalação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica também em Petrolina (IFPE) e mais recentemente em Juazeiro (IFBA).

Tabela 23 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução - RIDE - 2010

Município	Grau de Instrução							Total
	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
Lagoa Grande	64	987	199	145	686	62	380	2.523
Orocó	0	29	16	11	406	6	86	554
Petrolina	557	13.032	5.121	4.009	21.278	1.491	5.522	51.010
Sta Ma da Boa Vista	31	375	203	155	772	66	306	1.908
Casa Nova	121	2.421	589	495	2.298	146	559	6.629
Curaçá	23	311	149	55	788	22	209	1.557
Juazeiro	347	7.669	2.084	2.054	11.990	1.081	3.470	28.695
Sobradinho	5	220	144	91	786	56	244	1.546
Total	1.148	25.044	8.505	7.015	39.004	2.930	10.776	94.422

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Analisando o estoque de emprego formal por grau de instrução para o setor agropecuário, verifica-se outra grave constatação, 90% dos trabalhadores que ocupam os postos de trabalho são analfabetos ou no máximo possuem ensino fundamental incompleto no ano 2000. Esse resultado para o agronegócio é de difícil reversão, pois para elevar o nível educacional dos trabalhadores existe uma dificuldade em conciliar a jornada de trabalho no campo com o tempo para a dedicação aos estudos. Além disso, como os jovens ingressam no mercado de trabalho rural cedo, como uma forma de auxiliar a família nas funções do campo e complementação da renda familiar, ocorre uma grande evasão escolar (FREDO *et al*, 2013).

Tabela 24 - Estoque de emprego formal, por grau de instrução, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2000

Município	Grau de Instrução							Total
	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
Lagoa Grande	92	401	18	5	25	1	12	554
Orocó	0	0	0	0	0	0	0	0
Petrolina	511	4.587	145	90	261	29	60	5.683
Sta Ma da Boa Vista	80	746	31	4	46	2	9	918
Casa Nova	68	1.126	26	17	49	5	12	1.303
Curaçá	27	387	15	8	8	2	1	448
Juazeiro	399	2.923	80	32	144	17	57	3.652
Sobradinho	1	4	0	2	3	0	0	10
Total	1.178	10.174	315	158	536	56	151	12.568

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Em 2010 houve uma melhora na escolaridade dos trabalhadores do setor agropecuário, mas persistiu o elevado número de postos ocupados com empregados que detinham no máximo o ensino fundamental incompleto, 70,8%. Ganharam grande importância os postos que exigiam ensino médio incompleto e ensino médio completo.

Esse fato corrobora com a análise de Costa (2012), pois segundo ele, há uma tendência em todo país, e que se repete na medida em que descemos na escala regional, de aumento na contratação de empregados mais qualificados, mais escolarizados. Nesse sentido, as faixas etárias mais jovens são privilegiadas. Na contratação têm-se obstáculos cada vez mais severos na contratação de trabalhadores com baixos níveis de instrução.

Tabela 25 -Estoque de emprego formal, por grau de instrução, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2010

Município	Grau de Instrução							Total
	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
Lagoa Grande	42	663	11	46	97	2	6	867
Orocó	0	14	0	2	2	1	0	19
Petrolina	384	6.551	1.104	703	1.388	87	177	10.394
Sta Ma da Boa Vista	11	139	8	7	15	0	2	182
Casa Nova	104	1.980	182	274	387	21	30	2.978
Curaçá	6	126	13	9	16	1	8	179
Juazeiro	119	3.234	130	188	481	31	45	4.228
Sobradinho	1	17	8	11	10	0	0	47
Total	667	12.724	1.456	1.240	2.396	143	268	18.894

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Quanto à faixa etária, o estoque de emprego na RIDE apontou no ano 2000 para uma concentração favorável aos mais jovens, com idade até os 29 anos, sendo contemplados com 19.945 dos postos, o que representou 40% do total de empregos. Houve uma outra faixa etária que concentrou um importante contingente de trabalhadores, que foi a faixa de 30 a 39 anos, com 16.442 postos, ou seja, cerca de 30% dos postos.

Tabela 26 - Estoque de emprego formal, por faixa etária - RIDE - 2000

Município	Faixa Etária								Total
	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais	
Lagoa Grande	0	5	208	235	337	155	94	6	1.041
Orocó	0	0	16	52	154	82	49	12	366
Petrolina	1	151	5.010	4.837	7.808	4.053	1.835	176	23.879
Sta Ma da Boa Vista	0	13	307	354	680	335	172	19	1.882
Casa Nova	0	11	365	333	604	362	212	12	1.900
Curaçá	0	1	152	148	244	104	77	1	727
Juazeiro	0	115	3.593	3.679	6.383	3.505	1.629	82	18.990
Sobradinho	0	2	199	158	232	183	94	5	873
Total	1	298	9.850	9.796	16.442	8.779	4.162	313	49.658

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Em 2010 verificou-se que as faixas etárias até os 29 anos de idade perderam importância relativa, pois ocupavam 40% dos postos e em 2010 passaram a ocupar 37% dos postos. Constatou-se ainda que a faixa etária de 30 a 39 anos percorreu sentido contrário, ganhando importância relativa, saindo de 30% em 2000, passando a representar 33% dos postos em 2010.

Destaca-se a RIDE ao longo dos anos 2000 por apresentar resultados favoráveis às faixas etárias mais avançadas em idade, pois a faixa dos 40 aos 49 anos mais que dobrou em número de postos, assim como a faixa dos 50 aos 64 anos. Esses avanços superaram o crescimento do estoque de emprego formal entre 2000 e 2010, que foi de 90%.

Tabela 27 - Estoque de emprego formal, por faixa etária - RIDE - 2010

Município	Faixa Etária								Total
	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais	
Lagoa Grande	0	1	436	520	851	499	211	5	2.523
Orocó	0	0	40	51	175	195	88	5	554
Petrolina	3	230	9.750	10.035	16.790	9.751	4.296	155	51.010
Sta Ma da Boa Vista	0	3	168	260	706	541	222	8	1.908
Casa Nova	0	15	1.104	1.300	2.274	1.230	659	47	6.629
Curaçá	0	0	150	310	653	322	117	5	1.557
Juazeiro	5	111	4.959	5.213	9.251	5.884	3.100	172	28.695
Sobradinho	0	3	121	190	508	405	289	30	1.546
Total	8	363	16.728	17.879	31.208	18.827	8.982	427	94.422

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Dados de extrema importância, pois na medida em que uma maior contratação de jovens pode estar associada a uma maior facilidade de substituição e agravamento da permanência e o

retorno dos mais velhos ao mercado de trabalho, ocasionando o exercício de atividades autônomas como estratégia de sustento de suas famílias, podendo estar associadas à precariedade e a ganhos reduzidos, como afirma Costa (2012), o caminho inverso pode significar um mercado de trabalho menos turbulento para o trabalhador de uma forma geral.

Tabela 28 - Estoque de emprego formal, por faixa etária, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2000

Município	Faixa Etária								Total
	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais	
Lagoa Grande	0	0	117	112	181	88	54	1	554
Orocó	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Petrolina	1	51	1.600	1.196	1.731	771	326	6	5.683
Sta Ma da Boa Vista	0	11	193	172	304	169	68	1	918
Casa Nova	0	7	319	291	425	178	81	2	1.303
Curaçá	0	0	109	101	148	53	37	0	448
Juazeiro	0	75	1.046	783	1.063	462	220	2	3.652
Sobradinho	0	0	3	3	2	2	0	0	10
Total	1	144	3.387	2.658	3.854	1.723	786	12	12.568

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2000).

Para o setor agropecuário, o estoque de emprego formal concentrou quase a metade dos postos de trabalho nas faixas etárias que vão até os 29 anos, que somou 6.190 postos, representando 49,3% do total gerado no ano 2000. A segunda faixa etária em volume de postos foi aquela de 30 aos 39 anos de idade, que concentrou 30,7%, com 3.854 vagas de emprego. As faixas de idade mais elevadas representaram 20% do total, com 2521 postos.

Tabela 29 - Estoque de emprego formal, por faixa etária, segundo o setor agropecuário - RIDE - 2010

Município	Faixa Etária								Total
	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 64 anos	65 anos ou mais	
Lagoa Grande	0	0	193	209	269	151	45	0	867
Orocó	0	0	0	4	12	2	1	0	19
Petrolina	0	49	2.075	2.282	3.504	1.808	660	16	10.394
Sta Ma da Boa Vista	0	0	14	20	58	59	30	1	182
Casa Nova	0	12	697	621	963	477	204	4	2.978
Curaçá	0	0	15	22	71	53	17	1	179
Juazeiro	0	17	915	890	1.403	741	257	5	4.228
Sobradinho	0	0	9	8	16	8	5	1	47
Total	0	78	3.918	4.056	6.296	3.299	1.219	28	18.894

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010).

Em 2010, o estoque de emprego formal para o setor agropecuário apresentou comportamento semelhante ao estoque de emprego formal para toda a RIDE. Houve uma relativa perda de importância das faixas etárias até os 29 anos, que em 2000 representavam 49,3% dos postos e em 2010 representaram 42,6%. A faixa dos 30 aos 39 anos cresceu de 30,7% para 33,2% sua importância relativa, fato que se repetiu para as demais faixas etárias mais elevadas (a partir dos 40 anos), que elevaram sua participação de 20% para 24% em 2010.

Em que pesem esses resultados, que sob o ponto de vista deste estudo, são exitosos, deve-se ter uma grande atenção com os jovens que ingressam no mercado de trabalho, principalmente porque em muitos casos se trata do primeiro emprego. Assim, deve-se oferecer programas de qualificação, sobretudo aos trabalhadores vinculados ao agronegócio, atrelados às questões de mudanças tecnológicas no sistema produtivo, às questões ambientais, aos aspectos de energia renovável, bem como sobre certificação de produtos agropecuários, incentivando a permanência dos jovens no trabalho rural (FREDO *et al*, 2013).

Em outra ponta, devem-se ofertar programas de aperfeiçoamento para a faixa etária entre os 30 e os 49 anos de idade, visando contemplar a especialização nas ocupações que esses trabalhadores já desenvolvem, além de incentivar o aprendizado de novas técnicas, conhecimentos e habilidades que permitam novas ocupações e assim permanecerem no mercado de trabalho (FREDO *et al*, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal pretensão deste trabalho foi verificar de que forma o mercado de trabalho refletiu a condição de centro dinâmico do agronegócio nordestino na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico Pólo Petrolina/Juazeiro. Esta RIDE, que é composta por oito municípios (Lagoa Grande-PE, Orocó-PE, Petrolina-PE, Casa Nova-BA, Curaçá-BA, Juazeiro-BA e Sobradinho-BA) tem em Juazeiro e Petrolina suas forças motrizes.

Conforme abordado no segundo capítulo deste estudo, esses dois municípios foram elencados por Elias (2006) como pontos luminosos de desenvolvimento do Nordeste. No entanto, sob o ponto de vista do mercado de trabalho, partiu-se da hipótese de que a RIDE possui apenas um centro dinâmico, apenas um ponto luminoso, que é o município de Petrolina. Os demais, incluindo aí Juazeiro, constituiriam apenas pontos opacos de desenvolvimento.

Vale lembrar que se optou em estudar a RIDE a partir do seu mercado de trabalho, e sob essa ótica verificar como se refletiu a sua condição de centro dinâmico nesse mercado tão cheio de especificidades. A principal razão dessa escolha se deveu ao fato de anos 2000 ocorrer um processo de formalização do trabalho de forma generalizada no Brasil, como afirmam Souza (2010), Pochmann (2010) e Cacciamali e Tatei (2010). Assim, esta dissertação objetivou verificar se o mercado de trabalho está refletindo a condição de centro dinâmico do agronegócio na RIDE.

É importante ressaltar que para efeito do agronegócio, foram consideradas como *próxi* deste estudo as atividades desenvolvidas no âmbito da agropecuária. Sabe-se que nem toda atividade do pequeno agricultor é agronegócio, mas imerso naquele ambiente, mesmo os pequenos produtores tendem a ser beneficiados com o conhecimento do trato cultural. Desta forma, ainda que de forma precária, o pequeno agricultor se beneficia dos conhecimentos aplicados no agronegócio, pois ocorre um transbordamento desse conhecimento.

Verificou-se que foi a partir dos anos de 1980 que alguns lugares específicos do Nordeste passaram a incorporar a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado. Passaram a receber investimentos de importantes empresas e difundiu-se a agricultura científica e o agronegócio. O semiárido tornou-se atrativo e passou a ser incorporado aos circuitos globais do agronegócio. Assumiu novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola.

Na RIDE, a fruticultura se desenvolveu a partir de um conjunto de ações implementadas pelo poder público a partir da década de 1970. A instalação em Petrolina e em Juazeiro de duas das sete superintendências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) teve um papel importante, contribuindo para estabelecer uma racionalidade científica no modo de produção local. Mas além desta instituição, várias outras contribuíram para o crescimento da região, tais como, CHESF, EMBRAPA, SUDENE e BNB.

Importante frisar que o poder público teve uma forte presença, responsabilizando-se em fornecer área para plantio, equipamentos e a infraestrutura necessária, como asfalto das vias de escoamento, eletrificação rural, construção de canais, dutos, inclusive responsabilizou-se pela construção das agrovilas, equipadas com escolas, postos médicos e casas para os produtores.

No entanto, principalmente a partir dos anos 1990, o modelo adotado passa a privilegiar principalmente as empresas, apesar de, no início, os projetos públicos possuírem um cunho social no qual se buscava a inclusão dos colonos e pequenos produtores ribeirinhos. O modelo empresarial com suas exigências deixa o colono de fora desse processo.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009 deu mostras da desigualdade existente no campo, pois 10% da população mais rica residente no campo detinha 30% da renda, enquanto os 10% mais pobres detinham apenas 1,5% da renda. Ainda segundo a PNAD/2009, um terço dos domicílios rurais não contava com canalização interna de água e os domicílios que dispunham do serviço, apenas 43% estavam conectados à rede geral de abastecimento.

Dos 8,7 milhões de domicílios registrados na pesquisa, 67% não dispunham de coleta de lixo e apenas 5% possuíam esgotamento sanitário ligado à rede coletora. Verificou-se ainda que em cerca de metade dos domicílios rurais a renda *per capita* não passa de metade do salário-mínimo, evidenciando a fragilidade do crescimento verificado no campo brasileiro, fruto da nova dinâmica do agronegócio.

Em que pese o país sentir os efeitos da crise internacional em 2009 com forte queda no PIB, o mercado de trabalho continuou apresentando bom desempenho nesse ano. O processo de formalização do emprego continuou em alta, a renda também apresentou melhorias, assim como as taxas de desemprego não cresceram.

Para que esse cenário fosse possível em meio à crise, foi essencial a isenção de impostos federais sobre produtos industrializados, que manteve a demanda em alta. Os setores industriais que mais obtiveram resposta desta isenção foram o automotivo e a chamada linha branca (geladeiras, fogões etc.).

Várias outras medidas se somaram, como a oferta de financiamentos bancários tanto para as famílias quanto para as empresas, desonerações tributárias e pacote habitacional. Perceberam-se melhores indicadores para o mercado de trabalho brasileiro, principalmente porque a economia cresceu mais que nas duas décadas anteriores e com mais regularidade. Esse crescimento econômico se deu em função da política de valorização do salário-mínimo, da expansão do mercado consumidor interno, pela política de transferência de renda para os mais pobres e também pela expansão do crédito.

Assim, nos anos 2000 percebe-se que houve o aumento dos postos de trabalho formais, tanto para as atividades em geral, quanto para o agronegócio da RIDE. As exportações cresceram, o produto cresceu, aumentou a taxa de participação e melhorou o rendimento médio do trabalhador. Os municípios que mais se destacaram na RIDE foram Petrolina e Juazeiro. Porém, Petrolina se desloca gradualmente alcançando melhores níveis de crescimento em relação a Juazeiro. No decorrer dos anos 2000, o município pernambucano ganha importância relativa em relação ao município baiano.

Petrolina aumenta a concentração dos melhores postos de trabalho, paga os melhores salários, e apresenta maior crescimento econômico, concentrando maior estoque de empregos formais de forma generalizada, inclusive no agronegócio. Os demais municípios apresentam pouca relevância na composição dos estoques de emprego, e são apenas coadjuvantes no processo de crescimento da região.

A grande força motriz é de fato Petrolina, constituindo-se num ponto luminoso para o Nordeste. Juazeiro se apresenta como um ponto opaco, perdendo paulatinamente representatividade na composição do crescimento local. Tal fato corrobora a hipótese deste trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar que a RIDE, considerando-a como estratégia de política pública não está logrando êxito, pois cada vez mais nota-se uma concentração do crescimento em Petrolina, ficando os demais municípios à sua margem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. Dissertação (Mestrado)- Fortaleza: UECE, 2008.
- BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário. Coordenação Geral de Estatística do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**: estabelecimento. [S. l.: s. n], 1999 a 2009. 11 CD ROOM's.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Vozes: Petrópolis, 1996.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Crise econômica mundial: mudanças nas características do desemprego no mercado de trabalho brasileiro? In: MORETTO, Amilton et al (org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.
- CAVALTANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria; SILVA, Pedro Carlos da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **A hora da igualdade – Brechas por fechar, caminhos por abrir**. Nações Unidas: Brasília, 2010.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Políticas públicas e expansão recente do agronegócio na fronteira agrícola do Brasil**. Disponível em: <http://mpr.ub.uni-muechen.de/2219/> Acesso em: 15 jan. 2014.
- COSTA, Mardônio de Oliveira. **Emprego Formal no Ceará**: um enfoque regional. Fortaleza: IDT, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH**, v.24, n.spe1 p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. *In*: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. **Faces do novo rural**. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1998.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FAVERO, Celso Antonio. **A globalização e as novas experiências dos agricultores. Faces do novo rural**. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio nas Américas: O mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/03.pdf>. Acesso em: 01 outubro 2013.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREDO, Carlos Eduardo, et al. O Emprego no setor agropecuário brasileiro: formalidades, recursos humanos e tendências. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2013. Pará. **Anais [...]** Pará: SOBER, 2013.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. Tradução de Ana Montoia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MATOS FILHO, João; PENHA, Thales A. M. O sistema agroalimentar global e a fruticultura do Nordeste brasileiro: uma análise da dinâmica das exportações de frutas frescas na última década. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2013. Pará. Anais [...] Pará: SOBER, 2013*

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JR., João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MENDONÇA, Gismália Marcelino. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos.** 3.ed. Salvador: Editora Unifacs, 2013.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Globalização da economia, exclusão social e instabilidade.** Disponível em: <http://www.cefetsp.br/Edu/eso/globalizacao/glovogov.html>. Acesso em: 10 out. 2012.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1985.

OFFE, Claus. A economia política do mercado de trabalho. *In: CAPITALISMO desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política.* São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 19-69.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar. Crescimento econômico das cidades nordestinas: um enfoque da Nova Geografia Econômica. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 3, jul.-set. 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Júlio César de. Evolução do índice de desenvolvimento humano do Brasil e dos países da América Latina e do Caribe, 1975/2006. **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 27-46, jan.-jul. 2006.

PAKULSKI, Jan; WATERS, Malcolm. The reshaping and dissolution of social class in advanced society. **Theory and society**, Springer, v. 25, n. 5, 1996.

POCHMANN, Marcio. Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. *In: MORETTO, Amilton et al (org.). Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil.* Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século XXI. *In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior (ORGS). Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho.* Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 25 out. 2013.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Soraia. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura irrigada no semiárido brasileiro. *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAUER, Sergio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (Texto para discussão 30).

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **ICAEM**. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/imagens/indicadores_especiais/pdf/icaem/aanalise_do_resultado_11.pdf. Acesso em: 9 maio 2014.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Selma Cristina; FRANCO, Tânia. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. *In*: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Desequilíbrios regionais no Estado da Bahia: avaliação e questões estratégicas**. Salvador: SEI, 2004. (Desigualdades Regionais, Série Estudos e Pesquisas, 67).

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização território e Bahia**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - UFBA, Departamento de Geografia, Salvador, 2003.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, Laumar Neves de. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS**. 2007. Tese 286 f. (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia - UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

SOUZA, Laumar Neves de. Evolução do emprego formal na Bahia nos anos 2000: aproximações ao Trabalho Decente? **Bahia Análise & Dados**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.1, 2010.

SUERDIECK, Flávia Santana Rodrigues. Caracterização e tendências da oferta de mão-de-obra na Bahia nos anos 1990. *In*: PANORAMA Social da Bahia nos anos 1990. Salvador: SEI, 2003, 200 p. (Série estudos e pesquisas, 59).